



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 47ª REUNIÃO

(2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura)

**13/12/2012
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

Presidente: Senador Fernando Collor

Vice-Presidente: Senador Cristovam Buarque



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**47ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 13/12/2012.**

47ª REUNIÃO, ORDINÁRIA
Quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 108/2012 - Não Terminativo -	SEN. SÉRGIO SOUZA	9
2	MSF 112/2012 - Não Terminativo -	SEN. ANIBAL DINIZ	102
3	MSF 113/2012 - Não Terminativo -	SEN. SÉRGIO SOUZA	134
4	PDS 541/2012 - Não Terminativo -	SEN. CIDINHO SANTOS	179
5	PDS 549/2012 - Não Terminativo -	SEN. PAULO BAUER	189
6	PDS 550/2012 - Não Terminativo -	SEN. CIDINHO SANTOS	206

(1)(2)(3)(4)(5)(6)(7)(8)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)			
Anibal Diniz(PT)	AC (61) 3303-4546 / 3303-4547	1 Delcídio do Amaral(PT)	MS (61) 3303-2452 a 3303 2457
Eduardo Suplicy(PT)	SP (61) 3303-3213/2817/2818	2 Jorge Viana(PT)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367
Vanessa Grazziotin(PC DO B)(13)(15)	AM 6726	3 Lindbergh Farias(PT)(12)	RJ (61) 3303-6426 / 6427
Sérgio Souza(PMDB)(14)(17)(18)	PR (61) 3303-6271/ 6261	4 Eduardo Lopes(PRB)(26)(27)	RJ (61) 3303-5730
Cristovam Buarque(PDT)	DF (61) 3303-2281	5 Pedro Taques(PDT)(25)	MT (61) 3303-6550 e 3303-6551
Antonio Carlos Valadares(PSB)	SE (61) 3303-2201 a 2206	6 João Capiberibe(PSB)(24)	AP (61) 3303-9011/3303-9014
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)			
Jarbas Vasconcelos(PMDB)	PE (61) 3303-3245	1 Lobão Filho(PMDB)	MA (61) 3303-2311 a 2314
Luiz Henrique(PMDB)	SC (61) 3303-6446/6447	2 Romero Jucá(PMDB)	RR (61) 3303-2111 a 2117
Jader Barbalho(PMDB)(32)(33)(36)	PA (61) 3303.9831, 3303.9832	3 Ana Amélia(PP)	RS (61) 3303 6083/6084
Vital do Rêgo(PMDB)	PB (61) 3303-6747	4 Roberto Requião(PMDB)	PR (61) 3303-6623/6624
Pedro Simon(PMDB)	RS (61) 3303-3232	5 Ricardo Ferraço(PMDB)	ES (61) 3303-6590
Francisco Dornelles(PP)	RJ 3303-4229	6 João Alberto Souza(PMDB)(21)(22)(23)(30)	MA (061) 3303-6352 / 6349
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)			
Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)	SP 6063/6064	1 Aécio Neves(PSDB)	MG (61) 3303-6049/6050
Paulo Bauer(PSDB)(11)	SC (61) 3303-6529	2 Cyro Miranda(PSDB)	GO (61) 3303-1962
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	3 VAGO(19)(39)	
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)			
Fernando Collor(PTB)	AL (61) 3303-5783/5786	1 Mozarildo Cavalcanti(PTB)	RR (61) 3303-4078 / 3315
Gim(PTB)(40)	DF (61) 3303-1161/3303-1547	2 Inácio Arruda(PC DO B)(9)	CE 5791/5793
Cidinho Santos(PR)(34)(35)	MT 3303-6170/3303-6167	3 João Ribeiro(PR)(28)(29)	TO (61) 3303-2163/2164
PSOL			
Randolfe Rodrigues	AP (61) 3303-6568	1 VAGO	

- (1) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.
- (2) Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- (3) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.
- (4) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (5) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.
- (6) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.
- (7) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (8) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Anibal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (9) Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
- (10) Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- (11) Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- (12) Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
- (13) Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- (14) Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- (15) Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
- (16) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- (17) Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
- (18) Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

- (19) Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
- (20) Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
- (21) Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- (22) Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDDB).
- (23) Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
- (24) Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
- (25) Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
- (26) Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- (27) Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
- (28) Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- (29) Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
- (30) Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- (31) Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- (32) Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- (33) Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDDB nº 181/2012).
- (34) Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- (35) Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
- (36) Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (Of. GLPMDDB nº 192/2012).
- (37) Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDDB nº 191/2012).
- (38) Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
- (39) Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
- (40) Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
- (41) Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
- (42) Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDDB nº 354/2012).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS, ÀS 10H
 SECRETÁRIO(A): ALVARO ARAÚJO SOUZA
 TELEFONE-SECRETARIA: 3303-3496
 FAX: 3303-3546

PLENÁRIO Nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
 TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
 E-MAIL: scomcre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA**

**Em 13 de dezembro de 2012
(quinta-feira)
às 10h**

PAUTA

47ª Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

Deliberativa	
Local	Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 07

Atualização de status de relatório.

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 108, de 2012

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora MARCELA MARIA NICODEMOS, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda e à República do Burundi.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Cidinho Santos (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

No dia 11/12/2012 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 112, de 2012

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Irã.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

No dia 11/12/2012 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 113, de 2012

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do

Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

No dia 11/12/2012 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 541, de 2012

- Não Terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da Bósnia-Herzegovina sobre a Isenção Parcial de Vistos, assinado em Sarajevo, em 19 de junho de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Cidinho Santos

Relatório: Pela aprovação

Textos disponíveis:

[Texto inicial](#)

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 549, de 2012

- Não Terminativo -

Aprova o texto do Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, assinado em Berlim, no dia 3 de dezembro de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Paulo Bauer

Relatório: Pela aprovação

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

[Texto inicial](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 550, de 2012

- Não Terminativo -

Aprova o texto do Acordo para a Constituição da Academia Internacional contra a Corrupção como Organização Internacional, celebrado em Viena, em 2 de setembro

de 2010, e assinado pelo Brasil em 22 de dezembro de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Cidinho Santos

Relatório: Pela aprovação

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

[Texto inicial](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

1

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 108, de 2012 (Mensagem nº 530, de 4 de dezembro de 2012, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Senhora MARCELA MARIA NICODEMOS, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda e à República do Burundi.*

RELATOR: Senador **CIDINHO SANTOS**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz da Senhora MARCELA MARIA NICODEMOS, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda e à República do Burundi.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* da diplomata indicada, do qual extraímos para este Relatório as informações que se seguem.

MARCELA MARIA NICODEMOS nasceu em Petrópolis, RJ. É filha de Wilson Nicodemus e Nelinda Teixeira. Em 1978, graduou-se em Direito pela Associação de Ensino Universitário do Distrito Federal. No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (1976), o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1982) e o Curso de Altos Estudos (2005). Nesse, defendeu tese intitulada: “As Nações Unidas e a promoção do

direito da mulher: retórica ou realidade?”.

Nomeada Terceira-Secretária (1977), a diplomata foi promovida a Segunda-Secretária (1979); a Primeira-Secretária (1987); a Conselheira (1995); a Ministra de Segunda Classe (2005); e a Ministra de Primeira Classe (2012).

Entre as missões de que participou, bem como cargos por ela ocupados destacam-se: Chefe, Substituta, da Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço (1994/95) e da Divisão das Nações Unidas (1995/97); Chefe da Divisão de Temas Sociais (1997); Conselheira na Missão junto à Organização das Nações Unidas (1997/2001); Conselheira e Encarregada de Negócios na Embaixada no Panamá (2001/04); Consulesa-Geral Adjunta no Consulado-Geral em Montreal (2004/06); Ministra-Conselheira e Encarregada de Negócios na Embaixada em Lima (2006/09); Embaixadora em Ierevan (2009/).

Foi agraciada com as seguintes condecorações nacionais: Ordem do Rio Branco, Comendador; Medalha do Pacificador; Medalha Mérito Santos Dumont; e Medalha Amigo da Marinha.

Além do currículo, consta do processado documento informativo sobre a República do Quênia, bem como das Repúblicas de Ruanda, Uganda e Burundi.

O relacionamento Brasil/Quênia teve início formal em 1963, ano da independência do país africano. Em 1967, foi estabelecida missão diplomática em Nairóbi, que foi elevada à Embaixada em 1974. O Quênia, por sua vez, abriu embaixada em Brasília no ano de 2006. Nesse período tem início o incremento das relações bilaterais por meio da realização das comissões mistas bilaterais. No âmbito dessas iniciativas, foram celebrados acordos nas áreas de saúde (ações de combate à AIDS e programas de prevenção e controle da malária) e de cooperação técnica (capacitação de órgãos quenianos em matéria de prevenção e combate de incêndios).

Nova e mais profícua etapa do entendimento entre os dois países, no entanto, deu-se a partir da viagem do Presidente Lula a Nairóbi em 2010. A primeira visita de Chefe de Estado brasileiro ao Quênia representou forte incremento nas relações bilaterais. Dessa viagem, resultou a celebração de vários acordos em diferentes domínios, bem assim estreitamento da cooperação nas áreas de saúde, de política social, de esporte e de educação. Desde então, intensificaram-se visitas de delegações quenianas ao Brasil. O Quênia se apresenta como forte parceiro comercial brasileiro com oportunidades de

exportação de máquinas agrícolas, produtos manufaturados em geral, aeronaves e construção civil. O comércio bilateral cresceu nos últimos cinco anos em mais de 300%. Passamos de US\$ 62 bilhões (2007) para US\$ 252 bilhões (2011). O saldo comercial segue sendo amplamente favorável ao Brasil. Exportamos tratores, máquinas de semear, colheitadeiras, aeronaves, açúcar refinado e óleos vegetais e importamos peles e couros, bem como chá.

O país é parceiro estratégico no continente africano. Nairóbi é sede do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-Habitat). Essa condição projeta a capital queniana na diplomacia regional. O país integra, ainda, a Comunidade da África Oriental [*East African Community* (EAC)], composta por Quênia, Tanzânia, Uganda, Ruanda e Burundi, que é união aduaneira com população estimada de 125 milhões de pessoas e produto interno bruto (PIB) de US\$ 60 bilhões de dólares.

No tocante às Repúblicas de Ruanda, Uganda e do Burundi o relacionamento é mais modesto. Tanto do ponto de vista das trocas comerciais quanto da cooperação técnica os desafios seguem sendo enormes. O Brasil tem, assim, amplo campo para o desenvolvimento das relações com essas Repúblicas. A partir de Nairóbi, no entanto, o aperfeiçoamento do intercâmbio bilateral pode ocorrer.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 108, DE 2012 (nº 530/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora MARCELA MARIA NICODEMOS, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda e à República do Burundi.

Os méritos da Senhora Marcela Maria Nicodemos que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 4 de dezembro de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma caligrafia fluida e elegante.

EM Nº 00287 / DP/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 12 de setembro de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **MARCELA MARIA NICODEMOS**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda e à República do Burundi.

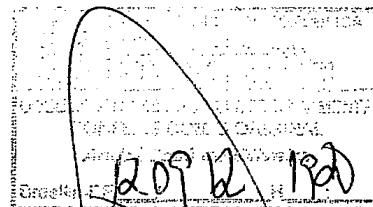
2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **MARCELA MARIA NICODEMOS** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

EM nº 00287/2012 MRE



Brasília, 12 de Setembro de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **MARCELA MARIA NICODEMOS**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda e à República do Burundi.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **MARCELA MARIA NICODEMOS** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE MARCELA MARIA NICODEMOS

CPF.: 145.453.731-00

ID.: 6531 MRE

1953 Filha de Wilson Nicodemos e Nelinda Teixeira, nasce em 31 de janeiro, em Petrópolis/RJ

Dados Acadêmicos:

1976 CPCD - IRBr
 1978 Direito pela Associação de Ensino Universitário do Distrito Federal, Brasília
 1982 CAD – IRBr
 2005 CAE - IRBr, As Nações Unidas e a Promoção do Direito da Mulher: Retórica ou Realidade?

Cargos:

1977 Terceira-Secretária
 1979 Segunda-Secretária
 1987 Primeira-Secretária
 1995 Conselheira
 2005 Ministra de Segunda Classe
 2012 Ministra de Primeira Classe

Funções:

1977-80 Divisão da Organização dos Estados Americanos, Assistente
 1980-85 Divisão de Agricultura e Produtos de Base, Assistente
 1985-88 Consulado-Geral em Los Angeles, Cônsul-Adjunto e Chefe do Setor de Promoção Comercial
 1988-91 Embaixada na Guatemala, Primeira Secretária e Encarregada de Negócios
 1989 XXV Assembléia do Grupo de Países Latino-americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar (GEPLACEA), Guatemala, Chefe de Delegação
 1991-94 Embaixada em Manágua, Conselheira comissionada e Encarregada de Negócios
 1994-95 Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, Chefe, substituta
 1995-97 Divisão das Nações Unidas, Chefe, substituta
 1996 40ª a 45ª Sessão da Comissão das Nações Unidas sobre a Situação da Mulher (CSW), Nova York, Chefe de delegação (1996 a 2001)
 1996 I Reunião do GT *ad hoc* da CSW encarregado da elaboração de um Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), Nova York, Chefe de Delegação
 1996 Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), Delegada Chefe
 1996 XXIX Assembléia de Delegadas da Comissão Interamericana de Mulheres, Washington, D.C., Chefe de delegação
 1997 Divisão de Temas Sociais, Chefe
 1997-01 Missão junto à ONU, Nova York, Conselheira
 1998 II e III Reunião do Grupo de Trabalho *ad hoc* da CSW encarregado da elaboração de um Protocolo Facultativo à CEDAW, Nova York, Chefe de delegação (1998 e 1999)
 2001-04 Embaixada no Panamá, Conselheira e Encarregada de Negócios
 2004-06 Consulado-Geral em Montreal, Cônsul-Geral Adjunto
 2005 Reunião Intersessional do Grupo Técnico *ad hoc* de Peritos sobre Revisão da Implementação do Programa de Trabalho sobre Florestas da Convenção sobre Diversidade Biológica, Montreal, Canadá, Representante do Brasil
 2005 45a. Reunião do Comitê Executivo do Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal, Montreal, Canadá, Chefe de Delegação
 2005 25ª Reunião do Grupo de Trabalho Aberto e 2ª Reunião Extraordinária dos Estados Partes do Protocolo de Montreal, Montreal, Canadá, Chefe de Delegação
 2005 46ª Reunião do Comitê Executivo do Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de

- Montreal, Montreal, Canadá, Chefe de Delegação
- 2005 3ª Reunião do Grupo Técnico ad hoc de peritos sobre Revisão da Implementação do Programa de Trabalho sobre Florestas da Convenção sobre Diversidade Biológica, Bonn, Alemanha, Representante do Brasil
- 2005 1ª Reunião do Grupo ad hoc sobre Revisão da Implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica, Montreal, Canadá, Chefe de Delegação
- 2005 Reunião do Grupo de Peritos Técnico e Legal sobre Responsabilidade e Reparação no contexto do artigo 14(2) da Convenção sobre Diversidade Biológica, Montreal, Canadá, Representante do Brasil
- 2005 47ª Reunião do Comitê Executivo do Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal, Montreal, Canadá, Chefe de Delegação
- 2006 2ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Responsabilidade e Reparação no contexto do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, Montreal, Canadá, Representante do Brasil
- 2006-09 Embaixada em Lima, Ministra-Conselheira e Encarregada de Negócios
- 2009 Embaixada em Ierevan, Embaixadora

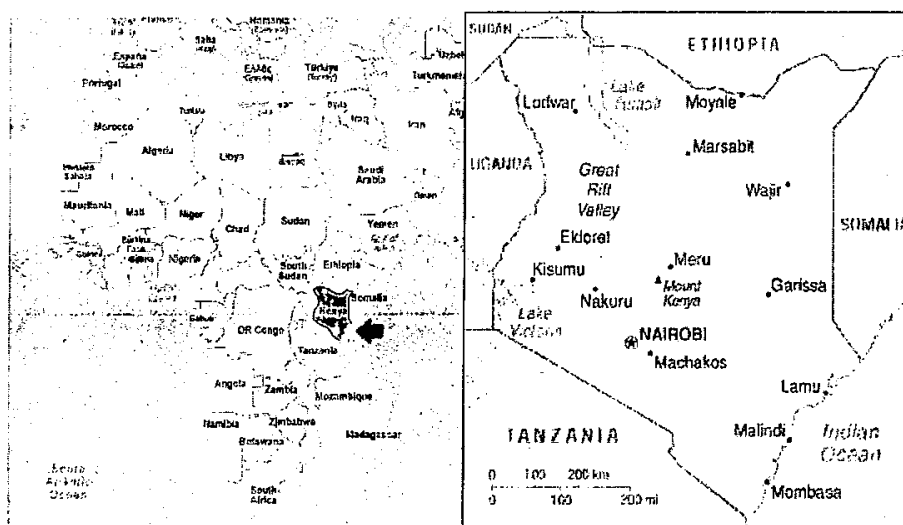
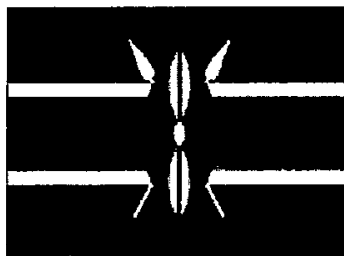
Condecorações:

- 2001 Ordem do Rio Branco, Comendador
- 2007 Medalha do Pacificador, Brasil
- 2008 Medalha Mérito Santos-Dumont, Brasil
- 2008 Medalha Amigo da Marinha, Brasil



ANA PAULA SIMÕES SILVA

Diretora, interina, do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA DO QUÊNIA**

Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Agosto de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS	2
PERFIS BIOGRÁFICOS	3
RELAÇÕES BILATERAIS	5
POLÍTICA INTERNA	8
POLÍTICA EXTERNA	13
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS.....	18
ANEXOS	22
Cronologia Histórica.....	22
Cronologia das relações Brasil–Quênia.....	25
Atos bilaterais.....	28
Dados econômico-comerciais.....	29

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Quênia
GENTÍLICO	Queniano
CAPITAL	Nairóbi
ÁREA	582.650 km ² (equivalente à área do Estado de MG)
POPULAÇÃO (2011)	43 milhões (mais que o dobro da população de MG)
IDIOMAS	Inglês e Kiswahili (oficiais)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãos 83% (Católicos 23,5%, Protestantes 47,7%), Muçulmanos 11,2%, Animistas 1,7%
SISTEMA DE GOVERNO	República Presidencialista Mista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral – Assembleia Nacional (bicameral a partir de 2013)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Emilio Mwai Kibaki (desde 30/12/2002, reeleito em 2007)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Raila Amolo Odinga (desde 17/4/2008)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Sam Ongeru (desde 28/3/2012)
PIB nominal (2011)	US\$ 33,6 bilhões (Brasil: US\$ 2,5 trilhões)
PIB PPP (2011)	US\$ 71,7 bilhões (Brasil: US\$ 2,3 trilhões)
PIB nominal per capita (2011)	US\$ 808 (Brasil: US\$ 12.788)
PIB PPP per capita (2011)	US\$ 1.718 (Brasil: US\$ 11.769)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	4,5% (2011); 5,6% (2010); 2,5% (2009); 1,7% (2008); 7,1% (2007)
IDH	0,509/143º lugar (Brasil: 0,718/84º; mundo: 0,682)
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER (anos)	57,1 (2011) (Brasil: 73,5; mundo: 69,8)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	87% (Banco Mundial, 2009)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	40% (estimativa 2008)
UNIDADE MONETÁRIA	Xelim queniano ; 1 US\$ = 83,9 KES
EMBAIXADOR NO QUÊNIA	Ana Maria Sampaio Fernandes
EMBAIXADOR NO BRASIL	Peter Kirimi Kaberia
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	900 pessoas, sob a jurisdição da Embaixada em Nairóbi

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões F.O.B) – Fonte: MDIC

BRASIL QUÊNIA ⇒	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (jan-jul)
Intercâmbio	15,45	20,27	76,58	48,38	62,57	83,95	91,19	122,24	252,19	81,40
Exportações	15,42	20,26	76,38	47,74	59,15	78,70	89,43	121,36	251,4	80,83
Importações	0,02	0,01	0,20	0,63	3,42	5,26	1,76	0,87	0,77	0,56
Saldo	15,40	20,25	76,18	47,11	55,73	73,44	87,67	120,48	250,63	80,26

PERFIS BIOGRÁFICOS**EMILIO MWAI KIBAKI**
Presidente da República

Emilio Mwai Kibaki nasceu em 15 de outubro de 1931. Estudou Economia, História e Ciências Políticas na Universidade Makerere, em Campala. Após breve período trabalhando na iniciativa privada, colaborou na fundação do partido KANU (*Kenya Africa National Union*), tendo sido eleito deputado pela legenda em 1963. Foi nomeado Ministro da Indústria e Comércio em 1965, permanecendo no cargo até 1970, quando foi transferido para o Ministério da Fazenda. Em 1978, o então Presidente Daniel Arap Moi nomeou-o Vice-Presidente da República, cargo que acumulou com o de Ministro da Fazenda e Planejamento até 1983, quando assumiu o Ministério do Interior. Em 1988, foi nomeado Ministro da Saúde, cargo que ocupou até 1991, quando abandonou o KANU para fundar o DP (*Democratic Party*). Nas eleições de 1992 e 1997 candidatou-se, sem sucesso, para o cargo de Presidente da República. Em 2002, como único candidato de oposição à coalizão governista liderada pelo KANU, Kibaki venceu com grande maioria as eleições presidenciais, tornando-se o terceiro Presidente da República do Quênia.

Em 2007, foi reeleito Presidente, de acordo com as apurações da Comissão Eleitoral. Alegações de fraude durante o processo eleitoral provocaram o confronto entre simpatizantes de Kibaki e do candidato de oposição, Raila Odinga, o que resultou na morte de mais de mil pessoas por todo o país. Em fevereiro de 2008, mediante os bons ofícios de Kofi Annan, Kibaki e Odinga assinaram acordo de conciliação, que garantiu, por um lado, a permanência de Kibaki na Presidência e, por outro, a designação de Raila Odinga ao cargo de Primeiro-Ministro. Por já ter sido reeleito uma vez, Kibaki não poderá candidatar-se a Presidente nas próximas eleições nacionais, previstas para março de 2013.

RAILA AMOLO ODINGA
Primeiro-Ministro

Raila Amolo Odinga nasceu em 7 de janeiro de 1947. Seu pai, Jaramogi Oginga Odinga, destacou-se como um dos heróis da independência do Quênia. Concluiu os estudos secundários na então República Democrática Alemã, em 1964, e graduou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade de Magdeburgo, em 1970, ano em que retornou ao Quênia para assumir cargo acadêmico na Universidade de Nairóbi. A partir de 1974, Odinga atuou como gerente e Vice-Diretor do *Kenya Bureau of Standards*. Em 1982, foi preso por militares quenianos sob acusação de participação em tentativa de golpe de estado encabeçada por oficiais da Força Aérea. Foi libertado em 1988 e preso novamente em 1990, devido a alegação de envolvimento com o *Kenya Revolutionary Movement* (KRM). Libertado definitivamente em 1991, Odinga viveu como exilado político na Noruega, de onde retornou no ano seguinte para juntar-se ao “*Forum for the Restoration of Democracy*” (FORD), liderado por seu pai. Entre 2001 e 2002 serviu como Ministro da Energia nos últimos anos do Governo do Presidente Daniel Arap Moi (1978-2002).

Nas eleições de 2007, a controvertida declaração pela Comissão Eleitoral da vitória de Kibaki por margem pouco superior a 200.000 votos em relação a Odinga, gerou conflitos étnicos em todo o país. Em fevereiro de 2008, mediante os bons ofícios de Kofi Annan, Odinga e Kibaki assinaram acordo de conciliação, que pôs fim ao confronto e resultou na criação de um Governo de coalização, no qual Raila Odinga assumiu o cargo de Primeiro-Ministro. Odinga é o principal candidato às próximas eleições presidenciais no Quênia, previstas para março de 2013, após as quais o cargo de Primeiro Ministro será extinto, conforme a nova Constituição do país.

SAMSON KEGENGO ONGENRI
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Samson Kegengo Ongerri nasceu em 1938. Graduou-se em medicina e cirurgia pela Universidade de Mumbai em 1968. Pós-graduou-se na Universidade de Londres em 1973 na área de Saúde da Criança. Entre 1972 e 1989 foi professor da Universidade de Nairóbi no Departamento de Pediatria e Saúde Infantil. Deixou a docência para dedicar-se à atividade política. Ocupou diversos cargos públicos. Foi presidente da Federação de Atletismo (1976-1984), Ministro da Saúde, Governo Local e Treinamento Técnico e Tecnologia Aplicada (1988-1992), Representante Permanente do Quênia junto ao PNUMA e Vice-Presidente do Conselho de Administração do Programa (1992-1997) e Ministro da Educação (2008-2012). Foi também membro do "Diálogo Nacional e Reconciliação" ("National Dialogue Reconciliation team"), presidido pelo ex-Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, Kofi Annan, após os episódios de violência pós-eleitoral que eclodiram em entre dezembro de 2007 e janeiro de 2008. É também Presidente da Fundação Ongerri, ONG que promove a saúde, educação, meio ambiente e desenvolvimento no Quênia. Assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros em março de 2012, após reforma ministerial na qual sucedeu o chanceler Moses Wetan'gula, designado para a pasta do Comércio.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Quênia logo após sua independência, em 1963, abrindo Embaixada residente em Nairóbi em 1967. Em março de 2005, o então Chanceler Celso Amorim

visitou o Quênia, trinta e dois anos depois da última visita de um Chanceler brasileiro ao país. A visita possibilitou a convocação da I Reunião da Comissão Mista bilateral, em agosto de 2005, em Brasília, ocasião em que foi assinado Acordo de Cooperação Esportiva.

Em 2006, o Quênia abriu Embaixada em Brasília. Foram retomadas tratativas para implementação do Acordo Cultural e do Acordo-Quadro de Cooperação Técnica, firmados em 1973.

Em agosto de 2008, foi realizada a II Comissão Mista Brasil-Quênia, em Nairóbi, ao final da qual foram assinados quatro acordos. O Acordo “Fortalecimento das Ações de Combate ao HIV/AIDS no Quênia” resultou da visita de comissão parlamentar queniana ao Brasil em junho de 2006, para conhecer *in loco* o “Programa Nacional de AIDS”. Outro acordo na área de saúde foi celebrado para implementação do Projeto “Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária”. Também foram firmados acordos para capacitação aos órgãos quenianos em matéria de prevenção e combate a incêndios, bem como para isenção de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço. O estabelecimento de três grupos de trabalho durante a II Sessão da COMISTA constituiu relevante oportunidade para avançar na identificação de possíveis áreas de cooperação bilateral no setor social, de economia e de agricultura.

Em julho de 2010, a visita do então Presidente Lula a Nairóbi estabeleceu um marco na história das relações entre os dois países. A visita, a primeira de um Chefe de Estado brasileiro ao Quênia, deu novo impulso às relações bilaterais. Na ocasião, foram assinados cinco atos bilaterais, nas áreas de comércio, investimentos, educação, energia, trabalho remunerado de dependentes de pessoal diplomático e cooperação entre academias diplomáticas. O ex-Presidente enfatizou a importância do intercâmbio de visitas de ministros e empresários; reiterou o potencial do Quênia no contexto da Comunidade da África Oriental, a qual poderia estabelecer eventualmente cooperação com o Mercosul; e sublinhou a disposição de transferir conhecimento brasileiro para o Quênia em temas como a agricultura familiar.

O então Chanceler Moses Wetang'ula realizou visita ao Brasil em setembro de 2010 para dar seguimento à visita do ex-Presidente Lula a Nairóbi, demonstrando o empenho queniano em fortalecer as relações bilaterais. Em encontro com o então Chanceler Celso Amorim, foi aprofundado o exame dos entendimentos alcançados durante a visita presidencial e das providências para implementação dos cinco atos bilaterais subscritos em Nairóbi. Foram ainda tratados temas da agenda regional africana (Sudão, Somália) e internacional (reforma do Conselho de Segurança da ONU). A visita do Ministro Wetang'ula propiciou,

además, a assinatura do Acordo sobre Serviços Aéreos e do Programa Executivo ao Acordo de Cooperação Cultural.

O Vice-Ministro da Agricultura do Quênia, em visita realizada em março de 2011, reiterou interesse em aprofundar cooperação com o Brasil na área agrícola. O Quênia, em 2011, apoiou a candidatura do Prof. Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da FAO. Ainda em 2011, o Quênia expressou seu interesse em aderir ao “Programa Mais Alimentos”. No momento, aguarda-se a apresentação, pela parte queniana, da lista de maquinários e a concretização das negociações com a CAMEX relativas à Carta de Crédito, para o início da execução do projeto.

Em outubro de 2011, a ABC enviou missão técnica a Nairóbi, com o objetivo de analisar as possibilidades de cooperação entre os dois países em agricultura (produção de mandioca), desenvolvimento de regiões áridas e semiáridas e captação de água, proteção de cabeceiras d’água, gerenciamento de desastres, salvamento marítimo e combate a incêndios florestais (com doação de equipamentos). Como resultado da missão, encontram-se em elaboração projetos de cooperação nas referidas áreas.

Destacam-se iniciativas de cooperação já em curso em: combate ao HIV/AIDS (capacitação de agentes de saúde); políticas sociais (elaboração de cadastro único de beneficiários); esportes (treinamento de técnicos e árbitros de futebol); e educação (bolsas de estudos no Brasil e leitorado brasileiro na Universidade Kenyatta). Também relevante foi missão da Comissão Eleitoral, em 2011, ao TSE.

No campo da segurança alimentar, acordou-se cooperação trilateral com a FAO para implementação, no Quênia, de iniciativas inspiradas no “Programa de Aquisição de Alimentos” (PAA) e no “Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Ainda existe grande potencial para a diversificação das relações bilaterais de cooperação, havendo disposição do Governo queniano por seu aprofundamento, como pode ser atestado pela frequência de visitas ao Brasil de delegações quenianas. O Quênia oferece oportunidades para exportação de maquinário agrícola, produtos manufaturados, aeronaves e construção civil. Trata-se de um dos maiores compradores de aeronaves Embraer no continente africano. Há, também, boas perspectivas de investimentos na infraestrutura do país. A construtora brasileira Queiroz Galvão está em fase avançada de negociação para a realização de obras viárias na cidade de Nairóbi, com financiamento do BNDES.

No plano da cooperação humanitária, o Brasil doou, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), dez mil toneladas de alimentos a refugiados abrigados em campos de refugiados no Quênia, distribuídas em maio de 2012

Em junho de 2012, o Presidente Mwai Kibaki veio ao Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável (Rio+20). Na ocasião, participou de jantar oferecido aos chefes de Estado africanos pela Senhora Presidenta da República, pelo governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, e pelo prefeito do Rio de Janeiro Eduardo Paes. O evento contou ainda com a presença do ex-Presidente Lula.

Assuntos consulares

A Embaixada em Nairobi é a única representação brasileira no país. Além do território do Quênia, a jurisdição da embaixada inclui a República do Burundi, a República Ruandesa e a República de Uganda. O setor consular do Posto presta o apoio necessário à comunidade brasileira no país. Estima-se cerca de 900 brasileiros na jurisdição da Embaixada. Não há, no momento, registro de detentos brasileiros no Quênia.

Não há nenhum tópico consular relevante no momento envolvendo os dois países.

Empréstimos e financiamentos oficiais

O Quênia foi beneficiado com a aprovação, em agosto de 2012, de crédito oficial às exportações brasileiras no âmbito do BNDES, no valor de US\$ 173 milhões, para a construção de três viadutos em Nairóbi. A construtora Queiroz Galvão, responsável pelo projeto, encontra-se atualmente em negociações comerciais junto ao Governo queniano para a finalização dos projetos.

POLÍTICA INTERNA

Sistema político

O Quênia é, atualmente, uma República Presidencialista Mista, com repartição de poderes entre Presidente e Primeiro-Ministro. Pela Constituição aprovada em 2010, o Quênia será, a partir das próximas

eleições gerais de 2013, uma República Democrática Representativa Presidencial, com o Presidente exercendo a chefia de Estado e de Governo. A nova Constituição promoveu, ademais, a descentralização do sistema político-administrativo, instituindo 47 unidades de governo provincial ("counties").

A Constituição de 2010 previu, ainda, a criação de um Senado. As novas eleições gerais deverão resultar na implantação de um sistema bicameral no país.

A Assembléia Nacional, deverá ser composta por 290 membros eleitos. Além desses membros, cada região elegerá uma mulher, em um total de 47 mulheres eleitas. Ademais, 12 membros adicionais serão nomeados pelos partidos, na proporção dos membros eleitos da Assembléia Nacional, para representar interesses de setores especiais como a juventude, as pessoas com necessidades especiais e os trabalhadores.

O novo Senado será constituído por 47 membros eleitos, um por cada região administrativa do país. Ademais, 16 mulheres serão nomeadas pelos partidos, de acordo com a proporção de votos recebidos para o Senado. Haverá ainda 2 membros, um homem e uma mulher, que representarão a juventude e 2 membros, um homem e uma mulher, que representarão as pessoas com necessidades especiais.

O mandato dos senadores, dos representantes da Assembleia Nacional e do Presidente da República é de cinco anos.

Histórico

Como a maioria dos Estados africanos, a política doméstica da independência até o início dos anos noventa foi profundamente influenciada pelas injunções da Guerra Fria. Nesse contexto, graças ao apoio dos EUA, o Presidente Daniel Arap Moi e seu partido KANU (*Kenya Africa National Union*) mantiveram-se no poder de 1978 a 2002. Conquanto, em 1992, o país tenha retornado ao multipartidarismo, Moi logrou um quarto mandato após as eleições de 1997, aproveitando-se das divisões étnicas (supostamente por ele fomentadas) e da incapacidade da oposição de unir-se em torno de um candidato único. Cabe sublinhar que efeito adverso da pluralidade advinda com o fim da Guerra Fria foi o recrudescimento, na década de 1990, de embates tribais.

A eleição de Mwai Kibaki a Presidente em 2002, com a imensa maioria dos votos, ocorreu em um contexto de reclamos por maior democratização e transparência política cada vez mais audíveis na

sociedade queniana pós-Guerra Fria. Primeiro candidato da oposição a triunfar desde a independência, em 1963, Kibaki expressou nas campanhas eleitorais compromisso com a realização de reforma constitucional, pela qual, entre outras mudanças, ficaria assegurada a nomeação de representantes de todos os grupos étnicos para cargos públicos.

O descumprimento parcial dessas promessas e a manutenção dos privilégios às etnias representadas na alta cúpula do Estado geraram focos de tensão na sociedade, que acabaram por determinar a dissolução da coalizão no poder e a derrota do Governo no referendo constitucional de novembro de 2005, no qual projeto de Constituição encampado pelo governo não foi aprovado pela população. De modo a enfrentar o crescimento da oposição, o Governo proibiu comícios políticos, considerando-os “ameaça para a segurança nacional”.

A Crise Pós-Eleitoral de 2007-2008

As campanhas para as eleições presidenciais de 2007 desenvolveram-se em ambiente de intensa contestação política e polarização étnica. Em dezembro de 2007, o país foi sacudido por espiral de violência quando, uma vez realizado o pleito presidencial, milhares de pessoas saíram às ruas em protesto contra a lentidão na divulgação dos dados parciais da apuração dos votos pela Comissão Eleitoral. De acordo com observadores internacionais, a votação havia transcorrido de forma relativamente ordeira e calma. Entretanto, os atrasos na divulgação dos resultados oficiais somados às acusações de fraude apontadas por Raila Odinga, candidato do principal partido de oposição, o Movimento Democrático Laranja (ODM), exacerbaram o clima de confrontação étnica, que resultou na morte de mais de mil quenianos.

Solução definitiva para a crise só foi alcançada quase dois meses depois, quando, em fevereiro de 2008, foi assinado acordo de conciliação entre o Presidente Kibaki e o candidato opositorista, Raila Odinga. Facilitado pelo então Presidente de turno da União Africana, Jakaya Kikwete (atual Presidente da Tanzânia), e por painel de lideranças africanas, sob a direção do ex-Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, o acordo determinou a criação de um governo de coalizão, que manteve o Presidente Kibaki como Chefe de Estado e instituiu Raila Odinga como Chefe de Governo, no cargo de Primeiro-Ministro. A assinatura do pacto de coalizão foi saudada pela comunidade internacional como oportunidade de reposicionar o Quênia no caminho da democracia e da governabilidade.

A nova Constituição

O processo de pacificação política iniciado com a formação do Governo de União Nacional culminou na adoção de uma nova Constituição para o país. Resultado do trabalho de pequena comissão de peritos quenianos, assessorados por consultores externos, inclusive governamentais, o texto foi objeto de emendas por parte de um grupo restrito de lideranças políticas (que, essencialmente, restituiu poderes à figura presidencial).

Após aprovação pelo Parlamento, o projeto de nova Constituição foi submetido a referendo e aprovado por 68,8% dos votos. 30% dos votantes rejeitaram o projeto, em função de controvérsias em torno de três temas principais: direito ao aborto, manutenção e extensão da atuação das cortes islâmicas a todo o território queniano e a questão fundiária.

A nova constituição descentraliza a administração e a execução orçamentária, com a criação de diversas unidades de governo provincial. O parlamento passa a ser bicameral e o gabinete deixa de ser integrado por membros do legislativo (conforme modelo britânico até então seguido no país). A criação de uma Corte Suprema ensejará reforma profunda da atual estrutura judicial, cuja imagem se encontra desgastada em função de décadas de atuação controversa.

TPI

Em dezembro de 2010, o Promotor-Chefe do Tribunal Penal Internacional (TPI), Luis Moreno Ocampo, identificou seis quenianos suspeitos de incitar os conflitos étnicos ocorridos após a eleição presidencial de 2007, nomeadamente o Ministro das Finanças e Vice-Primeiro-Ministro, Uhuru Kenyatta, o ex-Ministro da Educação Superior, William Ruto, o ex-Comissário de Polícia, Hussein Ali, o Chefe do Serviço Público (Casa Civil), Francis Muthaura, e o ex-Ministro da Industrialização, Henry Kosgei.

As denúncias de Ocampo causaram forte impacto sobre a política doméstica queniana, principalmente por envolver personalidades ligadas ao Presidente Mwai Kibaki e dois possíveis candidatos (William Ruto e Uhuru Kenyatta) às próximas eleições presidenciais, previstas para março de 2013. Em princípio, o Governo queniano anunciou que não afastaria de seus cargos os suspeitos que exercem funções públicas e passou a empreender campanha diplomática em favor da suspensão dos casos pelo CSNU, utilizando o argumento de que a atuação do TPI

poderia exercer impacto negativo sobre a disputa presidencial de 2013, uma vez que a obstrução de William Ruto e Uhuru Kenyatta provocaria a reação de suas respectivas comunidades, ocasionando instabilidade no país. Ademais, o governo vislumbra a possibilidade de que os casos sejam transferidos para a Corte de Arusha, da Comunidade da África Oriental (EAC), o que parece pouco factível. A alternativa restante é a denúncia do Estatuto de Roma – que não impediria o seguimento dos casos, mas faria cessar a obrigação de cooperar com o TPI. O Primeiro-Ministro e outros atores têm-se oposto a essas iniciativas; a população em geral, mostra-se favorável à ação do TPI.

Em janeiro de 2012, após apresentação de alegações escritas pela acusação e pela defesa, a 2ª Câmara de Instrução do TPI decidiu levar a julgamento 4 dos 6 acusados, entre eles Kenyatta e Ruto. O início do julgamento foi marcado, entretanto, para abril de 2013, após as eleições presidenciais.

Eleições presidenciais de 2013

O atual panorama político no Quênia tem sido dominado pelas próximas eleições presidenciais, previstas para ocorrerem em março de 2013. Por já ter sido reeleito uma vez, o Presidente Kibaki não poderá apresentar-se como candidato. Nesse cenário, os candidatos mais bem-posicionados são o Primeiro-Ministro Raila Odinga, do "Movimento Democrático Laranja" (ODM), partido mais identificado com o avanço democrático e a modernização política; o Primeiro Vice-Primeiro-Ministro do país, Musalia Mudavadi; e Uhuru Kenyatta, Segundo Vice-Primeiro-Ministro, apoiado por Kibaki, e que tenciona disputar a presidência pelo recém-constituído "National Alliance Party" (TNA).

A candidatura de Kenyatta, entretanto, poderá ser obstada em razão da exigência constitucional de integridade dos candidatos, requisito que o candidato não seria capaz de honrar, dada sua condição de acusado perante o TPI. O Poder Judiciário reformado será testado ao posicionar-se a respeito dessa candidatura para as próximas eleições.

Embora o PM Odinga esteja à frente nas pesquisas eleitorais, sua aspiração presidencial sofreu golpe com o desligamento de um de seus maiores aliados do ODM, Musalia Mudavadi, que também pretende concorrer à cadeira presidencial.

Segundo analistas, a saída de Mudavadi poderia ter sido orquestrada por setores tradicionais da classe política queniana,

mobilizados para impedir a vitória de Odinga no próximo pleito. A candidatura de Mudavadi, segundo esses analistas, figuraria como o "plano B" do Presidente Kibaki contra Odinga; caso Kenyatta não concorresse, Mudavadi poderá ser o herdeiro de seus votos.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa queniana é norteada por quatro objetivos principais: a estabilidade do seu entorno regional, particularmente no que diz respeito à Somália e o Sudão do Sul; o fomento e respaldo aos processos de integração regional africanos, nomeadamente a União Africana e a Comunidade da África Oriental (EAC); o bom relacionamento com os países ocidentais e grandes países emergentes, a fim de garantir assistência e cooperação para o seu desenvolvimento socioeconômico; e a inserção do país na economia global, com o objetivo de captar investimentos e ampliar mercados para as suas exportações.

Ao sediar o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), e o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UM-Habitat), Nairóbi projeta-se, também, como uma das mais importantes capitais diplomáticas da África.

Somália

Para o Quênia, a Somália conforma desafio geopolítico de caráter estratégico. Aquinhado no traçado de fronteiras ao tempo de sua independência com territórios ocupados por populações cuja continuidade histórica e identidade étnica e religiosa transbordam as fronteiras com a Somália e a Etiópia, o Quênia suprimiu movimento autonomista na região na década de 1960 (Shifta War, movimento secessionista, 1963-67) e reprimiu a instabilidade ligada a conflitos interclânicos na década de 1980 (Wagalla Massacre).

Os mais graves problemas de segurança enfrentados atualmente pelo Quênia derivam de desdobramentos na Somália. Confrontos armados no sul da Somália vinham repercutindo no Quênia, com relatos de inúmeros feridos sendo transportados para tratamento em hospitais localizados na fronteira. Contudo, sucessivos sequestros de cidadãos europeus ocorridos ao longo do mês de outubro de 2011, alegadamente perpetrados por grupos ilícitos somalis, elevaram ao máximo o alerta de segurança no Quênia. Vale ressaltar que, entre os estrangeiros sequestrados, constavam dois médicos espanhóis vinculados

à organização "Médicos Sem Fronteiras" que se encontravam no complexo de refugiados de Dadaab, atualmente o maior do mundo, que abriga principalmente famílias deslocadas em razão da seca e dos conflitos no centro-sul da Somália.

O Governo queniano reagiu, em princípio, intensificando o controle de suas fronteiras (especialmente na divisa com a Somália, no lago Vitória e nas localidades que têm sido alvo de ataques de grupos armados estrangeiros), assim como o patrulhamento marítimo na costa norte do país e deslanchou, em seguida, ofensiva sobre áreas somalis.

A presença do Quênia na Somália conta, atualmente, com o aval das autoridades somalis, da União Africana e do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em junho de 2012, tropas quenianas foram oficialmente integradas às tropas de paz da União Africana na Somália (AMISOM). As tropas, atualmente, preparam-se para lançar uma campanha contra a cidade portuária de Kismayo, maior porto da Somália e principal reduto da Al Shabab na costa somali. Nos últimos meses, pela atuação da AMISOM e de tropas quenianas, a "Al-Shabab" tem sido enfraquecida. Há relatos de fuga dos militantes do reduto.

O Quênia abriga o maior campo de refugiados do mundo, na região de Dadaab, com uma população estimada em meio milhão de pessoas. O campo é formado, majoritariamente, por refugiados somalis.

A descoberta de petróleo em águas que ainda não foram objeto de delimitação com a Somália tem sido, mais recentemente, objeto de controvérsia entre os dois países. O Quênia teria concedido à exploração de empresas petroleiras áreas da plataforma continental ainda não delimitadas. O Vice-Ministro de Energia somali, Abdullahi Dool já afirmou sua intenção de levar o caso ao Tribunal do Direito do Mar, em Hamburgo.

Sudão do Sul

As relações entre o Quênia e o Sudão do Sul revestem-se de caráter estratégico para ambos os países. O Quênia exerceu papel chave nas negociações que levaram à celebração do Acordo Abrangente de Paz (AAP), no ano de 2005, o qual pôs fim a mais de vinte anos de guerra civil entre o Norte e o Sul do Sudão.

Em 10 de julho de 2011, um dia após as cerimônias de independência do Sudão do Sul, o Vice-Presidente queniano, Kalonzo Musyoka, apresentou ao Presidente sul-sudanês Salva Kiir proposta de constituição de comissão conjunta com vistas a promover o estreitamento das relações bilaterais e a expandir a cooperação mantida entre os dois

países. Desde janeiro de 2012, o Quênia vem implementando atividades de capacitação de funcionários públicos sul-sudaneses - inclusive do serviço exterior -, nas quais teria empenhado cerca de cinco milhões de dólares.

No encontro de julho de 2011, Musyoka e Kiir também abordaram planos de integração da infraestrutura dos dois países. Discutiram a construção de rodovia entre Juba e Nairóbi, bem como de oleoduto e ferrovia ligando a capital sul-sudanesa a Lamu, região que deve abrigar porto para escoamento da produção petrolífera sul-sudanesa, como alternativa a Port Sudan, localizado na República do Sudão (Norte).

O complexo de Lamu, cuja cerimônia de inauguração ocorreu em março de 2012, conta com 4 componentes principais: porto localizado na Baía de Manda, que deverá ser três vezes maior que o porto de Mombaça, atualmente o mais importante da África Oriental; corredor de transportes: composto por ferrovias e rodovias que levarão à Etiópia e ao Sudão do Sul, um oleoduto de 1.260 km até o Sudão do Sul, e três aeroportos; complexos turísticos e uma refinaria de petróleo.

Os vínculos econômicos entre o Quênia e o Sul do Sudão fortaleceram-se consideravelmente nos últimos anos. Quenianos estão entre os maiores investidores externos do país e têm grande participação no comércio de varejo e no setor de serviços, inclusive na prestação de serviços financeiros - o "Kenya Commercial Bank" foi a primeira instituição financeira estrangeira a estabelecer-se em Juba, em 2005.

Como no caso da Somália, a recente descoberta de jazidas de petróleo em região limítrofe entre os dois países reavivou disputas territoriais. Há notícia de contestação territorial envolvendo o Quênia e o Sudão do Sul, que reclama parte do distrito de Turkana denominado de Triângulo de Ilemi, que cobre de 10 a 14 mil km² a noroeste do Lago Turkana. Essa zona remota na fronteira entre os dois países pode também conter depósitos de gás e petróleo, por ser contígua aos campos descobertos em março de 2012.

EAC

O Quênia participa, juntamente com Tanzânia, Uganda, Ruanda e Burundi, da Comunidade da África Oriental (EAC). O aprofundamento da integração no seio da EAC é de vital importância para o Quênia, considerando que 36,6% de suas exportações destinam-se aos países comunitários. Com população estimada em mais de 125 milhões de pessoas e PIB de cerca de US\$ 60 bilhões (cerca de metade

do qual constituído pelo PIB queniano), a EAC constitui uma União Aduaneira desde janeiro de 2005. Em abril de 2010, com a ratificação pelo Burundi, tornou-se possível a entrada em vigor do Tratado do Mercado Comum da EAC.

Relatório recentemente lançado pelo "East African Business Council" (EABC) indica, entretanto, que a comunidade empresarial em todos os países-membros continua enfrentando diversas barreiras que vem atrasando o processo de integração. O relatório afirma que os procedimentos alfandegários e os requisitos administrativos e fitossanitários são as mais severas barreiras não-tarifárias aplicadas pelas autoridades policiais, imigratórias e de controle alfandegário dos cinco países da Comunidade.

O passo seguinte para o aprofundamento da integração seria a instituição de uma união monetária. O objetivo principal seria o de prover a região de uma moeda única que possa remover os custos das transações em diversas moedas, bem como o risco das oscilações das taxas de câmbio sobre o comércio e o turismo na África Oriental. Encontra-se em fase de negociação um protocolo para o estabelecimento da moeda única. Analistas avaliam ser pouco provável um consenso sobre o protocolo até novembro de 2012, quando ocorrerá a próxima cúpula da EAC.

A EAC já dispõe de um Parlamento Regional e ambiciona formar em 2015 uma Confederação (*"Political Federation of the East African State"*) com Chefe de Estado único.

A última reunião ordinária do Conselho de Ministros da EAC, realizada em setembro de 2011, resultou na adoção da IV Estratégia de Desenvolvimento (2011/12 – 2015/16). O objetivo maior da estratégia é o de conduzir a região a ganhos de competitividade que permitam acelerar o desenvolvimento socioeconômico e melhorar os níveis de bem-estar e prosperidade dos povos da África Oriental.

Em abril de 2012, foi realizada a 10ª Cúpula Extraordinária da EAC. A remoção de barreiras não tarifárias e as questões de defesa e segurança, em particular os conflitos na Somália e no Sudão, foram os temas principais da pauta da reunião.

Países Ocidentais

A diplomacia queniana sempre buscou manter boas relações com seus tradicionais parceiros ocidentais, motivada principalmente pela necessidade de garantir constantes fluxo de ajuda externa enviada por doadores internacionais. As relações são particularmente intensas com o

Reino Unido, que ainda exerce forte influência cultural e política sobre o país e os EUA, com os quais mantém inclusive cooperação militar, voltada sobretudo ao combate à pirataria no Índico e o controle da extensa fronteira com a Somália.

Japão e França destacam-se como importantes investidores na área de energia, cujo desenvolvimento será vital para o crescimento da economia nos próximos anos, dado o persistente déficit energético enfrentado pelo Quênia.

O Quênia tem estreitado relações com a Alemanha, importante parceiro comercial e fonte de investimentos externos. A visita da Chanceler Angela Merkel, em julho de 2011, marcou a boa fase do relacionamento bilateral. Na ocasião, Merkel anunciou ajuda financeira equivalente a 1 milhão de euros em favor dos refugiados abrigados no campo de Dadaab, no norte do Quênia. Foram empenhados, ademais, cerca de 140 milhões de euros, a serem desembolsados até 2013, em iniciativas que contribuam para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio pelo Quênia.

Em agosto de 2012, a Secretária de Estado dos Estados Unidos, Hillary Clinton, visitou o país. As conversas mantidas por Clinton com autoridades quenianas gravitaram em torno das próximas eleições presidenciais, previstas para março de 2013. A Secretária empenhou, ainda, apoio aos esforços do Quênia na manutenção da paz e da segurança na região - especialmente, no que diz respeito à Somália e à participação queniana na AMISOM.

Ainda em agosto de 2012, a Vice-Presidente da Comissão Europeia, Catherine Ashton, em visita ao país, anunciou doação no valor de 28,6 milhões dólares à Comissão Eleitoral e de Fronteiras Independente (IEBC), a ser desembolsada por meio do PNUD. A doação deverá ser empregada na implementação de sistema biométrico de registro de eleitores.

Países Emergentes

O Quênia vem buscando expandir sua presença no cenário internacional e aproveitar as novas oportunidades oferecidas pela globalização econômica. Nesse sentido, tem envidado esforços para diminuir sua dependência dos países ocidentais, cuja cooperação é, em geral, sujeita ao cumprimento de condicionalidades. Como resultado dessa diretriz, foram aprofundadas, nos últimos anos, as relações com a África do Sul, Brasil, Catar, Índia, Turquia e, sobretudo, com a China.

Cabe assinalar que essa inflexão na política externa queniana foi motivada também pelo avanço da integração regional no âmbito da EAC, da diplomacia da diáspora e do crescente ativismo econômico internacional dos seus novos parceiros na África, em comparação com uma relativa retração dos tradicionais cooperantes no continente. Avalia-se que relações econômicas do Quênia estariam retornando, assim, ao seu eixo histórico: em torno da bacia do Índico, do Oriente Próximo e da própria China.

Desde que tomou posse, em 2003, o Presidente Mwai Kibaki já empreendeu diversas viagens à China. A China tem participado em grandes obras de desenvolvimento da infraestrutura, em particular em Nairóbi: entre outros, os anéis viários ao sul e ao norte de Nairóbi e um hospital, também na capital. Empresas chinesas, com financiamento do Banco Mundial, duplicaram a estrada que liga ao aeroporto e recapearam e construíram valas para águas pluviais e calçadas na principal via de acesso à sede da ONU em Gigiri.

O dinamismo da presença chinesa favorece grandemente a potência asiática. Em 2010, o superávit comercial chinês com o Quênia foi superior a 1 bilhão de dólares.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Os setores de serviços (turismo, telecomunicações, transportes e finanças) e a agricultura constituem a base da economia do Quênia. As exportações de chá, café e hortaliças e o turismo são suas principais fontes de divisas externas.

A economia queniana cresceu 5,6% em 2010, índice considerável, levando-se em conta a recessão global, mas inferior ao crescimento dos demais países da África Oriental. No entanto, a seca prejudicou o desempenho da agricultura e pressões inflacionárias (altas nos preços dos alimentos e combustíveis) diminuíram o ritmo de crescimento da economia queniana para 4,5% em 2011.

O Governo do Quênia vem tentando empreender reformas macroeconômicas nos últimos anos, de modo a equacionar os gargalos estruturais da economia e elevar sua competitividade. Dentre as medidas tomadas, destacam-se o estabelecimento de parcerias público-privadas e a elaboração de marcos regulatórios destinados à criação de ambiente de segurança jurídica favorável aos investimentos externos. Para tanto, as autoridades quenianas tem contado com auxílio do FMI, por meio de um pacote de crédito estendido da ordem de US\$ 760 milhões.

Como a maioria dos países no continente, o Quênia possui deficiências em infraestrutura, especialmente no setor de energia. Sendo hidroelétrica a principal matriz energética do Quênia, as recorrentes secas que afetam o país causam períodos de racionamento e interrupções intermitentes no fornecimento de eletricidade, obrigando o Governo a valer-se do uso de geradores como medida de contingência. Estão em curso, porém, projetos de usinas geotérmicas, que gradualmente ganham em importância na geração de energia elétrica no país.

O Quênia estabeleceu políticas de estímulo à produção e consumo de etanol de modo a conter o aumento do preço dos combustíveis. Em março de 2010 foi iniciado programa de mistura compulsória de 10% de etanol à gasolina. A expectativa do Governo é de que o aumento da demanda por etanol estimule o setor açucareiro a diversificar sua produção, resultando na redução do volume de combustível fóssil importado.

Em março de 2012, foi anunciada a descoberta de reservas de petróleo e gás na região de Turkana, que poderiam chegar a 2 bilhões de barris. A avaliação da quantidade de petróleo e da viabilidade de exploração comercial encontra-se em andamento.

A Desvalorização Cambial e seus Reflexos sobre a Economia Queniana

Com desvalorização acumulada frente ao dólar norte-americano superior a 30% durante 2011, a defesa do xelim queniano tem sido um dos grandes desafios para a gestão macroeconômica no Quênia, expondo as limitadas opções de política monetária e problemas estruturais da economia do país. O xelim queniano foi a moeda que mais se desvalorizou no mundo, frente ao dólar, em 2011. Em parte, a desvalorização cambial pode ser atribuída à fase aguda em que teria entrado a crise na Europa, levando à migração de capitais para aplicações seguras em dólar.

A desvalorização do xelim em 2011 possui também razões de fundo, associadas a problemas estruturais da economia queniana. O principal desafio refere-se a sua grande dependência de bens importados, o que explica a longa e crescente série de déficits comerciais. Em 2010, a balança comercial atingiu o maior déficit da história recente, de US\$ 6,8 bilhões, equivalente a 21% do PIB. Não obstante o grande ingresso de divisas oriundo do setor de turismo e das transferências unilaterais, o saldo negativo da balança comercial tem provocado crescentes déficits

em transações correntes, que, em 2010, foi da ordem de 7,8% do PIB (cerca de US\$ 2,5 bilhões).

Nessas condições, o governo elevou a taxa básica de juros para 18% no último trimestre de 2011. A adoção de uma política monetária mais restritiva, aliada ao empréstimo do FMI e de outros bancos comerciais permitiu, já no segundo semestre de 2011, alguma recuperação do xelim queniano. Espera-se, nos próximos anos, ainda que de forma mais gradual, nova desvalorização do xelim, devido ao déficit estrutural em conta corrente e ao risco de nova alta das taxas de inflação.

A rápida deterioração dos índices de inflação foi a face mais visível da desvalorização cambial de 2011. A alta no índice de preços atingiu 20% ao final de 2011, maior índice desde 2008. A adoção de uma política monetária restritiva e a recomposição da taxa de câmbio resultou em uma taxa de inflação anual de 10% em junho de 2012, a menor em 15 meses. São esperadas, ainda, colheitas favoráveis, o que deverá baixar o preço de alimentos e manter a inflação em 10,1% ao final do ano de 2012. Prevê-se para os próximos anos uma redução das taxas de inflação para patamares de um dígito, embora haja o risco de picos eventuais, sobretudo associados a secas, que poderiam provocar alta dos preços de alimentos e de energia elétrica.

Breve análise dos principais itens da balança comercial indica a origem estrutural de seu desequilíbrio. Cerca de 50% das exportações concentra-se em poucos produtos primários: chá (22%), produtos de horticultura (18%) - sobretudo flores, mas também vegetais e frutas -, óleos animais e vegetais, inclusive óleos essenciais (5%) e café "in natura" (4%). Por outro lado, mais de metade das importações refere-se a energia e produtos industrializados: petróleo e derivados (20%), máquinas industriais (18%), veículos automotores (6%), ferro e aço (5%) e plásticos (4%).

Comércio Exterior

O intercâmbio comercial total do Quênia, em 2011, somou US\$ 23,1 bilhões, o que representou crescimento de 14,8% em relação a 2010. Em 2011, as exportações do Quênia somaram US\$ 5,9 bilhões, crescimento de 14,5% em relação a 2010. Os principais mercados de destino para as exportações quenianas foram: Uganda (9,8% do total); Tanzânia (9,5%); Países Baixos (8,3%); Reino Unido (8,1%); Estados Unidos (6,1%). As importações do Quênia somaram US\$ 17,2 bilhões em 2011, com expansão de 14,9% em relação a 2010. As principais

origens das importações do Quênia foram: China (15,2%); Índia (13,7%); Emirados Árabes Unidos (10,4%); Arábia Saudita (7,3%); África do Sul (5,5%).

Comércio e Investimentos Bilaterais

Nos últimos cinco anos, o intercâmbio comercial entre o Brasil e o Quênia cresceu 303,5%, de US\$ 62,5 milhões em 2007 para US\$ 252,2 milhões em 2011. Em 2011, o fluxo bilateral cresceu 106,3% em relação a 2010. O Quênia foi 89º parceiro comercial brasileiro e absorveu 0,05% das trocas comerciais brasileiras em 2011. Entre os países da África Subsaariana, o Quênia ocupou a sétima posição. O saldo da balança comercial, tradicionalmente favorável ao Brasil, registrou superávits brasileiros de US\$ 87,6 milhões em 2009, de US\$ 120,5 milhões em 2010 e de US\$ 250,6 milhões em 2011.

No acumulado até julho de 2012, o intercâmbio comercial apresentou substanciais alterações em sua dinâmica. As trocas comerciais reduziram 35,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, de US\$ 126,4 milhões (jan-jul/2011) para US\$ 81,4 milhões (jan-jul/2012). As exportações brasileiras diminuíram de US\$ 125,8 milhões para US\$ 80,8 milhões. As importações brasileiras cresceram 3,1%, de US\$ 550 mil para US\$ 570 mil. O saldo da balança, no acumulado entre janeiro e julho, registrou US\$ 80,3 milhões, montante 35,9% inferior ao do mesmo período do ano anterior.

Nos últimos cinco anos, as exportações brasileiras para o Quênia cresceram 325%, de US\$ 59,1 milhões em 2007 para US\$ 251,4 milhões em 2011. Em 2011, houve crescimento de 107,2% em relação a 2010. O Quênia é o sexto destino das exportações brasileiras entre os países da África Subsaariana (participação de 3,7% na região). O país absorve 0,1% do total das exportações brasileiras. A pauta de exportações é composta, em sua maior parte, pelos manufaturados, que representaram 64,5% das vendas em 2011, seguidos pelos básicos, com 20,4% e pelos semimanufaturados com 15%.

As importações brasileiras originárias do Quênia, nos últimos cinco anos, reduziram 77%, de US\$ 3,4 milhões em 2007 para US\$ 800

mil em 2011. Em 2011, as importações reduziram 11,5% em relação a 2010. A representatividade do Quênia nas importações brasileiras originárias da África Subsaariana é de 0,01%. A pauta de produtos importados mostra é majoritariamente composta por manufaturados (52,9%), seguidos pelos semimanufaturados (45,5%) e pelos básicos (1,6%).

Os principais produtos brasileiros exportados para o Quênia são equipamentos agrícolas (tratores, máquinas de semear, colheitadeiras, etc.), que mostram tendência de alta, aeronaves (encomendadas da Embraer), açúcar refinado, óleos vegetais e cereais. O Quênia, por sua vez, exporta para o Brasil peles e couros e chá.

A aproximação entre o Brasil e o Quênia, lastreadas por visitas mais frequentes de autoridades e pessoal de cooperação técnica, criou oportunidades para a ampliação do comércio bilateral e o estabelecimento de parcerias entre homens de negócios de ambos os países. Em 2005, a RANDON tornou-se a primeira empresa brasileira a investir no Quênia, associando-se a empresa local para produção em Nairóbi de “trailers” e carrocerias para carga pesada: em um ano e meio de operação, as vendas já superavam os 2,5 milhões de dólares.

Recorde-se, ainda, as negociações, em fase de finalização, entre a construtora Queiroz Galvão e a municipalidade de Nairóbi para a construção de obras viárias na cidade, que deverão contar com financiamento do BNDES.

ANEXOS

Cronologia Histórica

1963: Quênia torna-se independente, tendo como Primeiro-Ministro Jomo Kenyatta, do partido "União Africana Queniana" (KANU).

1964: É formada a República do Quênia. Kenyatta torna-se Presidente, tendo como Primeiro-Ministro Oginga Odinga

1966: Odinga deixa o KANU após desentendimentos ideológicos e forma a União Popular do Quênia (KPU).

1969: Assassinato do Ministro Tom Mboya inicia distúrbios étnicos. A KPU é banida e Odinga é preso. KANU é o único partido que disputa as eleições..

1974: Kenyatta é reeleito.

1978: Kenyatta morre em exercício e é sucedido por seu Vice-Presidente, Daniel Arap Moi.

Jun/1982: A Assembleia Nacional do Quênia oficializa o sistema de partido único

Ago/1982: Exército debela tentativa de golpe liderada pela Força Aérea

1987: Grupos de oposição são suprimidos. País sofre críticas internacionais por conta das prisões políticas e abusos de direitos humanos.

1990: Morte do Ministro do Exterior, Robert Ouko, em circunstâncias suspeitas aumenta o descontentamento com o governo.

Ago/1991: É formado o Fórum para a Restauração da Democracia (FORD), composto por 6 líderes de oposição, entre os quais Oginga Odinga. O Partido é proscrito e seus membros são presos. Em meio a severas condenações internacionais, credores suspendem o auxílio ao Quênia.

Dez/1991: Conferência especial do KANU consente com a introdução de um sistema político multipartidário.

Ago/1992: FORD divide-se em duas facções: Ford-Asili (liderada pelo ex-Ministro da situação Kenneth Matiba) e Ford-Kenya (liderado por Odinga).

Dez/1992: Moi é reeleito em eleições multipartidárias.

1995 – Novo partido de oposição, Safina, é lançado pelo paleontólogo Richard Leakey. O partido tem o seu registro oficial recusado até novembro de 2007.

1997 – Manifestações pedem reforma democrática. Banco Mundial retém a liberação de US\$ 5 bilhões em crédito para ajustes estruturais.

Dez/1997: Moi vence eleições em pleito amplamente contestado. Seus principais opositores são Mwai Kibaki e Raila Odinga, filho de Oginga Odinga.

Ago/1998: Atentado terrorista da Al-Qaeda na Embaixada norte-americana em Nairóbi mata 224 pessoas e fere milhares.

Nov/2002: Ataque terrorista em hotel de propriedade de israelenses mata 10 quenianos e fere 3 israelenses. Al-Qaeda reivindica autoria do ataque.

Dez/2002: Mwai Kibaki vence as eleições presidenciais por ampla maioria e põe fim aos 24 anos de governo de Daniel Arap-Moi.

Dez/2003: Governo decide conceder ao ex-Presidente Daniel Arap-Moi imunidade processual contra acusações de corrupção.

Jul-Ago/2004: Crise alimentar causada pela quebra de safra e seca. Presidente Kibaki fala em desastre nacional.

Out/2004: Ecologista queniana Wangari Maathai ganha o Prêmio Nobel da Paz, tornando-se a primeira mulher africana a receber o Prêmio.

Jul/2005: Parlamento aprova projeto de Constituição.

Nov-Dez/2005: Nova Constituição é rejeitada em referendo.

Abr/2006: Visita do Presidente chinês, Hu Jintao, na qual é assinado contrato que permite à China a prospecção de petróleo na costa queniana.

Dez-Jan/2007 – eleições presidenciais levam a episódios de violência nos quais mais de 1500 pessoas morrem.

Fev/2008: Governo e oposição chegam a um acordo de divisão do poder.

Abr/2008: Governo e oposição concordam com a formação de novo Gabinete.

Out/2008: Relatório de comissão de inquérito sobre a violência pós-eleitoral pede um tribunal internacional para julgar os responsáveis pelo episódio. Muitos líderes políticos relutam em implementar as recomendações da comissão de inquérito, enquanto outros argumentam que os processos poderiam gerar novos conflitos étnicos.

Out/2009: Governo afirma que irá cooperar com o Tribunal Penal Internacional (TPI) para o julgamento dos principais suspeitos dos episódios de violência pós-eleitoral.

Jul/2010 Entra em vigor o Mercado Comum da África Oriental, no Âmbito da Comunidade da África Oriental (EAC).

Ago/2010: Nova Constituição que prevê a limitação dos poderes do Presidente e a devolução de poderes para as regiões é aprovada em referendo.

Jun-Set/2011: África Oriental é assolada pela pior seca em 60 anos.

Ago-Set/2011: Militantes Somalis são suspeitos de atacar resorts costeiros no Quênia e campos de refugiados.

Out/2011: Tropas quenianas entram na Somália para atacar rebeldes acusados de estarem por trás de sequestros de estrangeiros no Quênia. Quênia sofre diversos ataques em represália.

Jan/2012: TPI decide levar a julgamento diversos quenianos proeminentes, em conexão com a violência pós-eleitoral de 2007.

Mar/2012: É descoberto petróleo no país. No mesmo mês, é lançado o projeto do porto de Lomu, opção de escoamento de petróleo do Sudão do Sul.

Jun/2012: Tropas quenianas juntam-se às tropas de paz da União Africana na Somália (AMISOM).

Cronologia das relações Brasil–Quênia

1964: Brasil estabelece relações diplomáticas com o Quênia.

1967: Brasil instala missão diplomática em Nairóbi.

1973: Visita do Chanceler Mário Gibson Barbosa ao Quênia.

1973: Assinatura de Acordo de Intercâmbio Cultural.

1973: Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica.

1974: Missão diplomática brasileira no Quênia é elevada à categoria de Embaixada.

1975: Ministro dos Negócios Estrangeiros do Quênia visita o Brasil.

- 1992: Presidente Daniel Moi visita o Brasil (Rio-92).
- 1995: Chanceler Stephen Kalonzo Musyoka visita o Brasil.
- 1995: O intercâmbio comercial Brasil-Quênia atinge US\$ 31 milhões.
- 2001: Brasil doa medicamentos anti-retrovirais a instituição queniana.
- 2002: O intercâmbio comercial Brasil-Quênia registra US\$ 14 milhões.
- 2005: Visita do MERE ao Quênia.
- 2005: Assinatura do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas.
- 2005: Realização da I Comissão Mista Brasil-Quênia, em Brasília.
- 2005: Assinatura de Acordo na Área de Cooperação Esportiva.
- 2005: O intercâmbio comercial Brasil-Quênia supera US\$ 76 milhões.
- 2006: Instalação da Embaixada do Quênia em Brasília.
- 2006: Visita do Ministro do Turismo e Vida Silvestre do Quênia ao Brasil.
- 2007: Visita da então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ao Quênia.
- 2008: Em julho de 2008, o intercâmbio comercial bilateral já atinge USD 53 milhões.
- 2008: Em agosto, realização da II Comissão Mista Brasil-Quênia, em Nairóbi.
- 2008: Durante a II Comista, são assinados quatro atos bilaterais (saúde, meio ambiente e vistos).
- 2008: Em agosto, Ministra queniana da área social participa de evento do MDS no Brasil.
- 2009: Em setembro, missão de treinadores brasileiros de futebol para capacitação de profissionais quenianos.

2009: Em setembro, convite do Vice-Presidente do Quênia, Sr. Kalonzo Muzyoka para visita do Sr. PR ao Quênia.

2009: Intercâmbio comercial Brasil-Quênia alcança US\$ 91,19 milhões.

2010: Em abril, Presidente Mwai Kibaki transmite convite oficial de visita ao Sr. PR.

2010: Em março, visita de parlamentares quenianos integrantes do Comitê Parlamentar Seletor sobre Atividades de Organizações Ilícitas e visita de representantes da Comissão de Privatização do Ministério das Finanças do Quênia.

2010: Em maio, visitas do Kenya Sugar Board e de representantes da Comissão de Serviços do Parlamento do Quênia.

2010: Em maio, visita de delegação queniana no âmbito do projeto “Apoio ao Projeto DST/AIDS”.

2010: Em maio, Ministro Assistente de Agricultura do Quênia, Sr. Gideon Musyoka Ndambuki, participa do Diálogo Brasil-África.

Jul/2010: Visita do Presidente Lula a Nairóbi. Primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro ao Quênia.

Set/2010: Chanceler queniano, Moses Wetang'ula visita o Brasil. Durante a visita, são assinados acordos sobre Serviços Aéreos e de Cooperação Cultural.

Mar/2011: Vice-Ministro da Agricultura do Quênia visita o Brasil.

Out/2011: Missão técnica da ABC é enviada a Nairóbi para analisar as possibilidades de cooperação entre os dois países em agricultura; desenvolvimento de regiões áridas e semi-áridas; proteção de cabeceiras d' água, gerenciamento de desastres, salvamento marítimo e combate a incêndios florestais.

Mai/2012: Por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), Brasil doa 10 mil toneladas de mantimentos a refugiados abrigados em campos no Quênia.

Jun/2012: Presidente queniano, Mwai Kibaki, vem ao Brasil como chefe da delegação queniana para a Rio+20.

Atos bilaterais

Título	Data Celebração	Vigência
Acordo de Cooperação Técnica	02/02/1973	Em vigor
Acordo de Intercâmbio Cultural	02/02/1973	Em vigor
Comunicado Conjunto	04/02/1973	Em vigor
Comunicado Conjunto	22/04/1975	Em vigor
Acordo para Serviços Aéreos	24/10/1990	Pendente
Memorando de Entendimento para Estabelecimento de Consultas Políticas	07/03/2005	Em vigor
Acordo na Área de Cooperação Esportiva	12/08/2005	Em vigor
Acordo para o Estabelecimento de Comissão Mista para Cooperação	12/08/2005	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Conservação da Vida Silvestre	08/02/2007	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Quênia para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do Serviço Florestal do Quênia, do Corpo de Bombeiros da Prefeitura Municipal de Nairóbi e do Corpo de Bombeiros da Autoridade Aeroportuária do Quênia”	15/08/2008	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Quênia para Implementação do Projeto “Fortalecimento das Ações de Combate ao HIV/AIDS no Quênia”	15/08/2008	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Quênia para Implementação do Projeto “Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária”	15/08/2008	Em vigor
Acordo entre o Brasil e o Quênia sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	15/08/2008	Em vigor
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	06/07/2010	Em Tramitação no Congresso Nacional
Acordo na Área de Educação	06/07/2010	Em tramitação no MRE
Acordo sobre Cooperação no Setor de Energia	06/07/2010	Em tramitação no MRE
Memorando de Entendimento sobre Promoção de Comércio e de Investimentos	06/07/2010	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco e o Instituto do Serviço Exterior do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Quênia	06/07/2010	Em vigor
Acordo sobre Serviços Aéreos	14/09/2010	Em tramitação no MRE
Programa Executivo sobre Cooperação Cultural	14/09/2010	Em vigor

Dados econômico-comerciais

Quênia - evolução do comércio exterior
Valores em US\$ milhões

Descrição	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações (fob)	4.409	5.198	4.520	5.169	5.918
Importações (cif)	11.172	13.356	11.902	14.943	17.172
Saldo comercial	-6.763	-8.158	-7.382	-9.774	-11.254
Intercâmbio comercial	15.580	18.554	16.422	20.112	23.091

Elaborado pelo IBASE/IBRE/IBGE, a partir dos dados da Base de Dados do Comércio Exterior do IBGE, atualizado até o mês de agosto de 2012.

BRASIL-QUÊNIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL US\$ milhões, fob

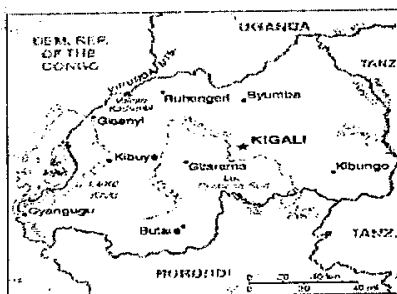
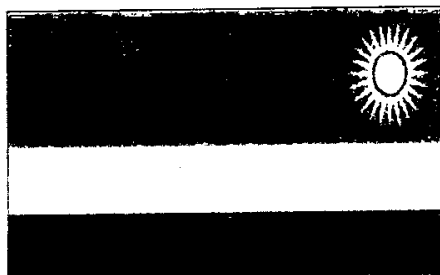
DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (fancil)	2012 (fancil)
Exportações brasileiras	59,1	78,7	89,4	121,4	251,4	125,8	80,8
Varição em relação ao ano anterior	23,8%	33,1%	13,6%	35,7%	107,2%	164,6%	-35,8%
Importações brasileiras	3,40	5,25	1,76	0,87	0,77	0,55	0,57
Varição em relação ao ano anterior	466,7%	54,4%	-66,5%	-50,6%	-11,5%	-6,3%	3,1%
Intercâmbio Comercial	62,5	83,9	91,2	122,2	252,2	126,4	81,4
Varição em relação ao ano anterior	29,2%	34,3%	8,6%	34,1%	106,3%	162,5%	-35,6%
Saldo Comercial	55,7	73,4	87,6	120,5	250,6	125,3	80,3

Elaborado pelo IBASE/IBRE/IBGE, a partir dos dados da Base de Dados do Comércio Exterior do IBGE, atualizado até o mês de agosto de 2012.

BRASIL-QUÊNIA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO US\$ milhões, fob (2011)

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	51,3	20,4%	0,01	1,6%
Semimanufaturados	37,6	15,0%	0,35	45,5%
Manufaturados	162,3	64,5%	0,41	52,9%
Transações especiais	0,2	0,1%	0,00	0,0%
Total	251,4	100,0%	0,77	100,0%

Elaborado pelo IBASE/IBRE/IBGE, a partir dos dados da Base de Dados do Comércio Exterior do IBGE, atualizado até o mês de agosto de 2012.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA DE RUANDA**

Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Agosto de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS	2
PERFIS BIOGRÁFICOS	3
PAUL KAGAME.....	3
LOUISE MUSHIKIWABO	4
RELAÇÕES BILATERAIS	4
ASSUNTOS CONSULARES	6
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS	6
POLÍTICA INTERNA	6
PODER LEGISLATIVO.....	8
POLÍTICA EXTERNA	8
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTO	10
ANEXOS	11
CRONOLOGIA HISTÓRICA	11
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	12
ATOS BILATERAIS.....	12
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS.....	12

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República de Ruanda
GENTÍLICO	Ruandês
CAPITAL	Kigali
ÁREA	26.338 km ² (aproximadamente do tamanho do estado de Alagoas)
POPULAÇÃO (Banco Mundial, 2011)	10,95 milhões (400 mil habitantes a menos que o município de São Paulo)
IDIOMAS OFICIAIS	Kinyarwanda, Francês e Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristianismo (93,6%); Islamismo (4,6%)
SISTEMA DE GOVERNO	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Senado e Câmara dos Deputados)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Paul Kagame (desde 2000)
CHANCELER	Louise Mushikiwabo (desde 2009)
PIB (Banco Mundial, 2011)	US\$ 6,38 bilhões (Brasil: US\$ 2,5 tri)
PIB PPP (Banco Mundial, 2011)	US\$ 13,69 bilhões (Brasil: US\$ 2,3 tri)
VARIAÇÃO DO PIB (Banco Mundial, 2011)	9% (2011); 7,5% (2010); 4,1% (2009); 11,2% (2008); 5,5% (2007)
PIB per capita (Banco Mundial, 2011)	US\$ 583 (Brasil: US\$ 12.600)
PIB per capita PPP (Banco Mundial, 2011)	US\$ 1.251 (Brasil: US\$ 11.720)
UNIDADE MONETÁRIA	Franco Ruandês
IDH	0,429 (166º no mundo)
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2011)	55,4 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	---
ÍNDICE DE DESEMPREGO	---
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	James Kimonyo (residente em Washington)
EMBAIXADOR EM BUJUMBURA	Ana Maria Sampaio Fernandes (residente em Nairóbi)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	---

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões F.O.B) – Fonte: MDIC

BRASIL => RUANDA	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (jan-jul)
Intercâmbio	0,05	0,083	0,53	0,56	0,56	1,32	1,57	1,736	0,452
Exportações	0,047	0,0009	0,53	0,04	0,56	0,45	1,57	1,734	0,412
Importações	0,002	0,082	-	0,52	0,001	0,87	-	0,002	0,04
Saldo	0,004	0,081	0,53	-0,48	0,56	-0,42	1,57	1,732	0,372

PERFIS BIOGRÁFICOS

PAUL KAGAME
Presidente

Paul Kagame nasceu em 23 de outubro de 1957, em Ruhango, cidade situada na então colônia belga de Ruanda-Urundi. Sua família, de etnia tutsi, foi forçada a mudar-se para Uganda em 1960, em meio a conflitos étnicos que causaram a morte de mais de 150 mil pessoas. Kagame passaria o resto da sua infância no campo de refugiados tutsis de Gahunge. Estudante dedicado, cedo se entusiasmou com os grandes líderes revolucionários de sua juventude, como Che Guevara.

Ingressou para o Exército da Resistência Nacional de Uganda (NRA), liderado por Yoweri Museveni, que deporia o Presidente ugandense Tito Okello, em 1986. No mesmo ano, foi designado Chefe de Inteligência Militar do NRA, na condição de homem de confiança do Presidente Museveni e participou da criação da Frente Patriótica Ruandesa (FPR), grupo político-militar cujo objetivo era lutar contra o regime autocrático de Juvénal Habyarimana. Em 1990, recebeu treinamento militar nos EUA.

Em julho de 1994, após o Genocídio de Ruanda, o FPR tomou o poder, propondo-se a liderar um processo de reconciliação e reconstrução do país. Durante o Governo de Unidade Nacional, Kagame exerceu os cargos de Vice-Ministro e Ministro da Defesa. Em 1998, foi eleito presidente da FPR. Dois anos mais tarde, foi eleito Presidente da República de Ruanda pela Assembleia Nacional Transitória, sendo confirmado no cargo por eleições diretas em 2003 e 2010.

LOUISE MUSHIKIWABO
Ministra dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

Louise Mushikiwabo, de etnia tutsi, nasceu em 23 de outubro de 1957, em Kigali. Graduou-se em Línguas Estrangeiras pela Universidade de Ruanda. Em 1986, foi para os Estados Unidos estudar francês e tradução na Universidade de Delaware. Trabalhou na área de relações públicas em Washington.

Perdeu grande parte da sua família no genocídio de 1994, inclusive seu irmão, Lando Ndasingwa, rara liderança tutsi no governo Habyarimana. Mushikiwabo viveu nos Estados Unidos durante mais de trinta anos, período em que teve prolífica produção intelectual vinculada à agenda humanitária de seu país. Em 2004, foi congratulada com a "Outstanding Humanitarian Award" pela American University's School of International Studies. Em 2006, foi coautora do livro de memórias *Rwanda Means the Universe*.

Em 2008, voltou para Ruanda a fim de assumir o cargo de Ministra da Informação. Em dezembro de 2009, foi nomeada Ministra dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Ruanda estabeleceram relações diplomáticas em fevereiro de 1981. A representação brasileira em Kigali é exercida, em caráter cumulativo, pela Embaixada residente em Nairóbi, enquanto a missão diplomática ruandesa em Washington responde pelas relações com o Brasil.

O relacionamento bilateral pouco avançou desde então, não havendo registro de visitas de autoridades brasileiras de alto nível a Kigali. Do lado ruandês, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros efetuou visita ao Brasil em 1982, quando se discutiram possibilidades de cooperação técnica bilateral. Em setembro de 2007, o Ministro Celso Amorim avistou-se com

seu homólogo ruandês em Nova Iorque, à margem da 62ª AGNU, ocasião em que foi firmado o Acordo Quadro de Cooperação Técnica entre os dois países, com base em proposta brasileira. Ademais, de comum acordo com o Governo queniano, o Brasil ofereceu duas vagas a candidatos ruandeses para participar, em outubro de 2007, de curso no Quênia sobre prevenção e combate a incêndio florestal, ministrado por oficiais do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro.

Em março de 2010, a empresa brasileira "4BK" assinou contrato de 11 meses com a Federação de Voleibol e com o Ministério dos Esportes e da Cultura de Ruanda para treinar todas as equipes nacionais naquele esporte, desde categorias de base até seleções nacionais.

Em maio de 2011, o então candidato à Direção-Geral da FAO, Dr. José Graziano, visitou Kigali. Na ocasião, ao mencionar ao Dr. Graziano os desafios de seu país na área agrícola, a Ministra da Agricultura, Agnes Matilda Kalibata, reafirmou o grande interesse de Ruanda em aprofundar a cooperação com o Brasil e comprometeu-se a apoiar sua candidatura.

Em junho de 2011, o Ministro Antonio Patriota reuniu-se com o Presidente de Ruanda, Paul Kagame, por ocasião de visita a Nova York para participar da Reunião de Alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS. O Chanceler brasileiro expressou o desejo de aprofundar as relações bilaterais e manifestou o interesse do Brasil em participar, cada vez mais, do desenvolvimento econômico e social do país. Afirmou constituir a região dos Grandes Lagos, "nova fronteira" da política brasileira para a África. Por sua vez, o Presidente Kagame afirmou compartilhar o desejo de aprimorar os vínculos com o Brasil, país cujo desenvolvimento recente constitui exemplo para os países africanos.

Em seguimento às conversações mantidas em Nova Iorque, foi assinado entre Brasil e Ruanda, em 24 de junho de 2011, o Memorando de Entendimento para a Promoção da Cooperação Sul-Sul relativa ao Fortalecimento da Agricultura e da Segurança Alimentar entre Brasil e Ruanda, durante seminário sobre cooperação técnica em Roma. O primeiro projeto de cooperação no âmbito do acordo deverá consistir no apoio brasileiro ao desenvolvimento de um programa de alimentação escolar em Ruanda. As negociações para lançamento desse projeto encontram-se em estágio avançado, registrando-se a troca de visitas de prospecção de missão ruandesa ao Brasil e de missão organizada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) a Ruanda, respectivamente, em março e agosto de 2012.

Reforçando o perfil brasileiro de prestador de cooperação para a região dos Grandes Lagos, o Governo brasileiro realizou, em agosto de 2012, doação no valor de US\$ 100.000,00 ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em favor da ajuda humanitária de emergência ao campo de refugiados Kigeme em Ruanda. Por meio dessa ajuda, o UNICEF

estabelecerá, em parceria com o Ministério de Gestão de Desastres e Assuntos de Refugiados de Ruanda, um Centro para o Desenvolvimento da Primeira Infância (ECD, no acrônimo em inglês).

ASSUNTOS CONSULARES

A Embaixada em Nairóbi é a única representação brasileira em Ruanda. Além do território de Ruanda, a jurisdição da Embaixada inclui a República do Quênia, a República do Burundi e a República de Uganda.

O setor consular do posto presta o apoio necessário à comunidade brasileira nos quatro países. Estima-se cerca de 900 brasileiros na jurisdição da Embaixada.

Não há, no momento, registro de tópico consular relevante envolvendo o Brasil e Ruanda.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registros de empréstimos ou financiamentos concedidos pelo Brasil a Ruanda.

POLÍTICA INTERNA

Com a independência de Ruanda ante o Reino da Bélgica, em 1962, a etnia hutu (84%) assumiu a hegemonia no quadro político interno, em detrimento da elite colonial formada pela etnia tutsi (15%). Esse jogo de forças foi reforçado com o golpe de Estado que, em 1973, levou Juvénal Habyarimana ao poder.

Durante as décadas de 1980 e 1990, Ruanda viveu período de forte estagnação econômica que se refletiu em instabilidade política. Em 1990, a oposição, constituída, principalmente, de refugiados tutsis, aliados a hutus moderados, fundou a Frente Patriótica Ruandesa (FPR), com sede em Uganda, e organizou uma invasão pelo norte de Ruanda, que somente foi reprimida devido ao apoio da França e dos países francófonos vizinhos. Em agosto de 1993, o Presidente ruandês negociou um cessar-fogo com os rebeldes – os Acordos de Arusha. Com vistas a supervisionar a implementação dos acordos, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) aprovou a criação da Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda (UNAMIR).

Em 1994, a trégua foi bruscamente interrompida após o atentado contra o avião em que viajavam Juvénal Habyarimana e Cyprien

Ntaryamira, Presidente do Burundi. A morte de Habyarimana serviu de estopim para o Genocídio de Ruanda, em que morreram 500 a 800 mil pessoas, a maioria das quais tutsis e hutus moderados. As milícias hutus “Interahamwe” e “Impuzamugambi”, dirigidos pela agremiação política “Akazu”, foram os principais executores do genocídio.

Em meio ao caos predominante no país, a FPR, contando com o suporte dos EUA, reiniciou os seus ataques contra as forças de Kigali, logrando tomar o poder em julho de 1994.

Aproximadamente 2 milhões de hutus que participaram diretamente do genocídio viram-se forçados a fugir em direção aos países vizinhos, o que agravou ainda mais os quadros humanitário e geopolítico na região. Com objetivo de prover a assistência aos refugiados e estabilizar o país, o CSNU aprovou a criação da UNAMIR 2.

No poder, a FPR buscou formar um governo de união nacional, com a nomeação dos hutus Pasteur Bizimungu, para Presidente, e Faustin Twagiramungu, para Primeiro-Ministro. A intenção da FPR foi a coabitação política com o antigo Movimento Republicano Nacional pela Democracia e o Desenvolvimento (MRND), tradicional partido hutu, vinculado ao ex-Presidente Juvénal Habyarimana. Em março de 1999, foram realizadas as primeiras eleições municipais e, em 2003, foi aprovada uma nova Constituição por referendo. Por meio de leis de criminalização da ideologia do genocídio, a Carta veda qualquer partido político que se fundamente em distinções de raça, cor ou gênero e garante, ademais, direito de repatriação a todos os refugiados ruandeses.

Em 2000, com a resignação de Pasteur Bizimungu, Paul Kagame, um dos principais líderes tutsi da FPR, assumiu a presidência por eleição indireta. Kagame é o atual Presidente de Ruanda, tendo sido confirmado no cargo por meio de eleições, em 2003 e 2010, para mandatos de seis anos.

O Presidente Kagame fez da reconciliação nacional e da recuperação da economia do país os principais objetivos de seu governo. Em que pese a existência continuada de tensões fronteiriças – principalmente com a República Democrática do Congo –, Ruanda teve, desde 2000, contínuo crescimento econômico combinado com controle inflacionário.

Embora seja improvável que Ruanda venha a reviver, no médio prazo, os horrores da década de 1990, é preocupante o fato de o país não contar com praticamente nenhuma oposição. Segundo a ONG Human Rights Watch, há em Ruanda frequentes casos de ameaças a vozes dissidentes, principalmente a jornalistas nacionais e estrangeiros. Lembre-se, além disso, que a FPR é uma agremiação de base eminentemente tutsi e a falta de representatividade dos hutus nos altos escalões do Governo pode gerar descontentamento entre determinados segmentos da etnia.

PODER LEGISLATIVO

Há sete partidos políticos representados no Governo da Unidade Nacional: Frente Patriótica Ruandesa (FPR), Partido Social Democrata (PSD), Partido Liberal (PL), Partido Democrata Centrista (PDC), Partido Democrático Ideal (PDI), Partido Socialista Ruandês e União Democrática do Povo Ruandês (UDPR).

O Poder Legislativo em Ruanda é bicameral, composto pelo Senado e pela Câmara dos Deputados. O Senado é formado por 26 Senadores, dos quais 12 são eleitos localmente, 8 são nomeados pelo Presidente da República, 4 são eleitos pelo Fórum de Organização Política e 2 representam instituições de ensino superior. A Câmara dos Deputados é composta por 80 representantes, dos quais 53 são eleitos por voto direto, 24 mulheres são nomeadas por executivos locais e 3 são eleitos por jovens e pessoas portadoras de necessidades especiais. Nas últimas eleições – legislatura 2008-13 –, a FPR obteve ampla maioria, com pouco menos de 80 % dos assentos da Câmara.

POLÍTICA EXTERNA

Ruanda tem seguido uma política externa voltada à obtenção de ajuda internacional e à coordenação de esforços com os países vizinhos, a fim de assegurar a estabilidade em seu entorno regional. A posição estratégica de Ruanda nos Grandes Lagos e o potencial econômico do país constituem atributos atrativos para investidores internacionais.

A comunidade internacional segue apoiando o esforço de reconstrução do país. As relações com a ONU e suas agências especializadas costumam oscilar: se, por um lado, o país depende em larga escala da assistência humanitária fornecida por agências como o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e o Alto Comissariado para os Refugiados (ACNUR), por outro, não raro manifesta desconforto com as atividades destas mesmas agências no país, alegando interferência em seus assuntos internos.

Ruanda confere grande importância ao relacionamento com os países de seu entorno regional. A guerra civil em Ruanda levou cerca de dois milhões de refugiados hutus – muitos dos quais membros do exército ruandês – a abrigarem-se nas províncias de Kivu do Norte e Kivu do Sul (na fronteira leste da República Democrática do Congo – RDC), onde entraram em choque com os banyamulenges, grupo local de origem tutsi. Ruanda acabou envolvendo-se na crise interna da RDC, contribuindo, ao

lado de Uganda, para a vitória de Laurent Kabila, em maio de 1997, contra o regime de Mobutu Sese Seko.

Em 30 de julho de 2002, foi assinado, em Pretória, acordo de paz que determinou a retirada das tropas ruandesas do território congolês. Em 23 de março de 2009, foi firmado acordo de paz entre o Governo da RDC e os rebeldes tutsis do Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP, no acrônimo em francês), por meio do qual o CNDP se converteu em partido político e sua facção armada, liderada pelo General Bosco Ntaganda, uniu-se ao exército congolês. Após esse acordo, pacificaram-se as relações com Ruanda, que o Governo de RDC acusava de prestar apoio aos rebeldes tutsi. Nesse contexto, reabrindo-se as Embaixadas em Kigali e Kinshasa, desativadas desde agosto de 1998. Entre 2009 e 2012, houve cooperação entre as forças armadas de ambos os países na região de fronteira, realizada com o intuito de debelar os rebeldes hutus das Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda (FDLR).

Em abril de 2012, todavia, um grupo de várias centenas de militares liderados pelo Bosco Ntaganda rebelou-se contra o exército congolês, formando o grupo "March 23" (M23), em alusão aos acordos firmados cerca de 3 anos antes. A insurgência do M23 teria sido resposta à decisão do Presidente congolês, Joseph Kabila, de deter Bosco Ntaganda, que possuía contra si mandado de prisão do Tribunal Penal Internacional por crimes de guerra. O movimento fortaleceu-se desde então, causando intensa deterioração da situação de segurança das províncias de Kivu do Norte e Kivu do Sul. Em julho de 2012, o Grupo de Especialistas da ONU sobre RDC publicou relatório associando o Governo de Ruanda ao M23, o que vem sendo sistematicamente negado por Kigali.

As relações com a Tanzânia, abaladas no início de 1997, após a expulsão de 500 mil refugiados ruandeses daquele país, têm melhorado sensivelmente e tendem a voltar-se cada vez mais para a esfera econômica e comercial, com a consolidação da Comunidade da África Oriental (EAC), que engloba, além de Ruanda e da Tanzânia, o Burundi, Uganda e o Quênia. Em 2010, o bloco deu os primeiros passos em direção ao estabelecimento de um mercado comum na região, com a adesão dos países membros ao Protocolo de Mercado Comum da EAC.

Com a África do Sul, Ruanda tem desenvolvido estreito relacionamento desde o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, em 1995. Os acordos bilaterais passam de quatorze, cobrindo diferentes áreas de cooperação, e registra-se expressivo número de visitas de alto nível.

A China ocupa crescente posição nas relações econômico-comerciais, constituindo, atualmente, o terceiro principal destino das exportações ruandesas e ocupando o quarto lugar na origem de importações.

Desde que assumiu a presidência, Kagame buscou cultivar um bom relacionamento com os países ocidentais e organismos internacionais, a fim de angariar investimentos, doações e assistência humanitária. EUA e Reino Unido seguem sendo seus principais doadores internacionais para Ruanda, a despeito de ameaças de corte nos programas de ajuda motivadas por denúncias de perseguição política e de restrição das liberdades fundamentais no país. É digno de nota, ademais, a recente reaproximação de Ruanda com a França, evidenciada pela visita do Presidente Kagame a Paris no início de setembro de 2011. A visita realizou-se em contexto de "normalização" das relações bilaterais, abaladas por inquérito instaurado pela França, em 2006, contra membros da FPR que levava, na ocasião, à ruptura das relações diplomáticas.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTO

Segundo as últimas projeções e guardadas as devidas proporções, a economia de Ruanda deverá manter desempenho relativamente bom. Estima-se que seu PIB possa lograr expansão real de até 6,5% em 2012, sendo que o país vem de uma série de bom crescimento: 9%, em 2011, e 7,5%, em 2010.

O intercâmbio comercial total de Ruanda, em 2011, somou US\$ 1,82 bilhão, crescimento de 27% comparado aos valores de 2010. A projeção para 2012 é a de que a corrente comercial fique condicionada a uma expansão de apenas 1,8%. A balança comercial do país é estruturalmente deficitária (US\$ 689 milhões em 2011). Em 2011, as exportações ruandesas somaram US\$ 566 milhões, crescimento de 38% em relação a 2010. Os principais mercados de destino para suas exportações foram Quênia (28% do total); Malásia (15%); China (13%); República Democrática do Congo (11%); Estados Unidos (5%). As importações totais de Ruanda somaram US\$ 1,26 bilhão em 2011, com crescimento de 23% em relação aos valores do ano de 2010. Os principais países de origem das importações ruandesas foram Quênia (18%); Uganda (16%); Estados Unidos (11%); Emirados Árabes (9%); China (6%).

O saldo da balança comercial, desfavorável ao Brasil em 2007 e 2009, registrou superávit de US\$ 1,7 milhão em 2011.

No acumulado até julho de 2012, o intercâmbio comercial entre os dois países reduziu-se em 45,8% com relação ao mesmo período de 2011, diminuindo de US\$ 838,3 mil (jan-jul/2011) para US\$ 453,1 mil (jan-jul/2012). As exportações diminuíram 50,5% em relação ao mesmo período de 2011, de US\$ 834,3 mil para US\$ 412,6 mil. As importações aumentaram vinte vezes entre janeiro e julho de 2012, de US\$ 2 mil para

US\$ 40,5 mil. O saldo foi superavitário para o Brasil em US\$ 372,2 mil, valor 55,3% inferior ao contabilizado no mesmo período de 2011.

As exportações brasileiras para Ruanda cresceram significativamente nos últimos cinco anos, de US\$ 41,6 mil, em 2007, para US\$ 1,74 milhão, em 2011. Em 2011, as vendas expandiram-se em 10,2% em relação a 2010. Ruanda foi o 43º destino das exportações brasileiras entre os países da África Subsaariana, representando 0,03% do total, bem como ocupa a 183ª posição no ranking dos destinos das exportações brasileiras totais, com participação de 0,001%. A pauta de exportações do Brasil é composta por 100% de manufaturados.

Nos últimos cinco anos, as importações brasileiras originárias de Ruanda oscilaram negativamente. Em 2007, as compras somaram US\$ 526,4 mil. Em 2009, ano de melhor desempenho, as aquisições alcançaram US\$ 875,8 mil. Em 2010, não houve registro de importações. Em 2008 e em 2011, as compras ficaram próximas de US\$ 2 mil em cada ano. Em 2011, Ruanda foi o 39º fornecedor do Brasil entre os países da África Subsaariana, representando 0,00002% do total do Bloco, bem como foi o 203º país fornecedor do Brasil, com representatividade de 0,000001%. À semelhança das exportações, a pauta de importações do Brasil é composta por 100% de manufaturados.

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA

- 1885:** Congresso de Berlim, o território ruandês fica sob domínio Alemão.
- 1916:** Durante a I Guerra Mundial, Ruanda passa para domínio da Bélgica.
- 1962:** Independência de Ruanda ante o Reino da Bélgica. Marco para ascensão da etnia hutu no quadro político interno.
- 1973:** Golpe de Estado coloca no poder Juvénal Habyarimana
- 1990:** Invasão da Frente Patriótica Ruandesa (FPR) desde Uganda
- 1993:** Assinatura dos Acordos de Arusha
- 1994:** Morte de Habyarimana dá início ao Genocídio de Ruanda
- 2000:** Paul Kagame assume a presidência com a resignação de Pasteur Bizimungu.
- 2003:** Paul Kagame é eleito Presidente de Ruanda
- 2010:** Paul Kagame é eleito Presidente de Ruanda

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1981: Brasil e Ruanda estabeleceram relações diplomáticas

1982: Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Ruandês ao Brasil

2007: Encontro do Ministro Celso Amorim com seu homólogo ruandês em Nova Iorque, à margem da 62ª AGNU

2007: Firmado o Acordo Quadro de Cooperação Técnica

2010: Contrato entre a empresa brasileira "4BK" e o Ministério dos Esportes e da Cultura de Ruanda.

2011 (maio): Visita do então candidato à Direção-Geral da FAO, Dr. José Graziano a Kigali.

2011 (junho): Encontro entre o Ministro Antonio Patriota e o Presidente de Ruanda, Paul Kagame, por ocasião de visita a Nova York para participar da Reunião de Alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS.

2011 (junho): Assinado o Memorando de Entendimento para a Promoção da Cooperação Sul-Sul relativa ao Fortalecimento da Agricultura e da Segurança Alimentar entre Brasil e Ruanda.

ATOS BILATERAIS

Título	Data Celebração	Vigência
Acordo de Cooperação Técnica	29/09/2007	Em ratificação
Memorando de Entendimento para a Promoção da Cooperação Sul-Sul relativa ao Fortalecimento da Agricultura e da Sudão	24/06/2011	Em vigor

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Ruanda - evolução do comércio exterior

Valores em US\$ milhões

Descrição	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações (fob)	245	398	332	409	566
Importações (cif)	802	1.148	969	1.024	1.255
Saldo comercial	-557	-750	-636	-615	-689
Intercâmbio comercial	1.047	1.546	1.301	1.433	1.821

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, Director of Trade Statistics, August 2012

BRASIL-RUANDA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ mil, fob

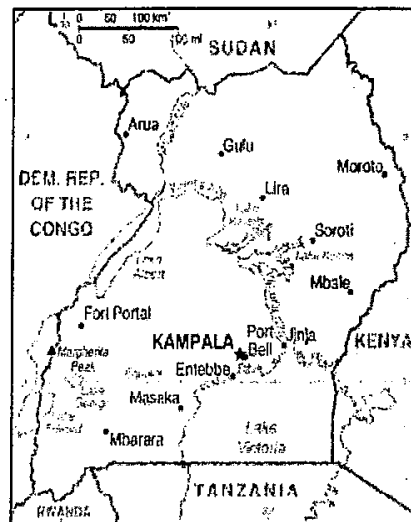
DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-jul)	2012 (jan-jul)
Exportações brasileiras	41,6	565,4	451,2	1.574,5	1.735,0	834,3	412,6
Varição em relação ao ano anterior	-92,2%	1257,6%	-20,2%	249,0%	10,2%	86,3%	-50,5%
Importações brasileiras	526,4	1,9	875,8	0,0	2,0	2,0	40,5
Varição em relação ao ano anterior	100,0%	-99,6%	44880,8%	-100,0%	100,0%	100,0%	1928,2%
Intercâmbio Comercial	568,1	567,4	1.327,0	1.574,5	1.737,0	836,3	453,1
Varição em relação ao ano anterior	5,8%	-0,1%	133,9%	18,7%	10,3%	86,8%	-45,8%
Saldo Comercial	-484,8	563,5	-424,6	1.574,5	1.733,0	832,3	372,2

Elaborado pelo MRE/PRDiC - Divisão de Intercâmbio Comercial, com base em dados do MDIC

BRASIL-RUANDA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ mil, fob - 2011

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Semimanufaturados	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Manufaturados	1.735,0	100,0%	2,0	100,0%
Transações especiais	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Total	1.735,0	100,0%	2,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/PRDiC - Divisão de Intercâmbio Comercial, com base em dados do MDIC

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA DE UGANDA**

Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Agosto de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS.....	2
PERFIS BIOGRÁFICOS	3
RELAÇÕES BILATERAIS	4
POLÍTICA INTERNA	8
POLÍTICA EXTERNA	12
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS.....	15
ANEXOS	19
CRONOLOGIA HISTÓRICA.....	19
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	21
ATOS BILATERAIS.....	22
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS	23

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República de Uganda
GENTÍLICO	Ugandense
CAPITAL	Campala (1,6 milhões de habitantes – equivalente à população de Recife)
ÁREA	241.038 km ² (aproximadamente do tamanho do estado do Piauí - 197.000 km ²)
POPULAÇÃO (2011)	35,8 milhões (aproximadamente o dobro da população do estado de Minas Gerais – 19 milhões)
IDIOMAS	Inglês (oficial); luganda, swahili
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristã Protestante (42%); Cristã Católica (41,9%); islâmica (12,1%); outras (3,1%); sem religião (0,9%)
SISTEMA DE GOVERNO	Presidencialismo Misto
PODER LEGISLATIVO	Unicameral – Assembléia Nacional
CHEFE DE ESTADO	Presidente Yoweri Kaguta Museveni (desde 26/01/1986)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Sam Kahamba Kuteesa (desde 13/01/2005)
PIB nominal (2011)	US\$ 16,8 bilhões (Brasil US\$2,5 trilhões)
PIB PPP (2011)	US\$ 46,7 bilhões
PIB nominal <i>per capita</i> (2011)	US\$ 487
PIB PPP <i>per capita</i> (2011)	US\$ 1354
VARIAÇÃO DO PIB (%)	6,7% (2011); 5,6% (2010); 3,9% (2009); 10,4% (2008); 8,1% (2007)
IDH	0,446 (161ª posição)
EXPECTATIVA DE VIDA	54,1 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	71,4%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	3,6% (fonte: Uganda Bureau of Statistics)
UNIDADE MONETÁRIA	Xelim ugandense US\$ 1 = 2490,2 UGX
EMBAIXADOR EM UGANDA	Ana Maria Sampaio Fernandes (residente em Nairóbi)
EMBAIXADOR NO BRASIL	Perezi K. Kamunanwire (residente em Washington)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	900 brasileiros na área de jurisdição da Embaixada em Nairóbi (compreende também Ruanda, Burundi e Quênia).

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões F.O.B) – Fonte: MDIC

BRASIL ⇒ UGANDA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (jan-Jul)
Intercâmbio	1,93	3,60	4,39	3,09	3,97	3,01	3,58	5,22	9,26	3,89
Exportações	1,90	3,60	4,39	2,46	2,46	2,66	3,49	4,89	8,88	3,62
Importações	0,03	---	---	0,63	0,68	0,35	0,09	0,33	0,37	0,27
Saldo	1,86	3,60	4,39	1,83	2,60	2,31	3,40	4,56	8,51	3,34

PERFIS BIOGRÁFICOS**YOWERI KAGUTA MUSEVENI****Presidente**

Yoweri Museveni nasceu em Ntungamo, Uganda, em 1944. Graduou-se em Economia e Ciência Política na Universidade de Dar Es Salam, Tanzânia. Durante a juventude, adotou o marxismo e os ideais pan-africanos. Formou a Frente Africana Revolucionária dos Estudantes Africanos e esteve em Moçambique, onde recebeu treinamento de guerrilha da FRELIMO.

Em 1970, ingressou no serviço de inteligência do Presidente ugandense Milton Obote. Em 1971, quando Idi Amin assumiu o poder por meio de um golpe de estado, Museveni exilou-se na Tanzânia, junto com Obote. Em 1978, ano em que Idi Amin ordenou a invasão da Tanzânia, Museveni e outros exilados e rebeldes ugandenses criaram a Frente de Libertação Nacional de Uganda (UNFL). Em abril de 1979, com a deposição de Idi Amin pela aliança formada pela UNFL e o exército tanzaniano, Museveni tornou-se Ministro da Defesa. Em 1980, com a deposição do então Presidente Yusuf Lule, Museveni foi transferido para a pasta da Cooperação Regional e, em seguida, tornou-se Vice-Chefe da Comissão Presidencial, que convocou eleições nacionais.

Em 1986, à frente de tropas insurgentes, Museveni depôs o Presidente Okello, e assumiu o controle do país. Em maio de 1996, nas primeiras eleições sob seu comando, foi eleito Presidente, cargo para o qual seria reeleito em 2001. Foi reeleito Presidente sucessivamente em 2006 e em 2011, graças a emenda na Constituição que permitiu a reeleição para o cargo por mais de uma vez.

O Presidente Yoweri Museveni esteve no Brasil em três oportunidades, para eventos multilaterais. Em 1992, participou da Conferência do Rio sobre Meio Ambiente, em 2004, da XI Conferência da UNCTAD, em São Paulo, e, em março de 2010, do V Foro Urbano Mundial (UN-Habitat), realizado no Rio de Janeiro.

SAM KAHAMBA KUTESA
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Sam Kutesa nasceu em 1º de fevereiro de 1949. Graduou-se em Direito pela Universidade Makerere, em 1973. Em 1974, fez curso de pós-graduação em Prática Legal. Em 1980, foi eleito membro do Parlamento de Uganda. Em 1985, foi nomeado Ministro da Justiça. Em 1994, foi eleito membro da Assembléia Constituinte. Em 1996, ainda como membro do Parlamento, tornou-se Ministro das Finanças, Planejamento e Desenvolvimento Econômico. É Ministro dos Negócios Estrangeiros de Uganda desde 2005.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com Uganda em 1970. A representação brasileira junto ao Governo de Campala faz-se por cumulatividade com a Embaixada em Nairóbi, enquanto a missão diplomática ugandense em Washington responde pelas relações com Brasília. O governo ugandense, contudo, tem sinalizado, mais recentemente, sua intenção de abrir embaixada em Brasília.

O relacionamento entre os dois países é ainda pouco denso. Houve raras visitas bilaterais de alto nível, como a do Ministro de Cooperação e Comércio de Uganda, Yona Kanyomozi, em junho de 1984. A três vindas do Presidente Museveni ao Brasil deram-se no contexto de grandes eventos multilaterais (Conferência do Rio sobre Meio Ambiente, 1992; XI Conferência da UNCTAD, 2004; e V Foro Urbano Mundial (UN-Habitat), 2010).

Existem, contudo, campos propícios para futuras iniciativas, já tendo ambos os países intercambiado diversas missões de caráter técnico. Em outubro de 2007, o Brasil ofereceu, de comum acordo com o Governo queniano, duas vagas a candidatos ugandenses para participar de curso no *Kenya Wildlife Service* sobre prevenção e combate a incêndio florestal, ministrado por oficiais do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro e promovido em conjunto com o Itamaraty (ABC).

Em outubro de 2008, missão integrada por especialistas da EMBRAPA e da Rede Interuniversitária de apoio ao Setor Sucro-Alcooleiro (RIDESA) visitaram Quênia, Uganda e Ruanda para discutir zoneamento agrícola e produção de etanol com base na cana-de-açúcar. A missão encontrou-se com altas autoridades governamentais, técnicos e representantes do setor privado, além de ter realizado visitas de campo a empreendimentos do setor sucro-alcooleiro. A Embaixadora do Brasil no Quênia (Embaixadora não-residente em Uganda) visitou Campala nos dias 13 e 14 de outubro daquele ano para acompanhar a referida missão, aproveitando o ensejo para encontrar-se com o Ministro de Negócios Estrangeiros, Sam Kutesa, e também com o Ministro da Agricultura e com o Ministro da Energia de Uganda.

Em novembro de 2008, a Ministra de Água e Meio Ambiente de Uganda, Maria Mutagamba, participou do Segmento Intergovernamental de Alto Nível da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, realizado em São Paulo.

Em agosto de 2009 foi realizada missão de estudos composta por técnicos da área de energia dos Governos de Uganda e Ruanda, organizada pela ABC, com o objetivo de conhecer a experiência brasileira em biocombustíveis. A missão realizou visitas à Embrapa em Campinas, à Universidade Federal de São Carlos, ao Instituto Agrônomo de Ribeirão

Preto, à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e à Universidade Católica de Petrópolis.

Em novembro de 2009, missão do Comitê Parlamentar de Assuntos Presidenciais de Uganda visitou Brasília a fim de conhecer o quadro legal e institucional brasileiro em relação ao tratamento dos denunciantes de corrupção. A missão foi chefiada por Menhya Gerald, Presidente do Comitê de Assuntos Presidenciais de Uganda, e realizou visitas à Controladoria-Geral da União (CGU), à Secretária Especial de Direitos Humanos (SEDH/PR) e à Câmara dos Deputados.

Em maio de 2010, o Ministro da Agricultura, Indústria Animal e Pesca de Uganda, Hope Mwesigye compareceu à Reunião de Ministros da Agricultura do Brasil e da África (Diálogo Brasil – Países Africanos em matéria de Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural), em Brasília.

Em julho de 2010 foi organizado, em Campala, o seminário “Pro-Renova” de difusão da tecnologia de biocombustíveis brasileira. A realização do seminário deu continuidade aos contatos iniciados em 2008.

No plano político, vale ressaltar que, em dezembro de 2010, os Diretores do Departamento da África e do Departamento de Organismos Internacionais do Itamaraty mantiveram consultas políticas em Campala com seus correspondentes ugandenses para Américas e Assuntos Multilaterais, ocasião em que intercambiaram percepções sobre os principais temas das agendas internacional e bilateral.

Desdobramentos mais recentes

Em setembro de 2011, foi assinado entre os dois países o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, que está sendo encaminhado ao Congresso Nacional para ratificação.

Mais recentemente, Uganda tem demonstrado interesse em intensificar a cooperação com o Brasil. O país já manifestou sua intenção de participar do Programa "Mais Alimentos África" (MAF) e também de receber cooperação esportiva e capacitação de treinadores de futebol com vistas à participação do país nos jogos olímpicos de 2016. Destaca-se também a participação em projeto de cooperação triangular entre a ABC, o PNUD e a

agência japonesa de cooperação (JICA) para desenvolvimento de capacidades de gestão da cooperação técnica internacional. Uganda também manifestou interesse na cooperação com o Brasil para o cultivo do algodão, em projeto estruturante em fase de elaboração pela ABC, que deverá englobar ainda o Burundi, o Quênia e a Tanzânia.

Vale registrar que o novo plano de governo do Presidente Museveni, reeleito em fevereiro de 2011, define os setores de infra-estrutura e desenvolvimento social como os mais estratégicos para a modernização de Uganda e prevê que eles sejam contemplados em projetos estruturantes com vistas a tornar Uganda um “país de renda média” em 2040. Esses objetivos de governo representam potenciais oportunidades de negócios e de cooperação bilateral com o Brasil, país que fomenta diversos projetos de infra-estrutura básica na África e que desenvolveu reconhecida experiência em políticas de desenvolvimento social.

Em março de 2012, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi realizada missão de estudos de alto nível ao Brasil para conhecer as políticas adotadas para a implementação de serviços de proteção social. Integraram a missão Ministros de Estado de áreas sociais e correlatas.

Em abril de 2012, realizou-se em Campala a 126ª Assembleia da União Interparlamentar. Na ocasião, a Presidente do Parlamento de Uganda, Rebecca Kadaga, manteve encontro com o chefe da delegação brasileira, deputado Átila Lins. Durante o encontro, os dois parlamentares concordaram em analisar áreas em que os dois países poderiam estreitar a cooperação. A senhora Kadaga apresentou proposta de Memorando de Entendimento de cooperação parlamentar.

Em junho de 2012, a Ministra do Meio Ambiente ugandense, Flavia Munaaba esteve no Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

Assuntos consulares

O Brasil não possui representação diplomática residente em Uganda; portanto, questões consulares relativas ao país estão a cargo da Embaixada em Nairóbi. A jurisdição da Embaixada inclui, além de Quênia e Uganda, a República Ruandesa e a República do Burundi. O setor consular do posto presta o apoio necessário à comunidade brasileira nos quatro países. Estima-se cerca de 900 brasileiros na jurisdição da Embaixada.

O Senhor Paul Mugambwa é o atual Cônsul Honorário do Brasil em Campala.

Não há, no momento, registro de detentos brasileiros em Uganda. Tampouco há registro de tópico consular relevante envolvendo o Brasil e Uganda.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registros de empréstimos ou financiamentos concedidos pelo Brasil a Uganda.

POLÍTICA INTERNA

Sistema político

A Constituição de Uganda, promulgada em 1995, define o país como uma República Democrática. O Presidente da República exerce as funções de Chefe de Estado e de Governo, além de ser o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas. O país conta ainda com um Primeiro-Ministro, nomeado pelo Presidente. Na prática, porém, o Primeiro-Ministro submete-se ao Presidente, atuando principalmente como um gestor de governo. Cabe ao Presidente definir as linhas de ação governamental e tomar as decisões políticas mais importantes.

O Legislativo é unicameral. A Assembléia Nacional é, atualmente, composta por 388 deputados, dos quais 238 são eleitos diretamente. Cada distrito ugandense (atualmente 112) elege ainda uma mulher para representá-lo. Há também 10 representantes das Forças Armadas, 5 representantes dos jovens, 5 representantes dos portadores de necessidades especiais, 5 representantes de trabalhadores e 13 membros *ex-officio*. Essa última categoria inclui os Ministros e Vice-Presidente do país, caso não sejam também membros do Parlamento. Os membros *ex-officio*, embora possam participar das deliberações, não têm direito a voto no Parlamento.

Os membros do Parlamento são eleitos para uma legislatura de 5 anos. Atualmente, o Parlamento encontra-se em sua 9ª legislatura, que se iniciou em 2011 e deverá terminar em 2016.

Breve histórico

Após a Conferência de Berlim de 1884, o território ao norte das margens do Lago Vitória foi declarado protetorado britânico. Em 1902, a região foi desmembrada em Uganda e Quênia. A partir de então, intensificou-se a exploração colonial do território, que exportava para a Inglaterra principalmente algodão e café. Diversamente do Quênia, Uganda não acolheu número significativo de colonos europeus, mas de mão-de-obra proveniente de outras partes do Império Britânico, sobretudo da Índia. Esses imigrantes forçados foram responsáveis pela construção da infra-estrutura e administração da colônia.

Em 1962, Uganda tornou-se independente da Inglaterra. O primeiro governo após a independência foi formado por uma coalizão entre líderes do Sul e do Norte do país, com a nomeação do Rei Edward Muteesa (da etnia Bantu, predominante no Sul) para o cargo de Presidente, e Milton Obote (da tribo Langui, no Norte) para Primeiro-Ministro. Ao tentar instituir um regime de partido único, com o objetivo de eliminar o tribalismo, o Primeiro-Ministro Obote entrou em conflito com o Presidente. Em 1966, com o apoio do Exército, Obote suspendeu a Constituição, que assegurava considerável autonomia aos diversos reinos tribais. Nesse mesmo ano, Obote tomou o poder. A resistência de Muteesa ao golpe foi reprimida pelo Exército, então sob o comando do General Idi Amin Dada.

Em 1971, Idi Amin, que vinha concentrando cada vez mais poder em suas mãos, depôs Obote. Uma das primeiras medidas do Governo de Idi Amin consistiu na deportação em massa da população de origem indiana (elite comercial do país) e no subsequente confisco de suas propriedades. Valendo-se de um populismo xenófobo que explorava as rivalidades étnicas, e apoiado por uma guarda de militares oriundos de sua etnia (Kakwa), o mandatário consolidou-se no poder, chegando a angariar altos índices de popularidade por curto período.

Durante sua gestão, o cenário político foi pontuado por assassinatos de membros da oposição, pela perseguição de líderes religiosos cristãos (Idi Amin era muçulmano, num país onde mais de 80% da população professam o cristianismo) e por ataques armados contra tribos rivais, como o grupo dos Langui, do Presidente deposto Milton Obote. Em 1979, uma disputa de fronteira com a Tanzânia, que havia concedido asilo a Obote e jamais reconheceu o governo instalado em Kampala, resultou na invasão de Uganda

por tropas tanzanianas e refugiados ugandenses. Idi Amin exilou-se na Arábia Saudita, deixando, como saldo de seus nove anos no poder, mais de 300 mil mortos.

As forças invasoras instalaram novo governo em Campala, sob a égide da Frente Nacional de Libertação de Uganda, liderada por Yusuf Lule, figura proeminente nos meios tribais da região sul do país. Inconformadas com a perda de espaço político, as etnias da região norte, área de influência de Milton Obote, formaram o Novo Exército Nacional de Libertação de Uganda (UNLA), que logo assumiu o controle e depôs Lule. Uma comissão militar assumiu o poder e organizou eleições presidenciais em 1980, que levaram à recondução de Milton Obote à Presidência. Um dos candidatos derrotados, Yoweri Museveni, não aceitou o resultado do pleito (considerado por observadores da Commonwealth como "bastante satisfatório") e deflagrou uma guerrilha contra o Governo instituído, à frente do Exército de Resistência Nacional (NRA).

O segundo Governo de Obote, tal como o primeiro, dependeu do apoio do Exército (UNLA), uma vez que o mandatário não foi capaz de angariar consenso entre as diversas facções tribais do país. Por outro lado, o movimento guerrilheiro de Museveni passou a aglutinar número crescente de opositores ao regime. Como resultado dos combates, estima-se que o número de vítimas tenha ultrapassado o do período de Idi Amin. Em julho de 1985, o Exército, desgastado com a luta de guerrilha, ocupou Campala e depôs Obote, que se refugiou na Zâmbia.

O Conselho Militar liderado pelo General Tito Okello assumiu o poder e tentou iniciar negociações de paz com o NRA. Este, por sua vez, recusou-se a dialogar com os militares, tidos como colaboradores de Obote e responsáveis pelo massacre de milhares de civis. Em janeiro de 1986, tropas do NRA invadiram Campala, que foi dominada após violentos conflitos. O Conselho Militar foi dissolvido e Museveni, empossado Presidente, à frente do Conselho de Resistência Nacional (CRN), formado pela cúpula da guerrilha vitoriosa e por elementos de seu braço político, o Movimento de Resistência Nacional (MRN).

Quadro recente

A vida política de Uganda tem sido dominada, há vinte anos, pela figura de Yoweri Museveni, Presidente da República desde 1986. No início de sua gestão à frente do país, Museveni proscreeu os partidos políticos, com a exceção de seu partido, o Movimento de Resistência Nacional (MRN). Embora houvesse prometido convocar eleições dentro de cinco anos (1991), o Governo permaneceu no poder por um quinquênio adicional e convocou eleições apenas em 1996.

Em 1994, uma Assembléia Constituinte iniciou os trabalhos de elaboração de nova Constituição, promulgada em outubro de 1995. Em maio de 1996, realizaram-se eleições presidenciais, com a vitória esmagadora de Museveni. Dois meses depois, as eleições legislativas confirmaram a ampla maioria parlamentar do MRN.

Em referendo realizado em junho de 2000, o Presidente e seu partido conseguiram apoio suficiente para concorrerem a um segundo mandato, obtido em 2001, e para que não se adotasse o multipartidarismo.

Em 2005, novo referendo foi realizado e instaurou-se o multipartidarismo no país. Museveni logrou obter do Parlamento o fim do dispositivo constitucional que limitava o instituto da reeleição a uma única vez. Em 2006, Museveni apresentou-se como candidato, e venceu as eleições, para novo mandato de cinco anos. Em fevereiro de 2011, Museveni reelegeu-se mais uma vez, em processo eleitoral pacífico. O pleito foi definido sem necessidade de segundo turno, tendo Museveni obtido 68% dos votos, contra 26% do principal candidato da oposição, Kizza Besigye, o qual perdeu pela terceira vez consecutiva para Museveni. Observadores internacionais e ONG's registraram a ocorrência de algumas irregularidades no último pleito, que, contudo, foi considerado um grande avanço em relação às eleições de 2006.

Ao cabo de mais cinco anos de mandato, Museveni terá completado trinta anos no comando de Uganda. Sua reeleição foi interpretada pelos países vizinhos como elemento favorável à manutenção da paz e da relativa estabilidade regional, com a continuidade da presença de forças ugandenses na Somália.

Entre os principais desafios internos de Museveni figuram os altos índices de desemprego, corrupção e exploração predatória de recursos naturais. A seu favor, Museveni poderá utilizar receitas advindas das recentes

descobertas de petróleo na fronteira com a República Democrática do Congo (RDC). De acordo com autoridades locais, as reservas ugandenses poderiam passar dos 2,5 bilhões de barris. Em junho de 2012, foi anunciada a existência de contratos com 5 multinacionais para a exploração de petróleo: Tullow Uganda, China's National Oil Corporation (CNOOC Uganda), Total E&P Uganda Dominion Petroleum e Neptune Petroleum.

A insatisfação pela elevação do custo de vida em Uganda nos últimos meses tem sido capitalizada pela oposição, que vem organizando uma série de manifestações em Campala e em outras cidades do país. O líder opositor Kizza Besigye, derrotado nas eleições de fevereiro de 2011, convocou a população, em abril de 2011, a realizar protesto pacífico contra a alta dos preços de alimentos e dos combustíveis e contra a ampliação dos gastos do Governo. Até o momento, intervenção repressiva do Governo tem desestimulado maior adesão a manifestações.

POLÍTICA EXTERNA

Até o golpe de estado liderado por Idi Amin Dada, em 1971, a política externa ugandense pautava-se pela manutenção de fortes vínculos com o Reino Unido e pela aproximação com o Quênia e com a Tanzânia. Durante o governo de Idi Amin, ocorreu progressivo isolamento internacional de Uganda, bem como a deterioração do relacionamento com os países vizinhos.

A partir de 1986, com a nomeação de Museveni para a Presidência e a pacificação do país, Uganda passou a concentrar esforços na recuperação econômica, adotando uma política externa de aproximação com os países ocidentais, principalmente com os grandes doadores.

Em novembro de 1999, Uganda assinou, junto com Quênia e Tanzânia, o Protocolo para a formação de União Aduaneira da Comunidade da África Oriental (EAC). Essa organização foi constituída em 1967, desfeita dez anos depois e finalmente restabelecida em 1999. Em 2007, Burundi e Ruanda aderiram ao bloco. Na presidência de Uganda, Museveni manteve persistente posição em favor da integração econômica regional. Dada sua condição de "locked land", é compreensível que o país adote tal política. Uganda importa a maioria de seus bens de consumo e ainda não possui autossuficiência energética. A manutenção de rota de comércio junto ao Oceano Índico é

preocupação estratégica que antecede a independência do país. Por esta razão, as relações com o Quênia constituem tema de grande sensibilidade desde a construção da ferrovia Mombaça-Kampala, ainda no início do protetorado britânico.

Além da EAC, Uganda é um dos seis membros da Autoridade Intergovernamental sobre Desenvolvimento (IGAD, na sigla em inglês), foro que tem desempenhado papel de relevo na mediação política no Sudão, Somália e Eritreia.

Embora atualmente Uganda mantenha boas relações com seus vizinhos, e seja considerada, ao lado de Quênia e Tanzânia, um foco de estabilidade regional, a história recente do país registrou grande instabilidade nas relações com os países vizinhos. Uganda envolveu-se na guerra civil da RDC, que durou de 1998 a 2003. Em dezembro de 2005, a Corte Internacional de Justiça considerou ter havido invasão do território da RDC por forças de Uganda, com violação de direitos humanos e pilhagem de recursos pelas tropas ugandenses.

As relações com o Sudão chegaram a ser rompidas nos anos 1990, em meio a acusações mútuas de apoio a grupos contrários aos respectivos Governos. Em dezembro de 2002, Uganda e Sudão assinaram um acordo de paz que determinou o restabelecimento de relações diplomáticas e a suspensão do apoio a grupos rebeldes. Especula-se que antes dos acordos de paz entre o norte e o sul do Sudão, o “Exército de Resistência do Senhor” (em inglês, Lord’s Resistance Army - LRA) recebia suporte militar de Cartum, ao passo que o Governo de Uganda apoiava o “Movimento de Liberação do Povo do Sudão” (SPLM). Com a implementação dos acordos de paz, nos quais Uganda teve papel de destaque, Cartum ter-se-ia distanciado do LRA, o que, somado à pressão de Uganda e do Sudão do Sul, enfraqueceu o movimento, que perdeu bases e apoio logístico.

Nacionais de Uganda têm forte presença na economia do Sudão do Sul, um dos motivos que explicam o interesse do país pela estabilização da região e que levaram o governo ugandense a apoiar uma solução pacífica das pendências entre os dois países.

Em 2009, Uganda foi eleito para mandato de dois anos como membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU. Cabe registrar que se encontra em estudo pelas Nações Unidas o estabelecimento de centro

de serviços regional das Nações Unidas em Entebe (distrito limítrofe a Campala onde se encontra o principal aeroporto do país), destinado a prestar apoio logístico às missões de paz no continente.

As relações com os vizinhos ainda apresentam, por vezes, pontos de tensão, com a descoberta de recursos naturais importantes em regiões de fronteira disputadas. Em março de 2009, por exemplo, ocorreram tensões diplomáticas com o Quênia relativas à posse e à soberania da ilha de Migingo, no Lago Vitória. No entanto, no mesmo ano, houve uma melhora no relacionamento com a RDC, o que conduziu ao restabelecimento completo das relações diplomáticas entre os dois países.

A política externa de Uganda tem-se beneficiado largamente da estabilidade político-econômica alcançada nos últimos anos. Esta situação, que a distingue de vários de seus vizinhos regionais, chegou a fazer da gestão Museveni um modelo para a África, granjeando-lhe significativa projeção internacional.

Em junho de 2010, Campala sediou a Conferência de Revisão do Tribunal Penal Internacional e, em julho subsequente, a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da União Africana. Uganda é membro da ONU e de várias agências associadas, bem como membro fundador da União Africana. Também pertence ao Movimento de Países Não-Alinhados, ao Grupo dos 77, e à Organização da Conferência Islâmica. Uganda lidera, com o apoio do Burundi, a missão de paz da União Africana na Somália (AMISOM), onde seus soldados combatem grupos insurgentes, alguns deles ligados à al-Qaeda, notadamente o “Al-Shabab”. Em julho de 2010, como retaliação ao engajamento ugandês em favor da estabilização daquele país, o “Al-Shabab” perpetrado atentado terrorista em Campala, que resultou em dezenas de vítimas.

Campala constitui importante ponto de observação de focos de tensão na região, como o processo político no Sudão do Sul; a atuação LRA; a ação de milícias no leste da RDC; o relacionamento ainda não desprovido de tensões entre Ruanda e a RDC, apesar do Acordo de Paz de 2008; e o processo de pacificação entre hutus e tutsis em Ruanda e no Burundi, após o genocídio de 1994.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Uganda conta com importantes recursos naturais, como solos férteis, chuvas regulares e consideráveis depósitos minerais de cobre e cobalto. O país possui reservas ainda não exploradas de petróleo e gás natural.

Após um período de crescimento anual médio de 4%, entre 1965 e 1971, a economia ugandense entrou em colapso durante a administração de Idi Amin, registrando contração de 20% do PIB. A partir de 1986, o Governo de Yoweri Museveni procurou recuperar a economia, com o apoio de países desenvolvidos e agências internacionais.

Nos últimos anos, a economia de Uganda tem crescido rapidamente. A retomada econômica deve-se, segundo analistas, às reformas econômicas realizadas pelo Governo e ao recente estímulo à produção e exportação de produtos processados. Em 2008, apesar da crise mundial e instabilidade regional, Uganda logrou crescer 10,4%. Em 2011, o país cresceu 6,7% e a taxa estimada para 2012 é de 5,3%. Os setores que lideram o crescimento econômico são: construção civil, telecomunicações, serviços financeiros e, principalmente, a indústria petrolífera. Prevê-se para 2016, com o início da extração em escala comercial de petróleo, que as taxas de crescimento anuais do país deverão atingir os dois dígitos.

A inflação foi controlada, baixando dos 240% registrados em 1986 para 14,3% em 2011, com perspectiva de queda para cerca de 8% em 2012 e 2013. O bom desempenho econômico dos últimos anos beneficiou-se, ainda, dos investimentos em infraestrutura, dos incentivos à produção e do retorno do empresariado de origem hindu, que fora forçado a deixar o país durante o regime de Idi Amin.

O crescimento econômico, contudo, não tem contribuído significativamente para a redução da pobreza. Entre 2000 e 2003, os níveis de pobreza teriam aumentado 3,8%. Em 2011, a despeito do bom desempenho da economia ugandense, grupos de manifestantes foram às ruas para protestar contra o aumento do custo de vida, sobretudo a alta dos preços dos alimentos.

A agricultura, que, em 2007, ocupava cerca de 80% da população economicamente ativa, perdeu a liderança na participação do Produto Interno Bruto para o setor de serviços, responsável por 52% do PIB nacional. Mesmo

assim, o café continua sendo o principal produto de exportação, seguido por pescado e seus subprodutos, e pelo chá, tabaco, algodão e milho. O setor industrial é pouco desenvolvido, representando apenas 10% do PIB. As atividades industriais compreendem o processamento de produtos agrícolas, mineração e indústrias básicas como têxteis, móveis, bebidas e materiais de construção. O setor de serviços engloba as atividades comerciais, transportes, construção civil e serviços públicos, inclusive o aparato governamental. O turismo, que chegou a ser a terceira fonte de recursos externos do país, voltou a expandir-se, com a melhoria da rede hoteleira e da infraestrutura de transportes.

A balança comercial de Uganda é estruturalmente deficitária (US\$ 2,17 bilhões em 2011), refletindo, por um lado, a pauta de exportações pouco diversificada, dependente de produtos como o café, e, por outro, a necessidade de importação de insumos energéticos e industriais, além de bens de consumo. Segundo dados do Banco Mundial, em 2011, a ajuda oficial ao desenvolvimento foi equivalente a 25% da importação de bens e serviços do país e correspondeu a 10% da Renda Nacional Bruta. Em 2011, o comércio exterior de Uganda somou US\$ 6,22 bilhões, crescimento de 22,2% em relação a 2010. Projeta-se crescimento de 11% em 2012.

Em 2011, as exportações de Uganda somaram US\$ 2,02 bilhões, crescimento de 14,7% em relação a 2010. Os principais mercados de destino para suas exportações foram: Sudão (15,1%); Quênia (10,1%); Ruanda (8,4%); Emirados Árabes (7,9%); República Democrática do Congo (7,7%).

As importações de Uganda somaram US\$ 4,19 bilhões em 2011, crescimento de 26,2% em relação a 2010. Os cinco principais países de origem das importações ugandenses foram: Quênia (15,2% do total); Emirados Árabes (14,2%); Índia (10,3%); China (9,4%); e África do Sul (5,7%).

Os principais itens da pauta de exportação têm sido o café, chá, mate e especiarias (40% do total), peixes e crustáceos (15%), plantas vivas, produtos de floricultura (6,8%), pérolas, pedras preciosas e semipreciosas (6%), cacau e seus derivados (4,6%) e algodão (2,2%). Quanto às importações, destacam-se máquinas, aparelhos e materiais elétricos (18,3%), caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (14,1%), produtos farmacêuticos (12%), veículos automóveis, tratores, ciclos (11,7%).

Cabe recordar a participação de Uganda na Comunidade da África Oriental (EAC), a qual, a partir de 1º de julho de 2010, passou a constituir um mercado comum e possui metas ambiciosas, como o estabelecimento de uma união monetária. A EAC deverá criar novas oportunidades para a economia ugandense, tendo em conta sua condição geográfica, que faz do país um liame entre as sub-regiões central e oriental da África.

As atividades agrícolas em Uganda vêm contando cada vez mais com o auxílio de novas tecnologias. Até os celulares têm sido utilizados no país em favor da economia agrícola; o serviço “Amigo do fazendeiro”, por exemplo, envia por mensagens de texto preços de mercado e informações agrícolas atualizadas.

Uganda é um dos primeiros países africanos a favorecer a produção de alimentos essenciais biofortificados – com níveis mais elevados de micronutrientes. Nos últimos quatro anos, cerca de 50 mil agricultores ugandenses já teriam adotado a biofortificação, sobretudo na cultura de batata doce enriquecida com vitamina A. Os alimentos biofortificados visam combater a desnutrição no país. Prevê-se que, até 2022, 10 milhões de pessoas consumam regularmente batata doce fortificada em Uganda. Os críticos dessa política, porém, denunciam que o preço mais elevado do alimento biofortificado limita o consumo a quem pode pagar mais caro por ele.

Vale mencionar que, em abril de 2011, entrou em fase de implementação projeto da FAO que beneficiará Uganda, Quênia, Burundi, Tanzânia, Etiópia e Somália. O programa, intitulado “Climate change adaptation and mitigation for communities in drylands regions”, visa, em dois anos de trabalhos, reforçar a resiliência de populações de regiões áridas e semi-áridas, por meio do aumento da produtividade da agricultura e da pecuária, da agregação de valor à produção local e da boa administração dos recursos naturais.

Intercâmbio Comercial Bilateral

O intercâmbio comercial entre o Brasil e Uganda é ainda muito modesto. Registra-se, no entanto, tendência de crescimento nos últimos anos. O fluxo de comércio entre o Brasil e Uganda cresceu 132,8% entre 2007 e 2011 (de US\$ 3,98 milhões para US\$ 9,26). Em 2011, ano em que houve o melhor desempenho, o fluxo cresceu 77,3% em relação a 2010. Uganda foi o

36º parceiro do Brasil entre os países da África Subsaariana (0,1% do comércio brasileiro com a região) e o 164º parceiro comercial do Brasil no mundo.

O saldo comercial é tradicionalmente favorável ao Brasil. As importações brasileiras originárias de Uganda têm pouca representatividade. Nos últimos três anos, os superávits brasileiros foram de US\$ 3,40 milhões em 2009, de US\$ 4,57 milhões em 2010, e de US\$ 8,52 milhões em 2011.

No acumulado até julho de 2012, os fluxos comerciais reduziram-se 21% em relação ao mesmo período de 2011 (de 4,93 milhões para US\$ 3,89 milhões). As exportações brasileiras diminuíram 20,7% (de US\$ 4,57 milhões para US\$ 3,62 milhões). As importações brasileiras reduziram 24,5% (de US\$ 361 mil para US\$ 273 mil). O saldo comercial, apesar de superavitário para o Brasil, diminuiu 20,4% (de US\$ 4,21 milhões para US\$ 3,35 milhões).

Nos últimos cinco anos, as exportações brasileiras para Uganda cresceram 170,1%, aumentando de US\$ 3,29 milhões em 2007 para US\$ 8,89 milhões em 2011. Em 2011, as vendas brasileiras cresceram 81,7% em relação a 2010. Uganda foi o 34º destino das exportações brasileiras entre os países da África Subsaariana (0,13% do total para a região) e o 158º no mundo (0,003% do total). Os itens manufaturados correspondem a 67,3% do total da pauta, os semimanufaturados, a 23,6%, e os básicos, a 9,0%.

As importações brasileiras originárias de Uganda diminuíram 46,1%, de US\$ 686 mil, em 2007, para US\$ 370 mil, em 2011. No entanto, as importações brasileiras totais cresceram 12,7% em 2011 em relação a 2010. O país foi o 24º fornecedor do Brasil entre os países da África Subsaariana (com representatividade de 0,003% do total importado da região) e o 149º no mundo (0,0002% do total importado pelo Brasil). Os itens manufaturados correspondem a 67,9% do total da pauta e os semimanufaturados a 32,1%.

Os principais produtos exportados pelo Brasil, além de pneus e bombas de combustível para automóveis, são implementos e insumos para a agropecuária. As principais importações, por sua vez, consistiram em óxidos e hidróxidos de níquel e papel e derivados.

ANEXOS

Cronologia Histórica

1962: Uganda torna-se independente com Edward Muteesa como Presidente e Milton Obote como Primeiro-Ministro.

1966: Milton Obote suspende a Constituição, que assegurava a autonomia tribal e toma o poder.

1967: Nova Constituição centraliza o poder nas mãos do Presidente.

1971: Chefe do Exército, Idi Amin Dada, depõe Milton Obote e assume o poder. Sua gestão é marcada por assassinatos, perseguições religiosas e ataques armados contra tribos rivais.

1979: Em uma disputa fronteiriça com a Tanzânia, o território de Uganda é invadido pela Tanzânia e refugiados ugandenses que formaram a Frente Nacional de Libertação de Uganda. Amin exile-se na Líbia e na Arábia Saudita, onde morre em 2003.

1980: Milton Obote vence eleições presidenciais e retorna à presidência do país.

1985: Obote é deposto por um golpe militar e é substituído por Tito Okello

1986: Rebeldes do "Exército de Resistência Nacional" (National Resistance Army) tomam Kampala e instalam Yoweri Museveni como Presidente.

1993: Museveni restaura os reinos tradicionais, mas sem poderes políticos.

1995: Nova Constituição é promulgada, adotando o sistema de partido único.

1996: Museveni é eleito Presidente pelo voto direto.

Jun/ 2000: Em referendo, ugandenses rejeitam o multipartidarismo, em favor do sistema de partido único de Museveni.

Jan/2001: A Comunidade da África Oriental é criada em Arusha, Tanzânia, com metas ambiciosas de integração econômica e monetária, além de uma bandeira e passaportes comuns. Seus membros são: Quênia, Tanzânia e Uganda.

Mar/2001: Museveni é reeleito para novo mandato de 5 anos.

Março/2002: Sudão e Uganda assinam acordo para a contenção do grupo rebelde "Lord's Resistance Army" (LRA), ativo na fronteira entre os dois países.

Dez/2004: Governo e rebeldes do LRA iniciam as primeiras conversas, mas não há avanços significativos em direção ao fim da insurgência.

Jul/2005: Parlamento ugandense aprova emenda constitucional que retira os limites constitucionais ao número de reeleições. Em referendo, cidadãos votam pelo retorno do multipartidarismo.

Out/2005: O Tribunal Penal Internacional (TPI) expede mandado de prisão para 5 comandantes do LRA, incluindo seu líder, Joseph Kony..

Dez/2005: A Corte Internacional de Justiça (CIJ) conclui que Uganda deve compensar a R.D. Congo por abusos cometidos no país entre 1998 e 2003.

Fev/2006: Museveni vence as eleições presidenciais multipartidárias com 59% dos votos. Observadores internacionais apontam intimidação do candidato da oposição e atuação tendenciosa da mídia oficial.

Ago/2006: Governo e LRA assinam trégua para pôr fim ao longo conflito. Conversas subsequentes progridem lentamente.

Mar/2007: Tropas de paz de Uganda são enviadas à Somália como parte de missão da União Africana para estabilizar o país.

Fev/2008: Governo e LRA assinam cessar-fogo permanente em negociações de paz ocorridas em Juba (atual Sudão do Sul).

Nov/2008: O líder do LRA, Joseph Kony não comparece à assinatura de um acordo de paz com o governo. Uganda, R.D. Congo e os sudaneses do sul lançam uma ofensiva contra o grupo.

Jan/2009: Empresa britânica Heritage Oil anuncia a descoberta de petróleo em Uganda.

Jun/2010: Ocorre em Campala a Conferência de Revisão do Tribunal Penal Internacional.

Jul/2010: Duas bombas explodem em um restaurante e em um clube de Rugby em Campala. 74 pessoas que assistiam à final da Copa do Mundo morrem. O grupo islâmico somali "al-Shabab" assume a autoria do atentado.

Fev/2011: Museveni vence sua quarta eleição presidencial.

Mai/2012: Dezenas de milhares de refugiados congoleses cruzam a fronteira, fugindo dos combates na R.D. Congo.

Cronologia das Relações Bilaterais

1970: Brasil estabelece relações diplomáticas com Uganda.

Jun/1984: Visita do Ministro de Cooperação e Comércio de Uganda, Yona Kanyomozi, ao Brasil.

Jun/1992: Presidente ugandense Yoweri Museveni vem ao Brasil para participar da Conferência do Rio sobre Meio Ambiente.

Jun/2004: Presidente Museveni retorna ao Brasil para participar da XI Conferência da UNCTAD em São Paulo.

Out/2007: Brasil oferece, de comum acordo com o governo queniano, duas vagas a candidatos ugandenses para participar do curso "Kenya Wildfire Service" sobre prevenção e combate de incêndios florestais. O curso foi promovido pela ABC e ministrado pelo Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro.

Out/2008: Missão integrada por especialistas da EMBRAPA e da Rede Interuniversitária de apoio ao Setor Sucro-Alcooleiro (RIDESA) visitou Quênia, Uganda e Ruanda para discutir zoneamento agrícola e produção de etanol baseado em cana-de-açúcar.

Nov/2008: Ministra de Água e Meio Ambiente de Uganda, Maria Mutagamba, participou do Segmento Intergovernamental de Alto Nível da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, realizado em São Paulo.

Ago/2009: Missão de estudos composta por técnicos da área de energia de Uganda e Ruanda vem ao Brasil para conhecer a experiência do país em biocombustíveis.

Nov/2009: Missão do Comitê de Parlamentar de Assuntos Presidenciais de Uganda visitou o Brasil para conhecer o quadro legal e institucional brasileiro em relação ao tratamento de denunciante de corrupção.

Mar/2010: Presidente Museveni retorna ao Brasil para participar do V Foro Urbano Mundial, no Rio de Janeiro.

Mai/2010: Ministro da Agricultura, Indústria Animal e Pesca de Uganda, Hope Mwesigye compareceu à Reunião de Ministros da Agricultura do Brasil e da África.

Jul/2010: É organizado em Campala o seminário "Pro-Renova" de difusão da tecnologia de biocombustíveis brasileira.

Dez/2010: Diretores do Departamento de África e do Departamento de Organismos Internacionais mantiveram consultas políticas em Campala com seus homólogos ugandenses.

Set/2011: Foi assinado o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre Brasil e Uganda.

Mar/2012: Foi realizada missão de estudos de alto nível ao Brasil para conhecer as políticas brasileiras de proteção social.

Abr/2012: Às margens da 126ª Assembleia da União Interparlamentar, ocorrida em Campala, o chefe da delegação brasileira, deputado Átila Lins, encontrou-se com a Presidente do Parlamento de Uganda, Rebecca Kadaga.

Jun/2012: Ministra do Meio Ambiente ugandense, Flavia Munaaba, vem ao Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

Atos bilaterais

Título	Data Celebração	Vigência
Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica	29/09/2011	Em ratificação

Dados econômico-comerciais

Uganda - evolução do comércio exterior

Valores em US\$ milhões

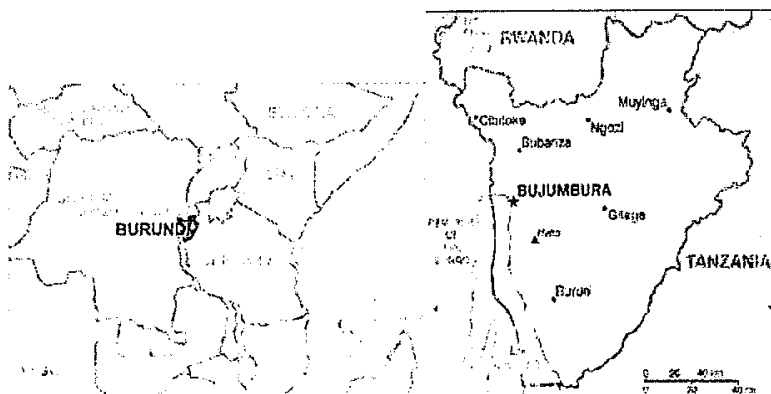
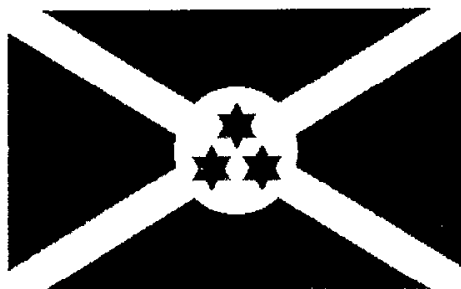
Descrição	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações (fob)	1.336	1.722	1.509	1.763	2.023
Importações (cif)	3.495	4.526	2.824	3.322	4.192
Saldo comercial	-2.159	-2.804	-1.315	-1.560	-2.170
Intercâmbio comercial	4.831	6.248	4.333	5.085	6.215

BRASIL-UGANDA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-jul)	2012 (jan-jul)
Exportações brasileiras	3.291	2.664	3.491	4.894	8.890	4.568	3.621
Varição em relação ao ano anterior	33,5%	-19,1%	31,0%	40,2%	81,7%	100,9%	-20,7%
Importações brasileiras	686	352	90	329	370	361	273
Varição em relação ao ano anterior	8,5%	-48,7%	-74,5%	266,1%	12,7%	66,3%	-24,5%
Intercâmbio Comercial	3.977	3.015	3.580	5.223	9.260	4.929	3.894
Varição em relação ao ano anterior	28,4%	-24,2%	18,7%	45,9%	77,3%	97,9%	-21,0%
Saldo Comercial	2.605	2.312	3.401	4.565	8.519	4.207	3.348

BRASIL-UGANDA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO US\$ mil, fob - 2 0 1 1

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART%	VALOR	PART%
Básicos	802	9,0%	0	0,0%
Semimanufaturados	2.101	23,6%	119	32,1%
Manufaturados	5.987	67,3%	251	67,9%
Transações especiais	0	0,0%	0	0,0%
Total	8.890	100,0%	370	100,0%

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA DO BURUNDI**

Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Agosto de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS	2
PERFIS BIOGRÁFICOS	3
PIERRE NKURUNZIZA	3
LAURENT KAVAKURE	4
RELAÇÕES BILATERAIS	4
ASSUNTOS CONSULARES	7
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS	7
POLÍTICA INTERNA	7
PODER LEGISLATIVO	8
POLÍTICA EXTERNA	9
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS	10
ANEXOS	11
CRONOLOGIA HISTÓRICA	11
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	13
ATOS BILATERAIS	13
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS	14

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Burundi
GENTÍLICO	Burundinês
CAPITAL	Bujumbura
ÁREA	27.834 km² (pouco maior que o Estado de Alagoas)
POPULAÇÃO (Banco Mundial, 2011)	8,57 milhões (aproximadamente a população do estado de Ceará)
IDIOMAS OFICIAIS	Kirundi e Francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristianismo (67%); crenças tribais (23%); Islamismo (10%)
SISTEMA DE GOVERNO	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Senado e Assembleia Nacional)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Pierre Nkurunziza (desde 2005)
CHANCELER	Laurent Kavakure (desde 2012)
PIB (Banco Mundial, 2011)	US\$ 2,32 bilhões (Brasil: US\$ 2,5 tri)
PIB PPP (Banco Mundial, 2011)	US\$ 5,12 bilhões (Brasil: US\$ 2,3 tri)
VARIAÇÃO DO PIB (Banco Mundial, 2011)	4% (2011); 4% (2010); 3,4% (2009); 4,5% (2008); 3,6% (2007)
PIB per capita (Banco Mundial, 2011)	US\$ 271 (Brasil: US\$ 12.600)
PIB per capita PPP (Banco Mundial, 2011)	US\$ 608 (Brasil: US\$ 11.720)
UNIDADE MONETÁRIA	Franco Burundinês (1.251 por dólar)
IDH	0,316 (185º do ranking)
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2011)	50, 4 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	---
ÍNDICE DE DESEMPREGO	---
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Gaudence Sindayigaya (atualmente encarregado de negócios, tem seu agrément em processo de análise)
EMBAIXADOR EM BUJUMBURA	Ana Maria Sampaio Fernandes (residente em Nairóbi)
COMUNIDADE BRASILEIRA	---

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões F.O.B) – Fonte: MDIC

BRASIL → BURUNDI	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (jan-jul)
Intercâmbio	0,153	0,321	0,188	0,169	0,197	0,174	0,205	0,231	0,289
Exportações	0,153	0,321	0,188	0,169	0,197	0,174	0,205	0,229	0,289
Importações	-	-	-	-	-	-	-	0,002	-
Saldo	0,153	0,321	0,188	0,169	0,197	0,174	0,204	0,226	0,289

PERFIS BIOGRÁFICOS**PIERRE NKURUNZIZA**
Presidente

Pierre Nkurunziza nasceu em dezembro de 1963, em Bujumbura. De etnia hutu, seu pai foi morto num massacre que causou a morte de cerca de 100 mil pessoas, em 1972. Graduiu-se na Universidade do Burundi, em 1991. Ensinou Educação Física até 1995, quando novos conflitos civis o obrigaram a deixar a capital.

Durante a guerra civil, lutou pelas Forças pela Defesa da Democracia (FDD). Em 1999, foi gravemente ferido em ação. Em 2001, eleito Presidente das FDD, assinou acordo de cessar-fogo com o governo sediado em Bujumbura. Posteriormente, Nkurunziza veio a integrar o Conselho de Ministros do Governo Transitório.

Foi eleito Presidente do Burundi em 2005, e reeleito em 2010. Atualmente, ocupa também a presidência do Conselho Nacional para a Defesa da Democracia (CNDD-FDD), principal partido político do Burundi.

Entre os mais populares líderes do mundo, Nkurunziza tem 89% da aprovação nacional. Como parte do esforço de pacificar o país e aproximar-se da sociedade, o Presidente burundinês promove programas de participação comunitária que atendem a objetivos como coleta de lixo, construção de escolas ou centros de saúde. Ademais, Nkurunziza tem por hábito visitar diferentes comunas de seu país, ocasiões em que costuma organizar e participar de jogos de futebol com cidadãos locais.

LAURENT KAVAKURE**Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional**

Laurent Kavakure nasceu em 5 de janeiro de 1959, na comunidade Tangara, próxima à província Ngozi. De etnia hutu, escreveu dois livros sobre o conflito burundinês (*Le conflit burundais I et II*).

Licenciou-se em História na Universidade do Burundi, em junho de 1982. Após 13 anos exercendo o magistério, foi exilado na Tanzânia, em 1995.

Durante a presidência de Nkurunziza, foi nomeado embaixador em Bruxelas, em 2006, onde foi condecorado com a Ordem da Coroa de Grand-Croix do Rei da Bélgica. Após passar um ano como conselheiro político e diplomático da Presidência, tornou-se o Novo Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional, em janeiro de 2012.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Burundi em 1980. Até 1997, atribuíam-se à Embaixada do Brasil em Kinshasa (RDC) a representação cumulativa junto a Bujumbura. Nesse ano, a cumulatividade passou para a Embaixada do Brasil em Nairóbi. Até princípios de 2012, a representação do Burundi em Washington encarregava-se das relações com o Governo brasileiro. Em março último, o país abriu Embaixada residente em Brasília, sendo a mais recente de um país africano na capital brasileira.

As relações bilaterais ganharam maior dimensão nos últimos anos, motivadas por encontros entre os Chanceleres dos dois países. As perspectivas de adensamento das relações e de desenvolvimento de

programas de cooperação com o Brasil concorreram para a decisão do Burundi – país em processo de consolidação da paz – de abrir Embaixada residente em Brasília.

Em agosto de 2009, visitou Brasília o então Ministro dos Negócios Estrangeiros do Burundi, Augustin Nsanze. Durante a visita, a primeira de um Chanceler burundinês ao Brasil, foram realizadas reuniões com representantes da EMBRAPA, do IPEA, da ANA e dos Ministérios da Saúde, Educação e Cidades. Ademais, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica, instrumento que, quando em vigor, poderá servir de marco jurídico para implementação e fortalecimento de programas bilaterais de cooperação.

Brasil e Burundi mantiveram encontros em nível ministerial por duas ocasiões em 2011. Em junho, em encontro à margem da Reunião de alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS, em Nova York, do qual também participou o professor José Graziano da Silva, o Burundi apoiou a candidatura brasileira à Direção-Geral da FAO. Em novembro, por ocasião da Reunião Ministerial da ASA, em Malabo, o Ministro Patriota entrevistou-se com o recém-empossado Ministro Laurent Kavakure, a quem formulou convite para visitar o Brasil.

Avanços e possibilidades de cooperação

Com a estabilização política da região dos Grandes Lagos, o Burundi concentra seus esforços em obter financiamento para o combate à pobreza. O Governo do Burundi tem manifestado interesse em contar com a cooperação brasileira na área agrícola, seja bilateralmente seja mediante triangulação com a FAO.

A cooperação em agricultura é de especial relevância para o desenvolvimento econômico e social do Burundi, país predominantemente agrícola, onde cerca de 90% da população vive em áreas rurais e tem como atividade primária a agricultura. Em recente encontro com o Ministro Patriota, o Chanceler Kavakure reiterou pedido de cooperação específico para as culturas de algodão e frutas, produtos prioritários, e sugeriu avaliar potencial em óleo de palma e cana-de-açúcar. Um novo projeto regional, na área do algodão, está em fase de prospecção e deverá ser negociado pela ABC, ainda no corrente ano, nos moldes do bem sucedido Projeto “Cotton 4”, executado desde 2009.

Em julho de 2009, o Governo brasileiro alocou US\$ 100 mil ao Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA), visando à promoção da segurança alimentar do povo burundinês e ao fortalecimento de projetos relacionados à alimentação escolar entre os repatriados burundineses. Cerca de 460 mil cidadãos refugiados dos conflitos internos

no país retornaram ao Burundi entre 2002 e 2008 e, neste ano, já é esperado o retorno de cerca de 20 mil pessoas, devido ao recente fechamento de campo de refugiados na Tanzânia.

Em julho de 2011, o Burundi solicitou sua inclusão no Programa Brasil-FAO para Países Africanos, voltado à disseminação de experiências no campo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) junto a governos africanos. Além desse pedido, o Brasil atualmente examina incorporar o Burundi em projeto de cooperação trilateral em parceria com a França, bem como no Programa Mais Alimentos África (PMAA), que oferece linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Em outubro de 2011, o Burundi foi incluído entre os beneficiários da Lei 12.429/2011, que autoriza o poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional. No que concerne às doações de produtos alimentícios (não pecuniárias), o Governo do Burundi estuda arcar com os custos associados à doação (transporte internacional, armazenagem e distribuição), normalmente dependentes de financiamento pelo PMA.

Em que pese o foco em segurança alimentar e cooperação agrícola, a cooperação entre Brasil e Burundi apresenta também possibilidade de diversificação temática e setorial. Em 2008, representante do Escritório Regional da Embrapa para a África, com sede em Acra, realizou visita a Bujumbura. Esse primeiro contato resultou na elaboração de termo de cooperação sobre produção e beneficiamento de produtos hortícolas e de frutas tropicais. Como o Governo burundinês preza imensamente a cooperação na área esportiva, foi realizada, em julho de 2009, doação de 100 bolas de futebol fabricadas no Brasil para utilização no Programa Segundo Tempo. Sobre energia não-renovável, o Chanceler Kavakure afirmou, durante seu encontro com o Ministro Patriota, que haveria indícios de potencial extração de petróleo no país, faltando, contudo, investimentos em prospecção.

O Burundi apoiou, ademais, a candidatura brasileira à Direção Executiva da Organização Internacional do Café. No âmbito dessa organização, estuda-se lançar projeto de cooperação técnica com vistas à promoção da produção cafeeira no Burundi, o qual seria desenvolvido com apoio brasileiro.

Cooperação no âmbito do fundo IBAS

No grupamento IBAS, tanto o Brasil quanto a África do Sul demonstraram interesse em cooperar com o Burundi. O Brasil identificou o setor de saúde como o de maior potencial. Na reunião da Junta Diretora do

Fundo IBAS, realizada em Nova York, em julho de 2008, foi aprovado o projeto “Fortalecimento da capacidade de combate ao HIV/AIDS e da Infraestrutura do Burundi”. No âmbito desse projeto, que totaliza investimento de US\$ 1,1 milhão, foi inaugurado, em agosto 2012, um centro de saúde para prevenção de HIV/AIDS e tratamento de portadores.

No que tange à capacitação de profissionais de saúde – outro eixo do projeto –, Missão Técnica do Ministério da Luta contra a AIDS do Burundi e da “Society for Women against AIDS in Africa” (SWAA/Burundi) realizou visita de estudos ao Brasil, em abril de 2012, com o objetivo de conhecer de modo abrangente as políticas brasileiras voltadas ao combate do HIV/AIDS.

ASSUNTOS CONSULARES

A Embaixada em Nairóbi é a única representação brasileira no Burundi. Além do território do Burundi, a jurisdição da Embaixada inclui a República do Quênia, a República Ruandesa e a República de Uganda.

O setor consular do posto presta o apoio necessário à comunidade brasileira nos quatro países. Estima-se cerca de 900 brasileiros na jurisdição da Embaixada.

Não há, no momento, registro de tópico consular relevante envolvendo o Brasil e Burundi.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registros de empréstimos ou financiamentos concedidos pelo Brasil ao Burundi.

POLÍTICA INTERNA

Panorama histórico

Desde a sua independência do Reino da Bélgica, em 1962, o Burundi foi palco de 4 guerras civis, motivadas, sobretudo, pelas tensões latentes entre as duas principais etnias do país: tutsis (14%) e hutus (85%).

Apesar de minoria numérica, a etnia tutsi manteve controle do governo central até a década 1990. Deflagrado em 1993 em razão do assassinato do Presidente eleito Melchior Ndadaye (hutu), o mais recente conflito civil no Burundi resultou em cerca de 300 mil mortos e 1,2 milhão de refugiados.

Em 1995, os Presidentes do Burundi, Ruanda, Uganda e do então Zaire (atualmente, República Democrática do Congo) lançaram uma iniciativa regional de negociação da paz no Burundi, coordenada pelo ex-Presidente tanzaniano Julius Nyerere.

Após a morte de Nyerere, em outubro de 1999, os líderes regionais apontaram Nelson Mandela como facilitador do processo de paz, o que permitiu a retomada das negociações entre o governo instituído e as facções de oposição. Como resultado das mediações, foi assinado, em 2000, o Acordo de Paz e Reconciliação de Arusha, que, entre outras medidas, previu o estabelecimento de um Governo Nacional Transitório.

Nessa circunstância, foi possível a realização de eleições livres e democráticas em 2005, que levaram Pierre Nkurunziza, de etnia hutu, à Presidência. Nkurunziza foi eleito sob a sigla de coalizão do Conselho Nacional pela Defesa da Democracia com as Forças pela Defesa da Democracia (CNDD-FDD), sendo estas o antigo braço militar do Conselho.

Em setembro de 2006, o Governo Nkurunziza firmou acordo de cessar-fogo com a facção rebelde Palipehutu-FNL – último grupo de insurgência armada a estabelecer acordo com o Governo central. Nesse contexto, a ONU transformou sua presença no Burundi de manutenção da paz para reconstrução e consolidação da paz.

Conjuntura atual

Em junho de 2010, o Presidente Nkurunziza foi reeleito com quase 92% dos votos válidos. O Presidente foi o único candidato a disputar as eleições, na medida em que seis candidatos se retiraram da corrida presidencial, em protesto a alegadas fraudes que teriam ocorrido nas eleições municipais realizadas em maio. O principal candidato da oposição, Agathon Rwaswa acusou o Governo de perseguição política e refugiou-se na RDC. A desistência dos candidatos de oposição tinha por objetivo dissolver a comissão eleitoral independente e convocar novas eleições.

Observadores internacionais que acompanharam as eleições municipais não confirmaram, no entanto, a ocorrência das fraudes. O boicote ao pleito presidencial não logrou deslegitimar o governo de Nkurunziza ante a comunidade internacional.

PODER LEGISLATIVO

O Poder Legislativo no Burundi é bicameral, composto pelo Senado e pela Assembleia Nacional. O Senado é formado por 54 Senadores, dos quais 34 eleitos por circunscrições regionais por mandatos de cinco anos.

Os 20 restantes são ex-presidentes e líderes de grupos étnicos. A Assembleia Nacional tem um mínimo de 100 deputados eleitos para a legislatura quinquenal, impondo-se quotas de representação étnica e de gênero. Na atual legislatura (2010-15), o partido da situação, o CNDD-FDD, tem ampla maioria, com representação, na Assembleia Nacional, de 81 deputados.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Burundi é fortemente influenciada por seu entorno regional. Na região dos Grandes Lagos, a tensão entre as etnias tutsi e hutu e as ameaças de grupos rebeldes transnacionais trazem importantes condicionantes geopolíticos. Além disso, grande parte da agenda econômica internacional do país está ligada à sua participação na Comunidade da África Oriental (EAC, no acrônimo em inglês).

Com o processo de estabilização do país, cujo marco inicial é 2003, o Burundi transita de alvo de preocupação geopolítica na região para ator comprometido com a solução de conflitos africanos. Ao lado de Uganda, o Burundi é um dos países que mais contribuem com tropas para a Missão da União Africana na Somália (AMISOM). Além dos cerca de 5 mil militares já comissionados para a AMISOM, o Governo burundinês enviou, em novembro de 2010, um contingente adicional de 850 homens. Esse suporte a esforços multilaterais de pacificação tem rendido, em contrapartida, firme apoio dos países africanos e das principais potências ocidentais ao Governo de Pierre Nkurunziza.

O processo de integração à EAC – que inclui, além do Burundi, Uganda, Ruanda, Quênia e Tanzânia – tem sido visto com otimismo pelas autoridades burundinesas. Com o estabelecimento do Mercado Comum, em julho de 2010, há boas perspectivas de ampliação das exportações burundinesas intrabloco e de redução dos custos das importações.

Presença da ONU no Burundi

Com o encerramento do mais recente conflito civil burundinês, em 2003, a Missão da União Africana para o Burundi (AMIB), foi substituída, em 2004, pela Operação das Nações Unidas no Burundi (ONUB). Composta por cerca de 6 mil militares, a ONUB teve como mandato garantir a prestação de assistência humanitária no país, repatriar e reassentar refugiados e monitorar os acordos de cessar-fogo assinados entre o Governo de Bujumbura e os grupos dissidentes – especialmente o Palipehutu-FNL. Em 2007, a ONUB foi desmobilizada e substituída pelo Escritório Integrado das Nações Unidas no Burundi (BINUB), desprovido de contingente militar e voltado primordialmente aos esforços de

consolidação da paz e da democracia no país.

Em janeiro de 2011, o BINUB foi reformulado e teve suas capacidades e orçamento reduzidos, passando a denominar-se Escritório das Nações Unidas no Burundi (BNUB). Concebido como "operação em escala reduzida", o BNUB tem-se concentrado no apoio à construção e reabilitação de escolas, orfanatos e centros de saúde, e à criação de infraestrutura básica, como redes de água e esgoto. Em dezembro de 2011, o CSNU estendeu seu mandato até 15 de fevereiro de 2013.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Burundi é um dos países mais pobres do mundo, ocupando a 185ª posição no ranking de desenvolvimento humano das Nações Unidas, em 2011.

A despeito dos baixos indicadores sociais, o Burundi vem crescendo significativamente. Segundo as últimas estimativas, a economia do Burundi deverá manter o bom desempenho econômico dos últimos anos, refletido na projeção de expansão real de 4,1% do PIB em 2012. O PIB do país deverá situar-se em torno de US\$ 2 bilhões. Espera-se acréscimo de 18,3% nas exportações totais do Burundi, ao passo que se projeta expansão de 6,2% das importações do Burundi em 2012.

A economia do Burundi é predominantemente agrícola: a agricultura de subsistência emprega mais de 90% da população. O crescimento econômico do país vincula-se à produção de café e chá, produtos que representam 78% de sua pauta de exportações. O Burundi também produz, em menores quantidades, algodão, batata e banana.

Atualmente, as importações do Burundi superam em cerca de quatro vezes as suas exportações. Em 2011, as exportações do Burundi somaram US\$ 119,2 milhões, o que representou crescimento de 55,0% em relação a 2010. Os principais mercados de destino para as exportações do Burundi foram Alemanha (15,7% do total); China (10,5%); Suécia (9,5%); Bélgica (9,0%); Paquistão (7,5%). As importações do Burundi somaram US\$ 583,3 milhões em 2011, expansão de 18,3% em relação ao ano de 2010. As principais origens das importações do Burundi foram Arábia Saudita (16,8% do total); Bélgica (8,2%); China (7,5%); Uganda (7,4%); Quênia (6,5%).

O país é altamente dependente das importações de bens de consumo e hidrocarbonetos e acumula constantes déficits na conta corrente do Balanço de Pagamentos. Em virtude dessa dependência, o Burundi sofre impactos negativos com a alta no preço internacional das commodities.

Cerca de 86% da energia consumida no Burundi provém de biomassa (lenha e carvão vegetal). Apenas 1,5% da população tem acesso à

eletricidade, concentrada na capital Bujumbura. Não há registro de produção nem de consumo de gás natural ou de carvão mineral no Burundi.

O Governo burundinês tem buscado ampliar os investimentos em projetos de infraestrutura, de modo a incrementar a produção agrícola e suprir parte das carências da população. Para tanto, as autoridades burundinesas tem recebido o suporte do FMI e de seus parceiros da EAC no gerenciamento da política fiscal e orçamentária do país. Em 2010, o Burundi recebeu em Ajuda Oficial para Desenvolvimento (ODA, no acrônimo em inglês) o correspondente a 31% de seu PNB.

Comércio bilateral

O intercâmbio comercial entre Brasil e Burundi é muito pequeno e constitui-se basicamente das exportações brasileiras. Nos últimos cinco anos, o intercâmbio comercial entre o Brasil e o Burundi teve desempenho positivo, com crescimento de 37%, de US\$ 169 mil, em 2007, para US\$ 231 mil, em 2011. Em 2011, os fluxos comerciais cresceram 12,3% em relação a 2010. O Burundi foi apenas o 212º parceiro comercial do Brasil.

Segundo os dados do ano corrente, todavia, o corrente de comércio cresceu 236,6%, de US\$ 86 mil (jan-jul/2011) para US\$ 289 mil (jan-jul/2012). Os principais produtos exportados pelo Brasil são pneus (para automóveis, ônibus, caminhões e tratores), máquinas, pequenos tratores e acessórios para automóveis.

O resultado da balança comercial do país é estruturalmente deficitário e, pelo menos desde 2001, não há registros de importações brasileiras substantivas do Burundi. Nos últimos cinco anos, as exportações brasileiras para o Burundi tiveram bom desempenho, evoluindo de US\$ 169 mil, em 2007, para US\$ 228 mil, em 2011 – crescimento de 35,5%. Em 2011, as vendas brasileiras cresceram 11,7% em relação a 2010.

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1885: Congresso de Berlim, o território do Burundi fica sob domínio Alemão.

1918: Com o fim da I Guerra Mundial, o Burundi é administrado indiretamente pela Bélgica.

1955: Surgimento dos primeiros movimentos nacionalistas.

1959: A Bélgica concede autonomia ao território do Burundi.

1959: Início do acirramento dos conflitos étnicos entre tutsis e hutus.

- 1961:** Realização de eleições legislativas.
- 1961:** Assassinato do Príncipe Rwagasore.
- 1962:** Independência do Burundi ante o Reino da Bélgica.
- 1962:** O Rei Mwambutsa torna-se Chefe de Estado.
- 1966:** O Capitão Michel Micombero depõe Mwambutsa, proclama a República e institui uma ditadura militar.
- 1976:** Golpe militar derruba Capitão Micombero e Jean-Baptiste Bagaza assume a presidência.
- 1987:** Bagaza é deposto em golpe liderado por Pierre Buyoya.
- 1993:** Eleições multipartidárias acabam com governo militar, ascendendo ao poder Melchior Ndadaye (Frobedu), que é assassinado quatro meses depois de eleito.
- 1994:** Parlamento aponta Cyprien Ntaryamira para presidência. Ntaryamira é morto durante atentado ao voo que levava também o presidente de Ruanda. Parlamento aponta para a presidência Sylvestre Ntibantunganya, presidente do Parlamento.
- 1996:** Pierre Buyoya lidera segundo golpe e suspende a Constituição.
- 1998:** Buyoya toma posse como presidente do Burundi com anuência do Parlamento.
- 1999:** Presidente da Tanzânia apoia negociações entre as facções rebeldes burundinesas.
- 2000:** Governo e três grupos tutsi assinam acordo de cessar-fogo.
- 2001:** Principal grupo hutu (FDD) e Presidente Buyoya iniciam negociações para cessar-fogo. Nelson Mandela lidera negociações que levam a instauração de governo de transição onde Tutsis e Hutus compartilharão o poder.
- 2002:** Jean Minani, líder do principal grupo Hutu, eleito presidente do governo de transição.
- 2003:** Domitien Ndayizeya sucede Buyoya como presidente do governo de transição. Ndayizeya e líder do FDD, Pierre Nkurunziza, assinam, em cúpula de líderes africanos na Tanzânia, acordo para terminar a guerra civil. Nkuruzinza e outros membros do FDD são incorporados ao governo do país.
- 2004:** Forças das Nações Unidas tomam a frente do processo de pacificação, antes liderado por tropas da União Africana.
- 2005:** Pierre Nkuruzinza é eleito presidente. Grupo rebelde Hutu, FNL, permanece ativo e recusa negociação de paz.
- 2006:** FNL e o governo assinam cessar-fogo, na Tanzânia.
- 2007:** ONU encerra a missão de paz e focaliza suas operações de reconstrução. República Democrática do Congo, Ruanda e Burundi reavivam a Comunidade Econômica dos Grandes Lagos.
- 2008:** Escalada de tensões e retomada do confronto levam a novo acordo de cessar-fogo.

2009: O Clube de Paris perdoa toda a dívida de Burundi, US\$ 134.3 milhões, com seus membros. O último grupo rebelde hutu, FNL, transforma-se oficialmente em partido político.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1980: Estabelecimento das relações bilaterais.

2007: Participação do Brasil na Mesa Redonda de Bujumbura para o Desenvolvimento do Burundi.

2008: Assinatura de Memorando de Entendimento entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto de Desenvolvimento Econômico do Burundi (IDEC).

2008: Apresentação das credenciais da Embaixadora Ana Maria Sampaio Fernandes, ao Presidente Burundinês, Pierre Nkurunziza.

2008: Dr. Paulo Galerani, do Escritório Regional da EMBRAPA em Acra, visita Bujumbura, mantendo encontros com o Ministro da Agricultura do Burundi.

2009: Jogo de equipe brasileira de futebol com a seleção sub-20 local.

2009: Visita oficial do Chanceler do Burundi ao Brasil.

ATOS BILATERAIS

Título	Data Celebração	Vigência
Protocolo de Intenções no Âmbito do Programa de Cooperação Internacional do Ministério da Saúde do Brasil	28/01/2003	Em vigor
Acordo de Cooperação Técnica	25/08/2009	Em ratificação

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Burundi - evolução do comércio exterior
Valores em US\$ milhões

Descrição	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações (fob)	58,8	69,6	82,5	76,9	119,2
Importações (cif)	321,8	409,6	384,4	493,2	583,3
Saldo comercial	-262,9	-340,0	-301,9	-416,3	-464,1
Intercâmbio comercial	380,6	479,2	466,9	570,1	702,5

BRASIL-BURUNDI: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-jul)	2012 (jan-jul)
Exportações brasileiras	169	197	174	205	229	86	289
Varição em relação ao ano anterior	-10,3%	16,5%	-11,5%	17,5%	11,7%	72,0%	236,0%
Importações brasileiras	0,0	0,0	0,0	0,5	2,3	0,003	0,493
Varição em relação ao ano anterior	n.a	n.a	n.a	n.a	379,2%	-99,4%	16333,3%
Intercâmbio Comercial	169	197	174	205	231	86	289
Varição em relação ao ano anterior	-10,3%	16,5%	-11,5%	17,8%	12,6%	17817,3%	236,6%
Saldo Comercial	169	197	174	204	226	86	289

BRASIL-BURUNDI: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ mil, fob - 2 0 1 1

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART%	VALOR	PART%
Básicos	0	0,0%	0	0,0%
Semimanufaturados	0	0,0%	0	0,0%
Manufaturados	229	100,0%	2	100,0%
Transações especiais	0	0,0%	0	0,0%
Total	229	100,0%	2	100,0%

Aviso nº 1.025- C. Civil.

Em 4 de dezembro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MARCELA MARIA NICODEMOS, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda e à República do Burundi.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 08/12/2012.

2

PARECER Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 112 , de 2012 (Mensagem nº 535, de 4 de dezembro de 2012, na origem) que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Irã.

RELATOR: Senador DELCÍDIO DO AMARAL

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Irã.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente - art. 52, inciso IV.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do interessado, do qual extraímos para este Relatório as informações que se seguem.

Nascido em Flores, Uruguai (brasileiro, de acordo com o art. 129, inciso II, da Constituição de 1946), filho Ruben Pedro Irazabal Villar e Laurita Lourdes Linhares Mourão, graduou-se em Direito pela Universidad de La República (Montevideu, 1978). No Instituto Rio Branco, concluiu, em 1982, o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e, em 2003, o Curso de Altos Estudos, com tese sobre proliferação de mísseis e seu impacto no quadro estratégico global.

Nomeado Terceiro Secretário em 1983, o diplomata em apreço foi promovido a Segundo Secretário em 1987, a Primeiro Secretário em 1994; a Conselheiro em 1999; e a Ministro de Segunda Classe em 2005, e a Ministro de Primeira Classe em 2012.

Entre os cargos exercidos e as missões importantes de que participou, cumpre destacar os seguintes: Assessor Especial do Ministério do Planejamento (1995-1998); Assessor junto ao Gabinete do Ministro de Estado (1998-2000); Conselheiro na Delegação junto às Nações Unidas, em Nova York (2000-2004); Chefe da Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis (2004-2010); Diretor do Departamento de Europa (desde 2010). Chefiou, ainda, delegações junto a diversas conferências sobre regimes de controles de mísseis, tecnologias sensíveis e não-proliferação nuclear.

Consta, ainda, do processado, além do *curriculum vitae* relatado, documento informativo, anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, sobre a República Islâmica do Irã. Há dados básicos, dados sobre política interna e externa, bem como informações sobre as relações bilaterais com o Brasil.

A República Islâmica do Irã caracteriza-se como república teocrática, composta predominantemente por muçumanos xiitas (89% da composição étnica).

O Líder Supremo – indicado pela Assembléia dos Sábios que é composta por clérigos – ocupa posição de natureza vitalícia, atualmente pertencente ao aiatolá Ali Kamenei. Trata-se de autoridade máxima do Irã que detém, além de atribuições no âmbito religioso, poder de decisão em assuntos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Exerce, ainda, influência sobre os candidatos à Presidência da República e comanda as Forças Armadas do país.

Atualmente o governo encontra-se completamente controlado pela ala conservadora, desenhando-se um quadro de retrocesso em relação à aproximação com o Ocidente alinhavada pelo ex-presidente Mohammad Khatami, que foi sucedido pelo conservador Mahmoud Ahmadinejad nas eleições de 2005.

O Governo de Ahmadinejad buscou aproximar-se de países da América Latina, como estratégia para superar o isolamento a que foi submetido por sua política agressiva frente aos Estados Unidos da América (EUA) e a países da Europa Ocidental, com os quais as relações tornaram-se ainda mais difíceis devido à determinação iraniana em manter programas nucleares.

O relacionamento bilateral entre Brasil e Irã é cordial e tem progredido nos últimos anos. Vale reafirmar que as relações com a América Latina ocupam

posição de destaque na política externa iraniana. Além disso, o Governo de Teerã identifica afinidades entre as agendas globais de ambos os países e pretende incrementar a cooperação bilateral nos campos energético, de turismo, acadêmico, cultural e no âmbito dos direitos humanos e da Organização das Nações Unidas.

O Brasil, por sua vez, visa a ampliar a cooperação econômica e comercial com o Irã. O país tem sido mercado de exportação do Brasil no Oriente Médio.

No campo energético, cumpre ressaltar que o Irã, apesar de ser grande exportador de petróleo bruto, possui reduzida capacidade no desenvolvimento de indústria de refinaria. Além disso, o aumento do consumo de combustíveis, acompanhado das consequências econômicas e ambientais, tem estimulado o Governo iraniano a encontrar alternativas energéticas, havendo, assim, espaço para iniciativas de cooperação bilateral nos ramos de biocombustíveis e transportes.

Registrem-se, ainda, alguns temas que merecem especial atenção das autoridades brasileiras, como a política nuclear iraniana, a relação da república islâmica com potências como a Rússia e a China, a participação iraniana no conflito na Síria e seu apoio a grupos radicais como o Hezbollah e, ainda, a rivalidade crescente entre iranianos e israelenses e entre aqueles e potências ocidentais.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 112, DE 2012

(nº 535/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Irã.

Os méritos do Senhor Santiago Irazabal Mourão que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 4 de dezembro de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, provavelmente do Presidente do Senado Federal, com uma assinatura fluida e estilizada.

EM Nº 00338 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

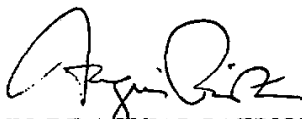
Brasília, 8 de novembro de 2012.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Irã.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

EM nº 00338/2012 MRE

Brasília, 8 de Novembro de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Irã.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de de **SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO**

CPF.: 227.424.761-72

ID.: 8302 MRE

1952 Filho de Ruben Pedro Irazabal Villar e Laurita Lourdes Linhares Mourão, nasce em 19 de julho, em Flores, Uruguai (brasileiro, de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1978 Direito pela Universidad de la República, Montevideu, Uruguai

1982 CPCD - IRBr

2003 CAE - IRBr, A proliferação de mísseis e o seu impacto no quadro estratégico global. Os esforços da comunidade internacional para disciplinar a questão. Implicações e desafios para a política externa brasileira

Cargos:

1983 Terceiro-Secretário

1987 Segundo-Secretário

1994 Primeiro-Secretário, por merecimento

1999 Conselheiro, por merecimento

2005 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2012 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1984 Divisão de Feiras e Turismo, assistente

1986 Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente

1987 Embaixada em Washington, Terceiro e Segundo-Secretário

1990 Embaixada em Assunção, Segundo-Secretário

1993 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, assessor

1995 Ministério do Planejamento e Orçamento, Gabinete, Assessor Especial

1998 Gabinete do Ministro de Estado, assessor

2000 Delegação junto à ONU, Nova York, Conselheiro

2004 Departamento de Organismos Internacionais, assessor

2004 Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis, Chefe

2007 22ª Reunião Plenária do Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (MTCR), Atenas, Chefe de Delegação

2008 18ª Reunião Plenária do Grupo de Supridores Nucleares (NSG), Berlim, Chefe de Delegação

2008 23ª Reunião Plenária do Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (MTCR), Canberra, Chefe de Delegação

2009 19ª Reunião Plenária do Grupo de Supridores Nucleares (NSG), Budapeste, Chefe de Delegação

2009 24ª Reunião Plenária do Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (MTCR), Rio de Janeiro, Chefe de Delegação

2010 Departamento da Europa, Diretor

2011 25ª Reunião Plenária do Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (MTCR), Buenos Aires, Chefe de Delegação

Condecorações:

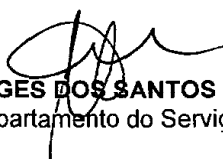
1998 Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial

1998 Medalha Mérito Tamarandará, Brasil

1999 Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil

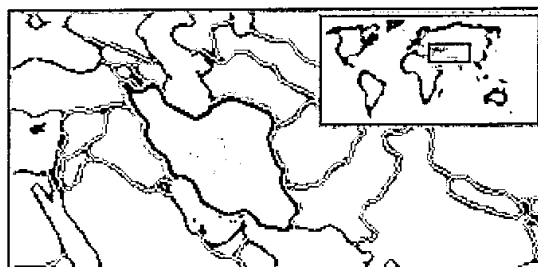
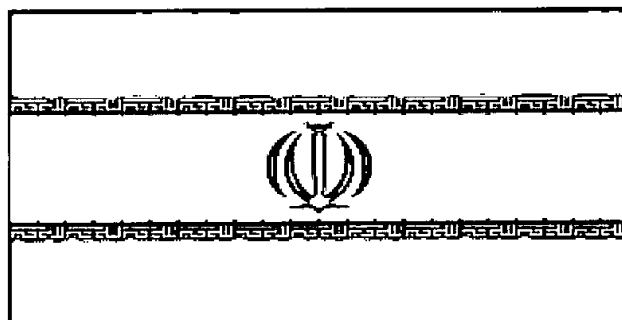
2003 Medalha do Pacificador, Brasil

2008 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Comendador


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Novembro de 2012

Índice

1. DADOS BÁSICOS.....	3
2. PERFIS BIOGRÁFICOS	4
3. RELAÇÕES BILATERAIS	9
4. POLÍTICA INTERNA	12
5. POLÍTICA EXTERNA	13
6. ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS.....	15
7. ANEXOS	17
7.1. CRONOLOGIA HISTÓRICA.....	17
7.2. CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS.....	19
7.3. ATOS BILATERAIS.....	21
7.4 DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS	22

1. DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Islâmica do Irã
CAPITAL	Teerã
ÁREA	1.648.000 km ² (equivalente ao Estado do Amazonas)
POPULAÇÃO	75,9 milhões de habitantes (soma dos Estados de SP, MG e Bahia)
IDIOMA	Persa (<i>farsi</i>)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Muçulmanos xiitas (89%); muçulmanos sunitas (9%); baha'ís (0,50%); cristãos (0,17%); zoroastristas (0,07%); judeus (0,04%).
SISTEMA DE GOVERNO	República teocrática
PODER LEGISLATIVO	Parlamento unicameral (" <i>Majlis</i> ")
CHEFE DE ESTADO	Líder Supremo Aiatolá Ali Khamenei (desde 1990)
CHEFE DE GOVERNO	Presidente Mahmoud Ahmadinejad (desde 2005)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Ali Akbar Salehi (desde 2010)
PIB NOMINAL (2011)	US\$ 435 bilhões (Brasil: US\$ 2,5 trilhões)
PIB NOMINAL PPP (2011)	US\$ 988 bilhões (Brasil: US\$ 2,3 trilhões)
PIB PER CAPITA (2011)	US\$ 5.735 (Brasil: US\$ 12.788)
PIB PPP PER CAPITA (2011)	US\$13.053,42 (Brasil: US\$ 11.769)
VARIAÇÃO DO PIB	1,2 (est. 2013); 0,3 (est. 2012); 1,7 (2011); 5,9 (2010)
IDH (2011)	0,707 - 89ª posição (Brasil: 0,718 - 85ª posição)
EXPECTATIVA DE VIDA (2011)	71 anos (Brasil: 73,5 anos)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2008)	82,4% (Brasil: 90%)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	15,3% (est. 2011)
UNIDADE MONETÁRIA	Rial iraniano (US\$ 1 = \$ 34.800)
EMBAIXADOR EM TEERÃ	Antonio Luis Espinola Salgado (desde 2008)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Mohammad Ali Ghanezadeh Ezabadi (desde 2012)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	200

INTERCÂMBIO

BILATERAL – BRASIL-IRÃ (US\$ milhões fob) – Fonte: MDIC

BRASIL → IRÃ	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (jan-ago)
Intercâmbio	883	1.135,4	971,5	1.599	1.849,5	1.148,1	1.237	2.244,2	2.367,4	1.027,0
Exportações	869,1	1.132,7	965,6	1.568,1	1.837,5	1.133,3	1.218,1	2.120,9	2.332,2	1.004,5
Importações	13,8	2,6	2,9	30,8	10,9	14,7	18,9	123,3	35,2	22,5
Saldo	855,3	1.130	965,6	1.537	1.826,5	1.118,5	1.199,1	1.997,5	2.297	982,0

2. PERFIS BIOGRÁFICOS

Aiatolá Ali Khamenei Chefe de Estado

Nasceu na cidade de Mashad, em 1939.

Aos dezoito anos de idade, Ali Khamenei deu início ao estudo da jurisprudência e dos princípios do Islã com o Aiatolá Al-Uzma Milani, em Mashhad. Em 1957, ingressou no seminário islâmico de Najaf (Iraque). De 1958 a 1964, cursou jurisprudência islâmica e filosofia na cidade de Qom, principal centro de estudos religiosos do xiismo iraniano. Foi aluno do Aiatolá Ruhollah Khomeini, futuro líder da Revolução Iraniana (1979) e Líder Supremo do Irã entre 1979 e 1989.

Em 1962, Khamenei juntou-se ao movimento de Khomeini, que se opunha às políticas pró-americanas e ocidentalizantes do Xá Reza Pahlavi.

Em maio do ano seguinte, Khamenei foi preso pelas críticas feitas ao Governo, porém posto em liberdade no mês seguinte, sob a condição de jamais retornar ao púlpito para pregar. Voltou a ser preso em 1964 e, novamente, em 1976, quando foi sentenciado ao degredo, por três anos. Khamenei retornou a Mashhad em 1979, no clímax da Revolução Iraniana, que resultou na deposição do Xá Reza Pahlavi e na ascensão do Aiatolá Khomeini ao poder.

Em 1980, Khamenei tornou-se Ministro da Defesa da recém-instaurada República Islâmica do Irã.

No mesmo ano, foi eleito, pelo distrito de Teerã, para o Parlamento iraniano.

Em 1981, assumiu o cargo de Representante do Líder Supremo no Conselho Supremo de Segurança Nacional.

Em 1982, Ali Khamenei foi eleito Presidente (Chefe de Governo) da República Islâmica do Irã.

Em 1990, assumiu a Presidência do Comitê de Revisão Constitucional instalado após a morte do Aiatolá Khomeini.

Ainda em 1990, Ali Khamenei foi eleito pela Assembleia dos Sábios para exercer o cargo de Líder Supremo (Chefe de Estado) da República Islâmica do Irã.

Mahmoud Ahmadinejad

Chefe de Governo

Nasceu em Garmsar, cidade próxima a Teerã, em 1956.

Formou-se em Engenharia Civil (1976) e doutorou-se em Engenharia de Transporte, Tráfego e Planejamento (1986), na mesma Universidade Tecnológica do Irã.

Como líder estudantil, participou ativamente da Revolução Islâmica. Foi membro do Escritório para o Fortalecimento da Unidade (organização estudantil envolvida na invasão da embaixada dos EUA em 1979), sem ter, contudo, participado pessoalmente da detenção dos reféns norte-americanos.

Em 1986, durante a guerra Irã-Iraque, voluntariou-se para a Guarda Revolucionária, força militar fiel ao Aiatolá Khomeini, tendo sido engenheiro-chefe do VI Exército daquela força.

Foi Prefeito das cidades de Maku (1990-91) e Khoy (1991-92).

Entre 1992 e 1993, foi assessor do Governo da província do Curdistão e assessor do Ministério da Cultura.

De 1993 a 1997, desempenhou as funções de Governador da Província de Ardebil.

Trabalhou como Professor universitário de 1997 a 2003, ano em que foi eleito Prefeito de Teerã.

Em junho de 2005, foi eleito Presidente da República, tornando-se o primeiro Presidente laico desde 1981.

Disputou a reeleição à Presidência da República no pleito de junho de 2009 e venceu as eleições com 62% dos votos, ante 34% de seu principal oponente, Mir Hussein Mousavi. O Governo de Ahmadinejad impediu a continuidade das manifestações populares contra sua reeleição e determinou o julgamento dos principais líderes dos manifestantes.

Embora Ahmadinejad tenha contado com o apoio do Aiatolá Ali Khamenei e das correntes políticas ultraconservadoras no pleito de 2009, o Presidente e o Aiatolá distanciaram-se significativamente a partir do início de 2011.

Atualmente, Ahmadinejad encontra-se em verdadeiro embate político com as alas ultraconservadoras, leais ao Líder Supremo.

Ahmadinejad e seus aliados têm enfrentado também crescente isolamento no Parlamento iraniano, presidido por Ali Larijani, aliado de Khamenei.

Ali Akbar Salehi
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em Kerbala, no Iraque, em 1949.

Formou-se em Ciências pela Universidade Americana de Beirute, tendo recebido o doutorado no Instituto de Tecnologia de Massachussets, em 1977.

Tornou-se Professor associado e Reitor da Universidade de Tecnologia de Sharif (de 1982 a 1984 e de 1989 a 1993). É membro da Academia de Ciências do Irã e do Centro Internacional de Física Teórica, em Trieste, Itália.

Salehi foi nomeado em 1997, pelo então Presidente Mohammed Khatami, para exercer a função de Representante Permanente do Irã junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), tendo sido reconduzido ao cargo, em 2005, já sob o Governo do Presidente Mahmoud Ahmadinejad, para mais oito anos de mandato. Ainda em 2003, foi o responsável pela assinatura, pelo lado iraniano, do Protocolo Adicional ao Acordo de Salvaguardas, no âmbito da AIEA.

Exerceu, de 2007 a 2009 a função de Secretário-Geral Adjunto da Organização da Conferência Islâmica.

Em julho de 2009, Salehi foi nomeado pelo Presidente Ahmadinejad para ocupar a chefia da Organização de Energia Atômica do Irã.

Em dezembro de 2010, com a demissão do Chanceler Manouchehr Mottaki, Salehi assumiu interinamente a chefia do Ministério dos Negócios Estrangeiros, tendo sido confirmado no cargo em janeiro de 2011.

3. RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Pérsia – nome pelo qual o Irã foi conhecido no Ocidente até 1935 – foram estabelecidas em 1903.

Em 1942, foi aberta Legação diplomática do Brasil em Teerã.

Em 1957, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Irã, Hossein Navab, visitou o Rio de Janeiro, ocasião em que se assinou, juntamente com o Ministro das Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares, um acordo bilateral de cooperação cultural (“Acordo Cultural”). O referido instrumento, aprovado pelo Congresso Nacional em 30 de agosto de 1961, é o único Acordo bilateral atualmente em vigor entre o Brasil e o Irã.

Em 1961, a Legação do Brasil em Teerã foi elevada à condição de Embaixada.

Em 1965, o Xá Reza Pahlavi, Chefe de Estado iraniano, visitou o Brasil.

Em 1976, o Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, visitou o Irã.

Em 1988, foi assinado Memorando de Entendimento para a Criação de Comissão Mista de Alto Nível. Em 1991, o Ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, viajou a Teerã para chefiar a delegação brasileira em reunião no âmbito daquela Comissão.

Em junho de 2000, teve lugar, em Teerã, a I Reunião bilateral de Consultas Políticas. Em abril de 2001, a II Reunião bilateral ocorreu em Brasília. Desde então, reuniões têm sido realizadas alternadamente em Teerã e em Brasília. A VII Reunião de Consultas Políticas teve lugar em Brasília, em agosto de 2011.

Em 2005, o Ministro da Agricultura do Irã, Mahmoud Hojjati, e o Ministro da Economia e das Finanças, Feyed Safdar Hosseini, cumpriram visitas oficiais a Brasília.

Em junho de 2006, o Presidente do Parlamento iraniano, Gholam Ali Haddad-Adel, veio em missão oficial a Brasília. No ano seguinte, delegação composta por oito membros da Comissão de Agricultura do Parlamento iraniano visitou a Câmara dos Deputados, tendo sido recebida pelo então Presidente da referida Casa legislativa, Deputado Arlindo Chinaglia.

Em 2008, comitiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) realizou missão oficial Irã.

No mesmo ano, visitou aquele país o então Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim.

Em 2009, realizaram visitas ao Brasil o Ministro dos Assuntos Cooperativos do Irã, Mohammad Abassi, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Manouchehr Mottaki.

O Presidente Mahmoud Ahmadinejad visitou Brasília em novembro de 2009. Na ocasião, foi assinado Acordo sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos. Aprovado pelo Parlamento iraniano em julho de 2010, o Acordo encontra-se, desde dezembro daquele ano, em tramitação na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados.

Em 2010, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva retribuiu a visita do Presidente Ahmadinejad, tendo se tornado o primeiro Chefe de Estado brasileiro a visitar o Irã.

Comércio Bilateral e Investimentos

Do ponto de vista comercial, o Irã tornou-se importante parceiro do Brasil nos últimos anos. Entre 2002 e 2011, a corrente bilateral de comércio passou de US\$ 500 milhões para US\$ 2,3 bilhões. Em 2010, o Irã tornou-se o segundo maior comprador de carne do Brasil, atrás apenas da Rússia.

O fluxo comercial de 2012, entretanto, registrou, até agosto, o valor pouco superior a US\$ 1 bilhão, soma consideravelmente inferior ao volume intercambiado nos últimos anos, no mesmo período. A acentuada queda deve-se, em grande medida, às sanções de caráter multilateral impostas contra a economia do Irã. Muito embora as sanções não sejam aplicadas aos tradicionais setores de exportação do Brasil, o Irã tem enfrentado dificuldades em efetuar pagamentos por importações e receber pelas exportações, em vista das sanções impostas unilateralmente pelos EUA e pela UE a suas instituições financeiras.

Não há registro de investimentos iranianos de monta no Brasil.

Do lado brasileiro, a empresa Yogoberry, rede carioca de iogurte congelado, abriu, em julho de 2011, sua primeira loja em Teerã. Em julho deste ano, a rede abriu uma segunda filial na capital iraniana.

A Petrobras abriu escritório em Teerã no ano de 2005, para atuar em projetos de prospecção de petróleo. O escritório foi fechado em 2011 em virtude da nova estratégia da petrolífera, voltada à exploração das reservas da camada de pré-sal, no litoral brasileiro.

Em 2012, a Magnesita, empresa do ramo de mineração, terceira maior produtora de refratários e líder mundial em soluções para refratários, visitou o Irã, com o objetivo de realizar prospecções para investir naquele país.

Assistência Consular / Comunidade Brasileira

Há cerca de 200 brasileiros residentes no Irã – em sua grande maioria na capital, Teerã. Os membros da comunidade brasileira exercem atividades profissionais, sobretudo, na área esportiva, com destaque para futebolistas. Há, ainda, número considerável de brasileiros e brasileiras casados com cidadãos iranianos, e, em menor número, estudantes brasileiros em universidades locais.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais ao Irã.

4. POLÍTICA INTERNA

O Parlamento iraniano (“*Majlis*”) é unicameral e composto por 290 parlamentares. Seu Presidente é, desde 2008, Ali Larijani. As eleições para o *Majlis* ocorrem a cada quatro anos e, do total de assentos, cinco representam as minorias (judeus, zoroastristas, armênios e caldeus). Atualmente as mulheres ocupam 8% do total de vagas no Parlamento. Toda candidatura ao *Majlis* é submetida à aprovação do Conselho dos Guardiões, órgão com poder de veto.

Em 1979, teve lugar a Revolução Iraniana, ocasião em que foi deposto o Xá Reza Pahlavi. O novo regime, estabelecido com a ascensão ao poder do Aiatolá Ruhollah Khomeini, é fundamentado no princípio do “*Velayat-e faqih*” (“a inquestionável obediência ao regime teocrático e às leis islâmicas”).

O atual Presidente da República, Mahmoud Ahmadinejad, foi eleito por voto popular em 2005 e reeleito em 2009.

Em 2011, divergências levaram ao rompimento entre o Presidente Ahmadinejad, Chefe de Governo do país, e o Aiatolá Ali Khamenei, Chefe de Estado e Líder Supremo do Irã.

Atualmente, a política interna iraniana é dividida principalmente entre alas conservadoras, ligadas ao Presidente Mahmoud Ahmadinejad, e alas ultraconservadoras, ligadas ao Aiatolá Ali Khamenei.

Ao longo de seu segundo mandato, o Presidente Ahmadinejad tem tido que lidar, ademais, com aberta oposição do Parlamento, cujo Presidente, Ali Larijani, é seu mais emblemático opositor. Em 14 de março de 2012, o Presidente Ahmadinejad foi convocado a prestar explicações ao *Majlis*, tendo sido a primeira vez, na história daquele país, que um Presidente da República foi convocado a prestar contas de seus atos ao Legislativo.

As eleições parlamentares de março de 2012 resultaram na ampliação da influência das correntes ultraconservadoras. Mais de cem candidatos ligados ao Presidente Ahmadinejad, assim como políticos moderados e liberais, tiveram suas candidaturas impugnadas. Apesar da grande vitória dos partidários do Aiatolá Khamenei, o Presidente Ahmadinejad logrou manter uma representação mínima no Parlamento.

Exercendo seu segundo mandato consecutivo e, por essa razão, impossibilitado de concorrer no pleito presidencial marcado para junho de 2013, o Presidente Ahmadinejad pretende lançar seu Chefe de Gabinete, Esfandiar Rahim-Mashaei, como candidato à sua sucessão.

5. POLÍTICA EXTERNA

A visão de mundo e a política externa iranianas, desde a fundação da República Islâmica (1979), incorporam componentes por vezes ideológicos ou mais pragmáticos. Nos dez primeiros anos do regime islâmico, que coincidiram com a liderança absoluta do Aiatolá Khomeini, houve clara prevalência do componente ideológico (sintetizado na ideia de “exportação da Revolução”). No período seguinte (1989-2005), sob a liderança do Aiatolá Khamenei e as administrações presidenciais de Rafsanjani e Khatami, o componente pragmático predominou, diante da necessidade de reconstruir o país devastado pela Guerra Irã-Iraque (1980-88) e de dar satisfação a demandas de amplos setores sociais no sentido de maior abertura política. Sob o Governo conservador de Ahmadinejad, eleito em 2005, a percepção iraniana do cenário internacional voltou a ser fortemente condicionada por pressupostos ideológicos, o que não significa que a prática da política externa ignore considerações pragmáticas.

Além dos componentes ideológicos ou pragmáticos acima descritos, a política externa do Irã tem sido guiada pelo permanente contraponto aos EUA e a Israel, mantendo-se sob o foco da comunidade internacional em virtude de seu programa nuclear e do consequente isolamento imposto pelos “países centrais”.

Em junho de 2010, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a Resolução nº 1929, que aprofundou o regime de sanções contra o Irã. Ademais da questão nuclear, casos como a da Senhora Sakineh Ashtiani – condenada a apedrejamento por adultério, punição posteriormente suspensa devido à intensa pressão internacional, inclusive por parte do Governo brasileiro –, o julgamento de lideranças baha’ís e, mais recentemente, a ameaça de execução, por crime de apostasia, do pastor cristão Youssef Naderkhani (recentemente libertado) têm levado o país a defrontar-se com seguidas denúncias – e condenações – no âmbito do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

A política externa iraniana reflete uma pluralidade de interesses, dos quais a sobrevivência política da República Islâmica constitui a prioridade fundamental. Na última década, entretanto, o Irã acabou por beneficiar-se, indiretamente, das ações militares iniciadas pelos EUA no Afeganistão (2001) e no Iraque (2003), que resultaram na queda de dois regimes considerados sérias ameaças pelo Governo iraniano – o da Al-Qaeda e o de Saddam Hussein.

Desde o início de 2011, a “Primavera Árabe” deflagrou entre as lideranças da República Islâmica o ideário segundo o qual a queda dos regimes nacionalistas na Tunísia, no Egito e na Líbia constituiria o início

da implementação, no mundo árabe, do chamado “modelo iraniano” (no Irã, a “Primavera Árabe” foi chamada de “Despertar Islâmico”).

O Irã é membro atuante do Movimento dos Não-Alinhados. A 16ª Cúpula do Movimento dos Não-Alinhados teve lugar em Teerã, entre os dias 26 e 31 de agosto de 2012. Na ocasião, o Irã assumiu a Presidência do referido Movimento, posição que ocupará até 2015.

Teerã é sede da Organização de Cooperação Econômica (OCE), fundada em 1985 por Irã, Paquistão e Turquia, da qual também são partes Afeganistão, Azerbaijão, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão.

O Irã foi um dos membros fundadores da ONU (Organização das Nações Unidas) e é também membro pleno das seguintes organizações internacionais: Banco Mundial; FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura); FMI (Fundo Monetário Internacional); G-77 (Grupo dos 77, que congrega países em desenvolvimento); UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura); OMS (Organização Mundial da Saúde); OIC (Organização de Cooperação Islâmica); OIT (Organização Internacional do Trabalho) e da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), entre outras.

6. ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS.

Com um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 435 bilhões (2011), o Irã destaca-se como a 25ª maior economia do mundo.

Mais da metade das receitas governamentais daquele país originam-se da exportação de petróleo e gás. As sanções unilateralmente impostas pelos EUA e pela União Europeia (UE) têm o objetivo de privar o Irã de investimentos necessários para o setor. Em janeiro de 2012, a União Europeia impôs sanções unilaterais à importação de petróleo iraniano, o que privou aquele país, a partir de 1º de julho deste ano, de um mercado que consumia 20% da produção iraniana. Da mesma forma, a redução das importações do Japão e da Coreia do Sul restringiu significativamente a lista de parceiros comerciais asiáticos do Irã, limitando-a, principalmente, à China e à Índia – dois dos principais parceiros que não aderiram à aplicação de medidas punitivas.

A imposição de sanções multilaterais e unilaterais tem tido numerosos impactos sobre a economia iraniana. Deverá aumentar a pressão sobre o sistema bancário local, que será obrigado a prover os recursos para o financiamento de projetos de grande envergadura econômica, tanto no setor petrolífero quanto na ainda carente infraestrutura nacional, em especial no campo de energia – o principal motivo, aliás, mencionado pelo Governo iraniano na defesa da manutenção de seu programa nuclear. Diante ainda de uma debilitada posição fiscal, a capacidade instalada de extração de petróleo dificilmente chegará ao planejado volume de 5,3 milhões de barris por dia em 2015, ante a atual produção de 3,6 milhões de barris por dia.

No início de seu segundo mandato, o Presidente Ahmadinejad deu início a processo de programa de transferência direta de renda à parcela da população mais atingida pelos cortes econômicos. Nessas condições, a pressão inflacionária tem-se mantido elevada, notadamente pelo aumento dos preços da gasolina (o país tem limitada capacidade de refino nacional e é importador do combustível). Estima-se que, em 2011, a inflação tenha sido de 17,8%, e que, no período 2012-16, deverá manter-se próxima a 15%.

O Governo iraniano tem-se comprometido com um programa de privatizações e projeta desestatizar, por ano, cerca de 20% das companhias ora em poder do Estado.

Prevê-se que o superávit comercial do período 2011-12, estimado em US\$ 33,9 bilhões (em muito devido a exportações de petróleo cru) deva reduzir-se para US\$ 25,2 bilhões até o biênio 2017, e que o superávit em conta corrente, atualmente de US\$ 24,3 bilhões, deva reduzir-se a US\$ 13,5 bilhões nos próximos cinco anos – sobretudo em função das referidas sanções internacionais.

7. ANEXOS

7.1. Cronologia Histórica

1921: Setores do exército assumem o poder na Pérsia, por meio de golpe de feições modernizadoras.
1923: Aprofunda-se o controle militar sobre a política nacional, e o último Xá da dinastia Qadjar é exilado.
1925: O Parlamento persa aclama Reza Khan, Ministro da Guerra, novo Xá; surge a dinastia Pahlavi.
1935: O Xá Reza Khan solicita aos Governos ocidentais que deixem de usar o nome “Pérsia” e passem a se referir ao país como “Irã”.
1941: A neutralidade do Irã na Segunda Guerra Mundial leva à invasão anglo-soviética; o Xá Reza Khan abdica em favor do filho, Reza Pahlavi.
1951: O Primeiro-Ministro Mohammed Mossadegh nacionaliza a petroleira <i>Anglo-Iranian</i> .
1953: Potências ocidentais organizam golpe contra Mossadegh; capitais internacionais reassumem o controle da <i>Anglo-Iranian</i> . Com o apoio ocidental, o Xá inaugura um regime absolutista no Irã.
1959: Inicia-se o programa nuclear iraniano, apoiado pelos EUA.
1963: Por meio da chamada "Revolução Branca", o Xá procura modernizar a sociedade iraniana, ampliando a participação feminina e outras reformas, como a agrária, urbana e educacional.
1967: O Irã assina o Tratado de Não-Proliferação Nuclear. Farah Diba Pahlavi é coroada Imperatriz.
1978: O Aiatolá Khomeini, do exílio, organiza e lidera a Revolução Iraniana.
1979: Fuga do Xá Reza Pahlavi; o Aiatolá Khomeini regressa ao Irã e assume o poder; a monarquia é substituída por uma república teocrática; Khomeini é eleito Líder Supremo, e Bani-Sadr, Presidente; militantes islâmicos fazem 66 reféns na Embaixada americana em Teerã.
1980: O Iraque invade o Irã. Tem início a Guerra Irã-Iraque, que dura até 1988. O ex-Xá morre exilado no Egito.
1981: O Presidente Ali Rajai morre em atentado terrorista um mês após a posse.
1989: Morre o Aiatolá Khomeini; Ali Khamenei é eleito Líder Supremo.
1993: Rafsanjani, Presidente desde 1989, é reeleito e prossegue na abertura limitada ao exterior.

1997: O novo Presidente, Mohammad Khatami, intensifica aproximação com Ocidente.
2001: O Presidente Khatami, considerado “reformista”, é reeleito com 78% dos votos.
2002: O Irã é denunciado à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) por atividades nucleares não declaradas.
2004: “Acordo de Paris”: o Irã compromete-se com a União Europeia a congelar seu programa nuclear.
2005: O ex-Prefeito de Teerã, o conservador Mahmoud Ahmadinejad, é eleito Presidente da República; a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) encaminha dossiê nuclear iraniano ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.
2006: Aprovada a Resolução 1737 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que impõe regime de sanções contra o Irã.
2008: O Governo de Israel ameaça atacar instalações nucleares do Irã; novas resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (1803 e 1835) a respeito do dossiê nuclear iraniano;
2009: O Governo Obama inicia política de “aproximação moderada” em relação ao Irã. Mahmoud Ahmadinejad é reeleito Presidente da República. Protestos de rua de opositores do Presidente Ahmadinejad são reprimidos pela Guarda Revolucionária.
2010: O Irã é sancionado mais uma vez pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (Resolução nº 1929).
2011: Rompe-se a aliança entre o Líder Supremo e o Presidente Ahmadinejad. Forma-se, de um lado, o “campo principista”, grupo ultraconservador ligado a Khamenei e, de outro, a “corrente desviante”, movimento conservador liderado por Mahmoud Ahmadinejad.
2012: Em eleições parlamentares, grupo político de Ahmadinejad é derrotado pelos rivais ultraconservadores. Ascensão da influência política do Presidente do Parlamento (“ <i>Majlis</i> ”), Ali Larijani.

7.2. Cronologia das relações bilaterais

03/11/1903: Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Irã.
1942: Abertura da Legação diplomática do Brasil em Teerã.
22/11/1957: Assinatura do Acordo Cultural bilateral.
1961: Elevação da Legação do Brasil em Teerã à categoria de Embaixada.
04/10/1965: Visita oficial do Xá Reza Pahlavi ao Brasil.
26/11/1976: Visita do Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, ao Irã.
26/09/1988: Assinatura do Memorando de Entendimento para a Criação de uma Comissão Mista de Alto Nível.
06/11/1991: Visita do Ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, ao Irã, na chefia da delegação brasileira à II Reunião da Comissão Mista de Alto Nível.
16/02/1993: Visita do Chanceler iraniano Ali Akbar Velayati ao Brasil, para chefiar a delegação de seu país à III Reunião da Comissão Mista de Alto Nível.
12/06/2000: I Reunião bilateral de Consultas Políticas, em Teerã.
24/04/2001: II Reunião bilateral de Consultas Políticas, em Brasília.
2002: Visita do Ministro da Cultura, Francisco Weffort, ao Irã, para participar da reunião “Diálogo das Civilizações”.
30/08/2002: III Reunião de Consultas Políticas, em Teerã.
30/06/2003: IV Reunião de Consultas Políticas, em Brasília.
16/01/2005: Visita do Ministro da Agricultura do Irã, Mahmoud Hojjati, a Brasília.
10/06/2005: Visita do Ministro da Economia e das Finanças do Irã, Feyed Safdar Hosseini.
20/10/2005: Visita do Embaixador Said Jalili ao Brasil, como enviado do Presidente Ahmadinejad.
20/06/2006: Visita do Presidente do Parlamento iraniano, Gholam Ali Haddad-Adel, a Brasília.
16/04/2007: V Reunião bilateral de Consultas Políticas, em Teerã.
09/08/2007: Delegação de oito Deputados integrantes da Comissão de Agricultura do Parlamento iraniano visita a Câmara dos Deputados (audiência com o então Presidente da Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia).

10/09/2007: Visita a Brasília de Mohammad Nahavandian, Secretário-Adjunto do Conselho Supremo para Segurança Nacional e Presidente da Câmara de Comércio do Irã.
10/11/2007: Visita a Brasília de Mansour Moazami, Vice-Ministro do Petróleo do Irã.
12/03/2008: Realização da VI Reunião bilateral de Consultas Políticas em Brasília.
17/06/2008: Comitiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento brasileiro, chefiada pelo Secretário de Defesa Agropecuária do referido Ministério, Inácio Kroetz, viaja em missão oficial ao Irã.
30/06/2008: O então Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos II do Itamaraty, Embaixador Roberto Jaguaribe, representou o Brasil na XV Conferência Ministerial do Movimento Não-Alinhado, realizada em Teerã.
01/11/2008: Visita do então Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, a Teerã.
09/01/2009: Visita a Brasília do Ministro dos Assuntos Cooperativos do Irã, Mohammad Abbassi.
26/03/2009: Visita de Manouchehr Mottaki, então Ministro dos Negócios Estrangeiros do Irã, a Brasília.
08/09/2009: VII Reunião de Consultas Políticas, em Teerã.
23/11/2009: Visita de Estado do Presidente Mahmoud Ahmadinejad ao Brasil.
15/05/2010: Visita de Estado do então Presidente Lula ao Irã, a primeira de um mandatário brasileiro àquele país. Durante a viagem, assina a Declaração de Teerã, documento subscrito por Brasil, Turquia e Irã, acerca do programa nuclear iraniano.
09/08/2011: VIII Reunião de Consultas Políticas, realizada em Brasília.
30/08/2012: A Representante Permanente Alternata do Brasil junto às Nações Unidas, Embaixadora Regina Dunlop, participa da XVI Cúpula do Movimento dos Países Não-Alinhados, ocorrida em Teerã.

7.3. ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Acordo Cultural	22/11/1957	28/12/1962	51627	17/01/1963
Acordo sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos	23/11/2009	Aprovado pelo Parlamento iraniano em junho de 2010. Em tramitação na Câmara dos Deputados.		

7.4 DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS (2011)

PIB Nominal	US\$ 435 bilhões
Crescimento real do PIB	1,7%
PIB Nominal "per capita"	US\$ 5.735
PIB PPP	US\$ 988 bilhões
PIB PPP "per capita"	US\$ 13.013
Inflação	20,6%
Reservas internacionais	US\$ 80 bilhões
Dívida externa	US\$ 12 bilhões
Câmbio (IR / US\$)	10.616

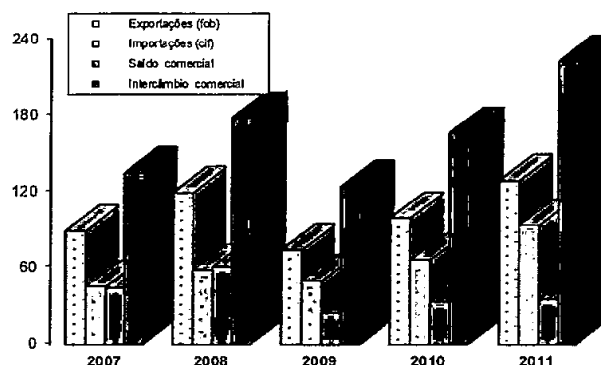
Com PIB Nominal de US\$ 435 bilhões e crescimento em torno de 1,7%, o Irã destacou-se como a 25ª principal economia do mundo, em 2011. O setor de serviços foi o principal ramo de atividade e respondeu por 52% do PIB, seguido do industrial com 38% e agrícola com 10%.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics - September 2012 e Contraintelligence Agency - Global Business Intelligence

IRÃ: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações (fob)	89,3	119,4	74,2	99,3	128,6
Importações (cif)	45,2	58,3	49,7	66,4	93,6
Saldo comercial	44,2	61,1	24,5	32,9	35,0
Intercâmbio comercial	134,5	177,8	123,9	165,7	222,1

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics - September 2012



O comércio exterior iraniano apresentou, em 2011, variação de 65% em relação a 2007, passando de US\$ 135 bilhões para US\$ 222 bilhões. No ranking do FMI Irã figurou como o 32º mercado mundial, sendo o 33º principal exportador e o 35º importador.

IRÃ: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 0	% no total	2 0 1 1	% no total	
China	16,6	16,7%	27,5	21,4%	
Índia	10,1	10,2%	12,2	9,5%	
Japão	10,1	10,2%	11,7	9,1%	
Turquia	7,0	7,0%	11,3	8,8%	
Coreia do Sul	6,3	6,4%	10,3	8,0%	
Itália	5,5	5,6%	6,8	5,3%	
Espanha	4,1	4,1%	5,1	4,0%	
África do Sul	3,5	3,5%	4,4	3,4%	
Grécia	1,4	1,4%	2,4	1,9%	
França	1,0	1,0%	2,2	1,7%	
...					
Brasil	0,12	0,12%	0,04	0,03%	
Subtotal	65,7	66,2%	94,0	73,1%	Grécia França
Outros países	33,6	33,8%	34,6	26,9%	
Total	99,3	100,0%	128,6	100,0%	

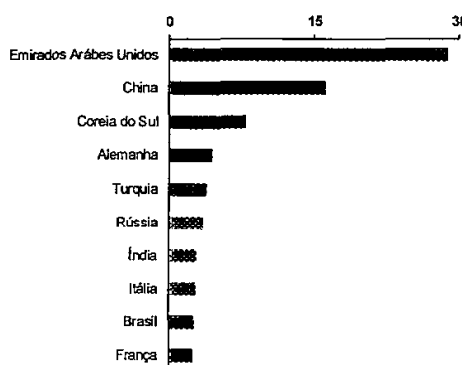
Elaborado pelo MRE/PR-DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI/ Direction of Trade Statistics, September 2012

As exportações iranianas são destinadas em sua maior parte para os países em desenvolvimento, cerca da metade das vendas do país em 2011, principalmente aos países em desenvolvimento da Ásia, cujas vendas representaram 1/3 do total. As economias avançadas foram destino de 35% das vendas iranianas em 2011, sendo 16% destinadas a União Europeia. Individualmente a China é o principal destino das exportações iranianas. Em 2011 absorveu 21% do total das vendas. Em seguida destacaram-se: Índia (9%); Japão (9%); Turquia (9%); e Coreia do Sul (8%). O Brasil obteve o 47º lugar, participando com 0,03% do total.

IRÃ: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ bilhões

Descrição	2010	% no total	2011	% no total
Emirados Árabes	22,4	33,8%	29,0	30,9%
China	5,7	8,6%	16,3	17,4%
Coreia do Sul	3,7	5,6%	7,9	8,4%
Alemanha	4,5	6,8%	4,5	4,8%
Turquia	3,8	5,7%	4,0	4,2%
Rússia	1,2	1,7%	3,6	3,8%
Índia	1,8	2,7%	3,0	3,2%
Itália	1,8	2,7%	2,8	3,0%
Brasil	0,6	0,9%	2,6	2,7%
França	2,1	3,1%	2,5	2,7%
Subtotal	47,6	71,6%	76,0	81,3%
Outros países	18,8	28,4%	17,5	18,7%
Total	66,4	100,0%	93,6	100,0%



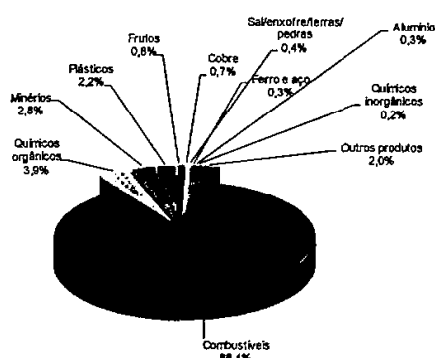
Elaborado pelo MRE/DPP/DIC - Divisão de Inteligência Comercial - com base no relatório da FIM, Direction of Trade Statistics - Summer 2012

Os países em desenvolvimento foram responsáveis pelo fornecimento de 71% das compras iranianas em 2011, sendo 1/4 proveniente das economias em desenvolvimento da Ásia. As economias avançadas participaram com 28% do total das compras em 2011, sendo 16% vindas da União Europeia. Individualmente os Emirados Árabes Unidos são os principais fornecedores de bens ao mercado iraniano. Em 2011, participou com cerca de 1/3 das compras do país, seguido da China (17%); Coreia do Sul (8%); Alemanha (5%); e Turquia (4%). O Brasil obteve o 9º lugar, participando com 2,7% do total.

IRÃ: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2011 - Em %

Descrição	% no total
Combustíveis	86,4%
Químicos orgânicos	3,9%
Minérios	2,8%
Plásticos	2,2%
Frutos	0,8%
Cobre	0,7%
Sal/enxofre/terras/pedras	0,4%
Ferro e aço	0,3%
Alumínio	0,3%
Químicos inorgânicos	0,2%
Subtotal	98,0%
Outros produtos	2,0%
Total	100,0%

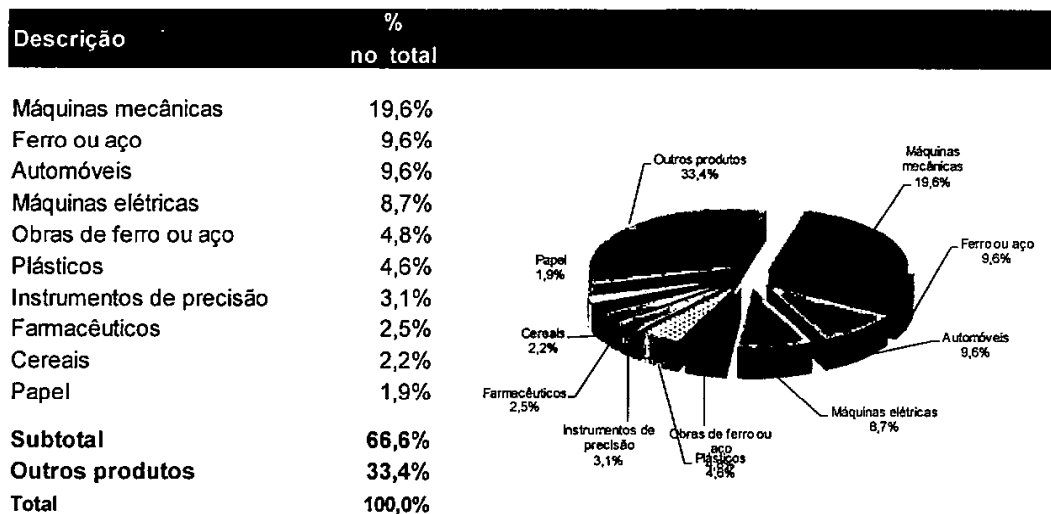


Elaborado pelo MRE/DPP/DIC - Divisão de Inteligência Comercial - com base em dados da UNCTAD/ITC/Trade-map

O Irã não informou os dados ao TradeMap, portanto são dados dos parceiros comerciais.

Os combustíveis responderam por 87% da pauta em 2011, seguido de produtos químicos orgânicos (4%); minérios (3%); e plásticos (2%).

IRÃ: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
2011 - Em %



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/TradeMap

O Irã não informou os dados ao TradeMap, portanto são dados dos parceiros comerciais.

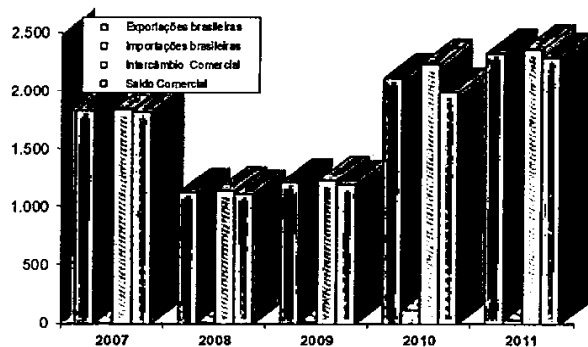
Os principais produtos importados pelo Irã em 2011 foram: máquinas mecânicas (20%); ferro e aço (10%); automóveis (10%); máquinas elétricas (9%) e cereais (2%).

BRASIL-IRÃ: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-ago)	2012 (jan-ago)
Exportações brasileiras	1.838	1.133	1.218	2.121	2.332	1.605	1.005
Variação em relação ao ano anterior	17,2%	-38,4%	7,5%	74,1%	10,0%	23,8%	-37,4%
Importações brasileiras	11	15	19	123	35	22	23
Variação em relação ao ano anterior	-64,4%	33,8%	29,1%	549,8%	-71,4%	-79,2%	0,2%
Intercâmbio Comercial	1.849	1.148	1.237	2.244	2.367	1.628	1.027
Variação em relação ao ano anterior	15,6%	-37,9%	7,8%	81,4%	5,5%	15,9%	-36,9%
Saldo Comercial	1.827	1.118	1.199	1.998	2.297	1.583	982

Elaborado pelo IRE/DPR/DIC. Divisão de Interação Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb

O Irã foi o 42º parceiro comercial brasileiro em 2011. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 28%, passando de US\$ 1,8 bilhão, para US\$ 2,3 bilhões, sendo 27% nas exportações e 221% nas importações. A participação do Irã no comércio exterior brasileiro em 2011 foi de 0,49%.

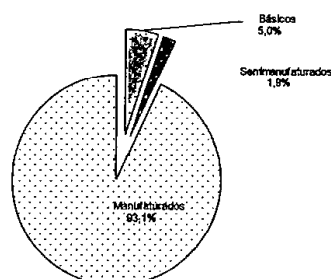
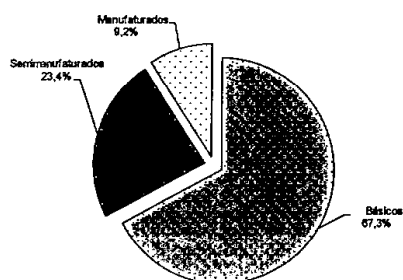


BRASIL-IRÃ: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 1

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	1.570,5	67,3%	1,8	5,0%
Semimanufaturados	546,8	23,4%	0,7	1,9%
Manufaturados	214,7	9,2%	32,8	93,1%
Transações especiais	0,2	0,0%	0,0	0,0%
Total	2.332,2	100,0%	35,2	100,0%

Elaborado pelo MRE/PP-DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC

As exportações brasileiras para o Irã são compostas em sua maior parte por produtos básicos, que representaram 67% das vendas em 2011, com destaque para carnes, cereais e açúcar. Em seguida estão os bens semimanufaturados, com 23% e os manufaturados com 9%. Pelo lado da importações os produtos manufaturados respondem por 93% da pauta, com destaque para os plásticos e os básicos com 5%.



BRASIL-IRÃ: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 0 9	2 0 1 0	2 0 1 1		Exportações brasileiras para Irã, 2011
			Valor	% no total	
Carnes	354	879	768	32,9%	
Cereais	283	285	526	22,5%	
Açúcar	178	694	470	20,2%	
Automóveis	31	6	179	7,7%	
Resíduos das inds. quím.	131	85	156	6,7%	
Sementes/grãos	49	21	87	3,7%	
Gorduras/óleos	49	82	81	3,5%	
Fumo	39	5	25	1,1%	
Máquinas mecânicas	17	11	10	0,4%	
Minérios	53	8	9	0,4%	
Subtotal	1.182	2.077	2.310	99,1%	
Outros produtos	36	44	22	0,9%	
Total	1.218	2.121	2.332	100,0%	

Elaborado pelo MRE/PP-DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC

Carnes, cereais e açúcar são os principais produtos brasileiros exportados para o Irã. Somados, participaram com 76% da pauta em 2011. Em ordem de valor, os produtos de destaque foram: carnes (33%); cereais (23%); açúcar (20%).

BRASIL-IRÃ: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Importações brasileiras originárias de Irã, 2011
	Valor	Valor	Valor	% no total	
Plásticos	1,5	35,6	31,6	89,6%	32
Frutas	0,6	7,9	1,7	4,8%	16
Automóveis	0,5	0,2	0,4	1,1%	8
Tapetes	0,3	0,6	0,3	0,8%	4
Gomas vegetais	0,0	0,0	0,3	0,8%	4
Borracha	0,2	3,1	0,2	0,5%	2
Combustíveis	0,0	60,8	0,1	0,2%	2
Sal/pedra/cimento	14,0	13,8	0,0	0,0%	2
Subtotal	17,0	122,1	34,4	97,7%	2
Outros produtos	2,0	1,2	0,8	2,3%	2
Total	19,0	123,3	35,2	100,0%	2

Elaborado pelo IUPERJ/CICT - Comissão de Intercâmbio Comercial, com base em dados do IPI/CAD/CEX/ANEXO.

As importações brasileiras provenientes do Irã apresentaram alto grau de concentração. Em 2011, o grupo de produtos plásticos somaram 90% do total da pauta, seguido de frutas (5%); automóveis (1%); tapetes e gomas respondem por 0,8 % cada um da pauta.

BRASIL-IRÃ: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2011 (jan-ago)	2012 (jan-ago)		Exportações brasileiras para Irã em 2012 (jan-ago)
	Valor	Valor	% no total	
Exportações				
Cereais	253	228	22,7%	250
Resíduos ind alimentares	156	217	21,6%	200
Açúcar	332	200	19,9%	150
Carnes	586	186	18,5%	100
Gorduras/óleos	31	131	13,0%	50
Fumo	15	12	1,2%	10
Subtotal	1.373	974	97,0%	10
Outros produtos	232	30	3,0%	10
Total	1.605	1.005	100,0%	10

DESCRIÇÃO	2011 (jan-ago)	2012 (jan-ago)		Importações brasileiras originárias de Irã em 2012 (jan-ago)
	Valor	Valor	% no total	
Importações				
Açúcos	0,0	15,3	67,8%	16
Plásticos	20,3	3,6	15,9%	12
Frutas	1,0	1,0	4,6%	4
Borracha	0,2	1,0	4,5%	4
Tapetes	0,3	0,7	3,2%	2
Subtotal	21,7	21,6	96,0%	2
Outros produtos	0,8	0,9	4,0%	2
Total	22,5	22,5	100,0%	2

Elaborado pelo IUPERJ/CICT - Comissão de Intercâmbio Comercial, com base em dados do IPI/CAD/CEX/ANEXO.

Aviso nº 1.030 - C. Civil.

Em 4 de dezembro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Irã.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 08/12/2012.

3



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR SÉRGIO SOUZA

PARECER Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 113, de 2012 (Mensagem nº 536, de 4 de dezembro de 2012, na origem) que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ANTONIO LUIS ESPÍNOLA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia.

RELATOR: Senador

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do interessado, do qual extraímos para este Relatório as informações que se seguem.

Nascido no Rio de Janeiro (RJ), filho de Antonio de Vicente da Silva Salgado e Gilda Espínola Salgado, graduou-se em Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica – RJ, em 1974. No Instituto Rio Branco, concluiu, em 1980, o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata; em 1990,

o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas; e, em 2003, o Curso de Altos Estudos.

Nomeado Terceiro Secretário em 1981, o diplomata em apreço foi promovido a Segundo Secretário em 1986. Por merecimento, foi promovido a Primeiro Secretário em 1992; a Conselheiro em 1999; a Ministro de Segunda Classe em 2006; e a Ministro de Primeira Classe em 2010.

Entre os cargos exercidos e as missões importantes de que participou, cumpre destacar os seguintes: Assessor na Divisão das Nações Unidas em 1991; Primeiro Secretário em Missão Permanente em Genebra em 1994; Chefe da Divisão de Direitos Humanos em 1997; Conselheiro na Embaixada em Berna em 2003; Chefe de Gabinete na Subsecretaria-Geral Política I em 2005; Encarregado de Negócios em missão transitória na Embaixada no Panamá em 2006; e Embaixador em Teerã, de 2008 até o presente.

Consta, ainda, do processado, além do *curriculum vitae* relatado, documento informativo, anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, sobre a República da Turquia. Há dados básicos, dados sobre política interna e externa, bem como informações sobre as relações bilaterais com o Brasil.

A Turquia possui localização privilegiada, faz fronteira com oito países e com o Mar Mediterrâneo, o Mar Egeu e o Mar Negro. Possui população estimada em 74 milhões de habitantes, distribuída em uma extensão de 784 mil Km². A Turquia é o 37º país em extensão, comparando com as dimensões dos territórios brasileiros, tem um pouco mais da metade do Estado do Amazonas.

Com PIB nominal de US\$ 773 bilhões e crescimento em torno de 9%, a Turquia destacou-se como a 18ª principal economia do mundo em 2011. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu por 63% do PIB, seguido do industrial com 27% e agrícola com 10%.

A Turquia foi o 41º principal parceiro comercial brasileiro em 2011. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 163%, sendo 111% nas exportações e 338% nas importações. Em valores o intercâmbio entre os dois países passou de US\$ 903 milhões para US\$ 2,4 bilhões. A participação do Turquia no comércio exterior brasileiro foi



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR SÉRGIO SOUZA

de 0,5% em 2011. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o quinquênio, apresentou superávit de US\$ 543 milhões em 2011.

A crescente influência regional da Turquia, conquistada graças ao seu apoio a diversos movimentos da Primavera Árabe, tem feito com que o país se torne um aliado estratégico do Brasil no Oriente Médio, em termos políticos e comerciais.

As relações diplomáticas entre os dois países ganharam destaque internacional em 2010, quando ambos participaram ativamente de uma negociação para que o Irã aceitasse enriquecer no exterior urânio do seu programa nuclear.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM **Nº 113, DE 2012** (nº 536 /2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia.

Os méritos do Senhor Antonio Luis Espinola Salgado que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 4 de dezembro de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, provavelmente do Presidente do Senado Federal, com uma grafia fluida e estilizada.

EM Nº00343 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

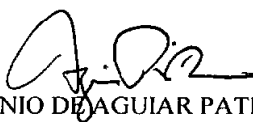
Brasília, 13 de novembro de 2012.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

EM nº 00343/2012 MRE

Brasília, 13 de Novembro de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO**

CPF.: 667.174.697-49

ID.: 80000 MRE

1951 Filho de Antonio de Vicente da Silva Salgado e Gilda Espinola Salgado, nasce em 11 de outubro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1974 Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica/RJ

1980 CPCD - IRBr

1990 CAD-IRBr

2003 CAE - IRBr, Direitos Humanos, Reconciliação Nacional e Consolidação Democrática: a Experiência Chilena

Cargos:

1981 Terceiro-Secretário

1986 Segundo-Secretário

1992 Primeiro-Secretário, por merecimento

1999 Conselheiro, por merecimento

2006 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2010 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1981 Divisão de Estudos e Pesquisas de Mercado, assistente

1983 Embaixada em Lagos, Terceiro-Secretário em missão transitória

1984 Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente

1984 Embaixada em Bonn, Terceiro e Segundo-Secretário

1988 Embaixada em Argel, Segundo-Secretário

1991 Divisão das Nações Unidas, assessor

1994 Missão Permanente em Genebra, Primeiro-Secretário

1997 Divisão de Direitos Humanos, Chefe

2000 Embaixada em Santiago, Conselheiro

2003 Embaixada em Berna, Conselheiro

2005 Subsecretaria-Geral Política I, Chefe de Gabinete

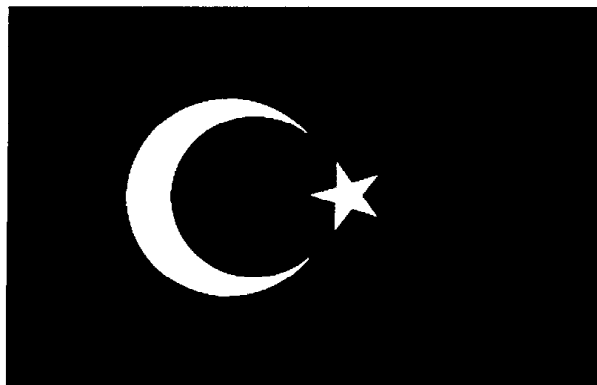
2006 Embaixada no Panamá, Encarregado de Negócios em missão transitória

2008 Embaixada em Teerã, Embaixador

Condecorações:

2010 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA DA TURQUIA**

Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Setembro de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS.....	7
RELAÇÕES BILATERAIS	7
POLÍTICA INTERNA.....	17
POLÍTICA EXTERNA.....	19
ECONOMIA E COMÉRCIO.....	22
ANEXOS	24
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS.....	24
CRONOLOGIA HISTÓRICA	25
ATOS BILATERAIS.....	26
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS	27

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República da Turquia
GENTÍLICO	Turco
CAPITAL	Âncara
ÁREA	783.562 km ²
POPULAÇÃO (est. 2012)	75,7 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL	Turco
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islamismo (96,1%); sem religião (3,2%); cristianismo (0,6%); outras religiões (0,1%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (Grande Assembleia Nacional, com 550 deputados, eleitos para mandatos de quatro anos)
CHEFE DE ESTADO	Abdullah Gül
CHEFE DE GOVERNO	Recep Tayyip Erdoğan
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Ahmet Davutoglu
PIB (2011)	Nominal: US\$ 773,1 bilhões PPP: US\$ 1,288 trilhão
PIB PER CAPITA (2011)	Nominal: US\$ 10.498 PPP: US\$ 17.479
VARIAÇÃO DO PIB (2011)	8,49%
IDH (2012)	0,699 (92ª posição entre 187; Brasil é o 84º)
EXPECTATIVA DE VIDA	71,8 anos (homens: 69,4; mulheres: 74,3)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	94,1%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	8,2% (fevereiro de 2012)
UNIDADE MONETÁRIA	Lira turca (US\$ 1 = 1,81 TL em setembro de 2012)
EMBAIXADOR EM ÂNCARA	Marcelo Jardim
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Ersin Erçin (desde agosto de 2009)
COMUNIDADE BRASILEIRA	402 habitantes

COMÉRCIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL-TURQUIA	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 até jan.
Intercâmbio	667,7	735,9	902,9	1.153,5	1.009,2	1.690,4	2.377,1	102,5
Exportações	559,5	590,3	693,4	816,1	609,8	1.033,9	1.459,8	45,0
Importações	108,2	145,6	209,5	337,4	399,4	656,5	917,2	57,48
Saldo	451,3	444,7	483,9	478,7	210,4	377,4	542,6	-12,47

PERFIS BIOGRÁFICOS***Abdullah Gül***
Presidente da República

Nasceu em Kayseri, na Anatólia central (porção asiática da Turquia), em 29 de outubro de 1950.

Em 1983, doutorou-se em Economia pela Universidade de Istambul. Em 1992, teve participação no estabelecimento do Departamento de Engenharia Industrial da Universidade de Sákarya.

Exerceu a função de Primeiro-Ministro da Turquia, entre 2002 e 2003.

Em 2003, foi nomeado titular do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Ocupou o cargo até 2007.

Abdullah Gül é o primeiro Presidente na história da República da Turquia a professar declaradamente a fé muçulmana.

Recep Tayyip Erdoğan
Primeiro-Ministro

Nasceu em 26 de fevereiro de 1954, em Istambul.

É formado em Economia pela Universidade de Marmara. Quando estudante, participou ativamente da União Nacional de Estudantes Turcos. De 1976 até o golpe de estado de 1980, foi presidente da ala jovem do MSP (Partido de Salvação Nacional), de orientação islâmica, fechado pela Suprema Corte em 1981 por seu caráter religioso.

Erdoğan ajudou a organizar o então RP (Partido do Bem-Estar), pelo qual foi eleito Prefeito de Istambul em 1994. Sua gestão foi extremamente popular, sobretudo para as populações mais carentes, em função do combate eficiente a problemas crônicos como poluição, distribuição de água, coleta de lixo e circulação do trânsito.

Em 1997, foi condenado a dez meses de prisão após ter lido, durante discurso, poesia de cunho religioso, o que foi considerado atentado à laicidade da República. Com o fechamento do RP pelas mesmas razões que haviam determinado o fechamento do MSP, ajudou a fundar em 2001 o AKP, do qual se tornou o primeiro presidente.

Na primeira eleição geral de que participou, em 2002, o AKP conseguiu obter 41% dos votos, o que lhe conferiu dois terços das cadeiras do parlamento e deu-lhe o direito de formar o governo sem alianças com outros partidos. Nas eleições de 2003, Tayyip Erdoğan, já livre dos impedimentos legais decorrentes de sua prisão, e novamente sem a necessidade de alianças partidárias, tornou-se Primeiro-Ministro. Ocupa esse posto até hoje, já que o AKP obteve sua terceira (2007) e quarta vitórias consecutivas (2011), nas quais o Partido obteve 46% e 49,9% dos votos, respectivamente, permitindo a formação do 61º Governo da República.

Ahmet Davutoglu
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu na Província de Konya, na porção asiática da Turquia, em 1959. É especialista em Relações Internacionais e Doutor em Economia pela Universidade de Boğaziçi, onde também exerceu a função de Professor de Ciência Política.

Em 2002, começou a prestar assessoria em política externa ao então Primeiro-Ministro Abdullah Gül. Foi mantido na função pelo sucesso de Gül no cargo de Primeiro-Ministro, Tayyip Erdoğan.

Considera-se que, na condição de assessor, Davutoğlu constituía o mentor “*de facto*” da política externa turca antes mesmo de sua condução ao cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, em maio de 2009.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre o Brasil e a Turquia datam de 1858, quando foi assinado o Tratado de Amizade e Comércio entre o Império do Brasil e o Império Turco-Otomano.

Em 1908, o Império Turco-Otomano abriu Consulados-Gerais no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Em 1923, com a dissolução do Império Turco-Otomano, o Brasil reconheceu diplomaticamente a recém-instaurada República da Turquia.

Em 1927, Brasil e Turquia firmaram Tratado de Amizade e Comércio, e em 1930 foram instaladas as Embaixadas no Rio de Janeiro e em Ancara.

Em 1931, foi aberto o Consulado-Geral em Istambul.

Nas últimas duas décadas, o Brasil e a Turquia passaram por profundas transformações: são hoje importantes economias; fazem parte do G20 e de praticamente todas as mais relevantes organizações internacionais. Ambos os países assumem responsabilidades crescentes em suas regiões. Suas relações têm-se caracterizado pelo aprofundamento do conhecimento recíproco e pela consolidação do diálogo político.

Visitas oficiais

Em 1995, o Presidente da República da Turquia, Süleyman Demirel, visitou o Brasil.

Em 1998, visitou o Brasil o Ministro dos Negócios Estrangeiros turco, Ismail Cem, e visitou a Turquia o Ministro do Exército, General Zenildo Lucena.

A visita do então Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim à Turquia, em março de 2004, foi a primeira de um Chanceler brasileiro àquele país.

Em janeiro de 2006, o então Chanceler e atual Presidente da República, Abdullah Gül, retribuiu a visita. Na ocasião, Gül se fez acompanhar de numerosa delegação de empresários turcos e participou, em São Paulo, da I Reunião do Conselho Empresarial Brasil-Turquia. Gül também manteve encontro com o então Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, e conheceu as instalações da Embraer. Dessa visita, resultaram as conversações que culminaram com a inauguração, em 2009, do voo direto Istambul-São Paulo e com a decisão de ambos os Governos de abrir repartições consulares nas cidades de São Paulo e Istambul.

Em abril de 2009, o Ministro Celso Amorim retornou à Turquia, como chefe da delegação brasileira ao II Fórum da Aliança de Civilizações. Também em abril de 2009, visitou o país o Ministro da Saúde, José

Temporão. Em maio de 2009, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou a primeira visita de um Presidente brasileiro à Turquia, a qual retribuiu a visita ao Brasil feita pelo Presidente Süleyman Demirel, em 1995.

Em novembro de 2009, o Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Parlamento turco, Murat Mercan, liderou missão parlamentar ao Brasil.

O então Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, esteve na Turquia em janeiro de 2010, por ocasião da II Reunião da Comissão Mista bilateral.

O então Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota, manteve reunião de Consultas Políticas com o Subsecretário-Geral da Chancelaria turca, Feridun Hadi Sinirlioglu, em Brasília, em 26 de março de 2010.

O Chanceler Ahmet Davutoğlu realizou visita oficial ao Brasil, em 16 e 17 de abril de 2010.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio Patriota, realizou visita oficial à Turquia nos dias 11 e 12 de setembro de 2011, ocasião em que foi recebido, em Istambul, pelo Presidente Abdullah Gül e pelo Chanceler Ahmet Davutoğlu.

Em maio de 2011, missão do Ministério da Defesa, chefiada pelo Almirante de Esquadra Gilberto Max Hirschfeld, representou o Governo brasileiro na 10ª Edição da Feira Internacional da Indústria de Defesa (IDEF), em Istambul.

A Presidenta Dilma Rousseff realizou visita de Estado à Turquia no dia 7 de outubro de 2011.

O Primeiro-Ministro Recep Tayyip Erdoğan visitou o Rio de Janeiro em junho de 2012, por ocasião da Conferência Rio+20, havendo-se encontrado com a Presidenta Dilma Rousseff.

O Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Ruy Nogueira, manteve reunião de Consultas Políticas com o Subsecretário do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Turquia, Feridun Sinirlioglu, em 5 de março de 2012.

Assuntos consulares

Formalizou-se, em maio de 2008, a anuência brasileira à abertura de Consulado-Geral da Turquia em São Paulo. À luz do princípio da reciprocidade – e tendo em conta fatores como a importância comercial, cultural e turística da cidade de Istambul, uma das mais populosas do mundo (11,4 milhões de habitantes) e “hub” aeroviário regional, bem como o aumento significativo no fluxo de passageiros entre os dois países, com a inauguração dos voos diretos da *Turkish Airways*, o Governo brasileiro

decidiu reabrir Consulado-Geral em Istambul (que, originalmente instalado em 1931, fora fechado em 1965).

Segundo estimativas da Embaixada do Brasil em Ancara e do Consulado-Geral em Istambul, residem atualmente, no Brasil, 402 cidadãos brasileiros.

Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-Turquia

O Plano de Ação para a Parceria Estratégica, assinado durante a visita do Primeiro-Ministro Erdoğan ao Brasil, em maio de 2010, oferece moldura para o aprofundamento do diálogo e da cooperação bilateral em campos como política internacional, agricultura, ciência e tecnologia, comércio exterior e energia, entre outros.

O texto contempla o incremento do diálogo político sobre temas bilaterais, regionais e globais de interesse mútuo, assim como a cooperação em foros multilaterais. Destaca a primazia a ser atribuída ao diálogo e à diplomacia na solução de crises internacionais. Refere-se aos objetivos compartilhados por ambos os países no que diz respeito ao desarmamento e à não-proliferação. Prevê a ativação e o estabelecimento de subcomitês da "Comissão de Alto Nível para Cooperação", criada em 2006, que reúne os respectivos Chanceleres. Menciona a estruturação de "Mecanismo de Diálogo Político" entre Mercosul e Turquia. Refere-se à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e ao incremento da cooperação nos campos da Defesa e do combate ao Terrorismo e ao Crime Organizado. No plano econômico, aborda a cooperação nas áreas de comércio e investimento, referindo-se ao acordo para evitar a bitributação, cuja negociação se encontra praticamente concluída, e às negociações para a adoção de acordo de livre comércio entre Mercosul e Turquia. Prevê o aprofundamento da cooperação bilateral no campo da energia, inclusive no que respeita aos biocombustíveis. Contempla o incremento da cooperação na área científica, tecnológica e de inovação, bem como nos campos cultural, educacional e do meio ambiente.

Acordos bilaterais em negociação

Como testemunho da crescente interação entre Brasil e Turquia, foram iniciadas, nos últimos anos, negociações em setores que compreendem as áreas econômico-comercial, política, científico-tecnológica e cultural.

São os seguintes as minutas de acordos bilaterais atualmente em negociação:

- Acordo de Mútua Assistência Legal em Assuntos Penais / Acordo para Transferência de Pessoas Sentenciadas / Acordo de Extradicação.

- Acordo sobre Cooperação ao Combate de Crimes Graves, especialmente Terrorismo e Crime Organizado.
- Memorando de Entendimento sobre Questões Sanitárias e Fitossanitárias relacionadas a Produtos de Origem Animal e Vegetal e Outras Áreas Agrícolas de Interesse Recíproco.
- Acordo sobre Transporte Aéreo.

Comércio e investimentos

A Turquia possui o 15º maior PIB mundial em termos de paridade de poder de compra (PPP). Desde a crise econômica de 2001, a inflação caiu para um dígito, a confiança dos investidores e os investimentos estrangeiros aumentaram e o desemprego caiu. A partir de 2005, o referido país vem abrindo espaço às empresas estrangeiras, inclusive brasileiras, nos setores de energia e aviação, por exemplo. A Turquia, que historicamente impunha restrições aos capitais estrangeiros, tem aberto seus mercados, reduzindo o controle governamental sobre o comércio e os investimentos e promovendo a privatização e liberalização de setores públicos.

Desde 2002, o fluxo comercial Brasil-Turquia vem crescendo e acumulando saldos favoráveis ao Brasil. Em 2010, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o Brasil exportou para a Turquia US\$ 1,03 bilhão e importou US\$ 656 milhões, registrando-se saldo positivo de 377 milhões de dólares.

O comércio bilateral tem-se ampliado consideravelmente, alcançando, apenas no primeiro semestre de 2011, volume superior a US\$ 1,6 bilhão de dólares, com balança de comércio altamente favorável ao lado brasileiro (US\$ 1,05 bilhão). É possível que alcance e mesmo supere a faixa dos US\$ 2 bilhões até o final do corrente ano.

Os principais produtos na pauta das exportações brasileiras para a Turquia são: minério de ferro, soja, trigo, café, fumo, madeira, entre outros. Entre os principais produtos importados da Turquia figuram: acessórios para automóveis, barras de ferro, avelãs, máquinas-ferramentas, adubos, acessórios para tratores, transformadores, damasco seco, entre outros. Entre 2007 e 2009 (últimos dados disponíveis), o fluxo de investimentos de origem turca para o Brasil somou cerca de US\$ 10 milhões, a maior parte direcionada para os setores de fabricação de produtos químicos, peças e acessórios para veículos automotores e fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico. No sentido inverso, no mesmo período, o fluxo de investimentos brasileiros diretos para a Turquia somou US\$ 12 milhões.

Negócios bilaterais

A empresa turca Aktas Holding, produtora de molas pneumáticas, mantém unidade de produção em Diadema (SP). A referida empresa

anunciou, em 2011, pretender investir 25 milhões de dólares em filiais fora do território turco.

A empresa brasileira Metalfrio fez na Turquia investimentos superiores a 100 milhões de dólares em 2005, na fabricação de refrigeradores. Em 2007, a empresa adquiriu controle acionário da concorrente turca Senokac Holding, fabricante de contêineres e embalagens de refrigeração.

A Petrobras, em fevereiro de 2006, venceu leilões para exploração de dois blocos de produção de petróleo no Mar Negro, em sociedade com a TPAO (*Turkiye Petrolleri Anonim Ortakligi*), a petrolífera estatal turca.

Desde 2009, a Embraer negocia com a *Turkish Airlines* a venda de aeronaves Embraer 190. Em maio de 2010, o Primeiro-Ministro da Turquia, acompanhado dos Ministros do Transporte, do Comércio e das Relações Exteriores, visitou a unidade da Embraer em São José dos Campos.

A construção civil apresenta importante potencial para expansão dos negócios entre os dois países. A Turquia conta com diversas empresas de grande porte, com operações na Ásia Central e no Oriente Médio, que poderiam participar de parcerias com empresas brasileiras. Nesse sentido, algumas empresas nacionais, como a Andrade Gutierrez e a Queiroz Galvão, vêm prospectando oportunidades comerciais na Turquia.

Eventos comerciais recentes

O Brasil enviou à Turquia, em 2009, três importantes missões empresariais. Em maio, por ocasião da visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Turquia, missão composta de mais de 50 empresários, chefiada pelo Ministro Miguel Jorge, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), participou de seminário sobre oportunidades de negócios e investimentos no Brasil, sob a coordenação do Conselho Empresarial Brasil-Turquia. Em junho, missão empresarial coordenada pela Sessão Brasileira do Conselho Empresarial Brasil-Turquia e composta em sua maioria por empresários da FIESP participou, em Istambul, do evento "*Turkey-World Trade Bridge*". A missão foi chefiada pelo então Secretário-Executivo do MDIC, Ivan Ramalho. Finalmente, em setembro daquele ano, outra importante missão empresarial brasileira, igualmente chefiada por Ramalho, visitou a Turquia, tendo participado de seminário de negócios e oportunidades de investimento. Os integrantes das três missões foram recebidos pelo então Ministro de Estado para Comércio Exterior e Internacional e atual Ministro da Economia, Zafer Çaglayan.

A assinatura do Acordo Bilateral para Evitar Bitributação, em dezembro de 2010 em Foz do Iguaçu, deverá incentivar investimentos recíprocos. A abertura de voo direto entre Istambul e São Paulo, em 2009,

também tem se revelado útil instrumento para ampliar o comércio e o turismo entre os dois países.

Em 2010, o Presidente e Diretores da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) visitaram Istambul e Izmir, onde mantiveram contatos com o empresariado e câmaras de comércio e indústria de ambas as cidades.

Em 2011, delegação da Confederação Turca de Empresários e Industriais (TUSKON), com cerca de 40 membros, visitou o Brasil e manteve contatos com líderes empresariais brasileiros na FIESC, na FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), e na Confederação Nacional da Indústria (CNI), além de encontros no MDIC e no Ministério do Meio Ambiente (MME).

Por ocasião da visita da Presidenta Dilma Rousseff à Turquia, em 7 de outubro de 2011, o Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty organizou Seminário Empresarial com a participação de empresas brasileiras e turcas.

Delegação da ABIEC (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes) visitou a Turquia, onde se reuniu com representantes do Ministério da Agricultura turco e do SETBIR (Associação de Produtores de Leite e Carne da Turquia). Na 10ª Edição da Feira Internacional da Indústria de Defesa, em Istambul, no mês de maio de 2011, missão do Ministério da Defesa, chefiada pelo Almirante de Esquadra Gilberto Max Hirschfeld, representou o Governo brasileiro e prestou apoio a delegações governamentais e empresariais.

Além do atrativo do próprio mercado, com mais de 78,7 milhões de habitantes, a Turquia poderia servir como trampolim para o Brasil atingir tanto os mercados da União Europeia, graças ao acordo aduaneiro Turquia-União Europeia, de 1995, quanto os mercados dos países da Ásia Central, com os quais a Turquia mantém fortes laços econômicos e culturais. Em sentido inverso, o Brasil pode servir à Turquia como porta de ingresso para os mercados tanto do Mercosul quanto de outros países latino-americanos.

Grandes empresas brasileiras, como Petrobras, Metalfrío e Embraer, mantêm presença em Ancara, Istambul e Manisa (oeste do país). A Turquia dispõe de boa estrutura jurídica e aduaneira, e de várias zonas francas industriais justamente para fomentar modalidades de *joint-ventures*.

Cooperação na área de energia

O forte crescimento econômico da Turquia, que em 2010 chegou a 8,9%, não tem sido acompanhado pela geração local de energia, importada de Iraque, Irã e Geórgia, e pela descoberta de insumos energéticos, importados de Rússia, Iraque e Irã. O preço da gasolina ao consumidor é dos mais altos do mundo (cerca de 4 reais por litro). O preço do gás é fortemente subsidiado para o consumidor.

O lado turco vem demonstrando interesse em identificar áreas e formas para promover a cooperação bilateral no domínio da energia renovável (etanol, energia fotovoltaica e eólica). As condições geográficas e climáticas da Turquia conferem-lhe grande incidência de energia solar, facilitando o desenvolvimento de diversas culturas, sobretudo na região do Mediterrâneo.

A matriz energética turca é altamente dependente da importação de hidrocarbonetos, o que tem contribuído para o déficit na conta de transações correntes, atualmente em torno de 8,5% do PIB. Em 2010, o país gerou apenas 28,5% da energia que consumiu. Em agosto último, o Ministério da Energia e dos Recursos Naturais da Turquia divulgou estimativa em que a eletricidade consumida no país teria atingido níveis recordes nos últimos dois meses. Nesse contexto de demanda crescente e de dependência de fornecimento externo de energia, o Governo local tem buscado ampliar a participação das fontes renováveis de energia, no esforço para alcançar a meta de autossuficiência energética em 2023.

A cooperação no âmbito de energias renováveis constitui objeto de diálogo bilateral entre Brasil e Turquia. O lado turco manifestou interesse em aproveitar a experiência brasileira em energias renováveis durante a II Reunião da Comissão Conjunta Brasil-Turquia de Cooperação Econômica, Comercial e Industrial (Âncara, janeiro de 2010) e durante a reunião de consultas políticas em nível de vice-ministros (Brasília, março de 2010).

A experiência brasileira na produção e no uso de biocombustíveis poderia ser de grande valia ao governo turco, em vista da eventual necessidade de atendimento da política europeia de diversificação sustentável da matriz energética, aprovada, em dezembro de 2008, no âmbito do chamado “Pacote Energia e Clima”. A referida legislação estabelece meta agregada de 20% de energia de fontes renováveis nos setores de geração elétrica, aquecimento e refrigeração e transportes até 2020 – e, especificamente para o setor de transportes, meta mínima de 10%. Nesse cenário, poderia haver conjugação de interesses entre Brasil e Turquia em eventual cooperação na área de biocombustíveis.

No plano do petróleo e gás natural, a Petrobras está implantada na Turquia há três anos e vem trabalhando em parceria com a estatal TPAO (*Turkish Petroleum Corporation*). As duas empresas dividem os já iniciados trabalhos de prospecção “*off-shore*” em águas profundas no Mar Negro, a cerca de 200 km da costa da região de Sinop. O investimento da Petrobras, que mantém sede em Âncara, é amplo e consistente, encontrando-se os trabalhos de perfuração em pleno progresso. A Petrobras também detém direitos (50%) sobre outro campo “*off-shore*” na mesma província petrolífera, e no momento negocia com a Exxon Mobil o repasse de metade de sua participação (25% do total). No entender da empresa brasileira, os recursos daí advindos deverão ser utilizados para financiar os custos da futura exploração dessa área. Durante a visita do ex- Presidente

Lula à Turquia, em maio de 2009, foi assinado Memorando de Entendimento entre a Petrobras e a TPAO, o que consolidou a parceria já existente na Turquia e abrindo perspectivas para que as duas empresas venham a atuar conjuntamente em outros projetos de prospecção de petróleo ou gás natural em terceiros países, inclusive no Brasil.

A Turquia se interessa pela geração de energia nuclear para fins pacíficos. O complexo nuclear de Akkuyu, ora em estudos de viabilidade, prevê cooperação com a empresa russa Rosatom e tem custo previsto de 20 bilhões de dólares. Caso se efetue, tem previsão de entrada em funcionamento até 2020. Outro projeto, a ser construído na região de Sinop, na costa do Mar Negro, ainda está em fase de negociação e deverá utilizar tecnologia não-russa.

Cooperação na área de defesa

Com o objetivo de fortalecer canais de comunicação em assuntos de defesa e promover a troca de informações em áreas de interesse mútuo nessa matéria, foi celebrado, em 2003, o Acordo de Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa, aprovado pelo Congresso Nacional em outubro de 2007. Desde então, foram realizadas trocas de convites para participação em cursos nas áreas de defesa e segurança pública, que incluem também eventuais programas de intercâmbio entre instituições equivalentes.

Há importante potencial de complementaridade no plano das respectivas indústrias de defesa, onde sobressai a possível participação da empresa de tecnologia aeronáutica turca TAI como fornecedora de peças para o projeto de construção de aeronave de transporte militar de carga e tropas a ser desenvolvido pela Embraer (KC-390).

A Embraer participou, em 2008, de licitação para o fornecimento de aeronaves Supertucano à Força Aérea turca, contrato que foi alocado a concorrente sul-coreano. A representação da Embraer em Istambul tem manifestado o interesse da empresa em participar de possível nova concorrência para o fornecimento de outro grupo de aeronaves, com destaque para aeronaves de treinamento e ataque leve (Supertucano) e de vigilância (plataforma Emb-145).

Atendendo a convite do Governo da Turquia, o então Ministro da Defesa Nelson Jobim visitou a Turquia, de 27 de abril a 1º de maio de 2010 (o Ministro José Viegas visitara a Turquia em 2003). Jobim reuniu-se com seu homólogo turco, Vecdi Gonul, e com o Chanceler Ahmet Davutoğlu. Foi ainda recebido pelo Presidente Abdullah Gül. A visita refletiu o interesse do Brasil em aprofundar as relações com a Turquia não só no campo da indústria da defesa como também no temas da estratégia e da doutrina de defesa. A aproximação poderia ser feita por meio de

seminários, visitas de comandantes militares, intercâmbio de pessoal e entre academias militares, cooperação na área de comunicações e eletrônica e mediante instalação de adidâncias militares.

Cooperação em ciência e tecnologia

Nessa área, seria de todo interesse para o Brasil buscar identificar e desenvolver projetos em setores nos quais a Turquia detém posição inovadora e criativa. Dentre esses, a rastreabilidade de medicamentos e seus insumos constitui ponto de grande interesse para o Brasil, principalmente para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que tem buscado iniciar modalidade de cooperação com as instâncias turcas correspondentes. A ANVISA participou da Segunda Reunião da Comissão Conjunta Brasil-Turquia de Cooperação Econômica, Comercial e Industrial, realizada em 4 de janeiro passado, em Ancara.

Cooperação cultural

Desde a assinatura do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre Brasil e Turquia (assinado em abril de 1995, aprovado pelo Congresso Nacional em fevereiro de 1996), as relações culturais entre os dois países têm ganhado densidade, o que tem contribuído de forma significativa para firmar laços de amizade e de entendimento mútuo. Com vistas a incrementar a cooperação cultural bilateral, a Turquia encaminhou ao Brasil proposta de Programa de Cooperação Cultural, a qual está sendo analisada pelo Ministério da Cultura.

Em sua visita à Turquia, em maio de 2009, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva inaugurou Centro de Estudos Latino-Americanos na Universidade de Ancara, instrumento de aproximação da Turquia com as comunidades acadêmicas e universitárias dos países da América Latina.

A Bienal de Istambul, que tem se firmado como um dos mais importantes eventos de arte contemporânea do mundo, contou, em sua 12ª edição (17 de setembro e 13 de novembro de 2011), com um curador brasileiro, o crítico de arte Adriano Pedrosa. Catorze artistas brasileiros tiveram obras expostas na mostra.

Cooperação no enfrentamento ao terrorismo e ao crime organizado

A Turquia tem grande interesse nos esforços de contra-terrorismo levados a cabo na ONU, em razão dos problemas que enfrenta na fronteira com o Iraque (Curdistão) e com a presença, em seu território, de outras organizações que classifica como terroristas. Desse ponto de vista, a Turquia se apresenta como vítima de organizações terroristas e de suas

redes internacionais de financiamento e apoio. Em sua atuação no Comitê Contra-Terrorismo (CTC) em 2009, a Turquia teve papel propositivo e de cooperação no exame da situação de países e regiões específicas. Na esteira de seu interesse em aderir à UE, tem participado das missões realizadas pelos peritos do Comitê ao continente.

A Turquia ocupa, desde janeiro de 2010, a Presidência do CTC, que é responsável pelo acompanhamento da implementação, pelos Estados-membros, de medidas antiterroristas previstas na Resolução 1373 (2001), especialmente no que respeita a financiamento e controle de fronteiras. É do interesse da Turquia fazer com que os trabalhos do CTC estejam "mais voltados para resultados" mediante diálogo mais intenso com os países onde há dificuldades de implementação da resolução e cooperação técnica.

A Turquia tem expectativa de colaboração com o Brasil no CTC e em comissão específica relativa à Al-Qaeda e ao Talibã. Parece haver efetivamente espaço para convergência de posições: no primeiro caso, na defesa de que deve haver prestação de assistência técnica aos países com deficiências na implementação de medidas antiterrorismo; e, no segundo, na importância atribuída ao devido processo legal na inclusão de indivíduos e entidades supostamente vinculados às duas organizações terroristas.

Em posição similar à brasileira, a Turquia tem propugnado que as medidas antiterroristas não se restrinjam à repressão de caráter militar. Advoga que os esforços internacionais na matéria incluam também a promoção do desenvolvimento socioeconômico, do diálogo político, da tolerância e do entendimento entre diferentes culturas e religiões.

Em abril de 2010, a Turquia participou do XII Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Justiça Criminal, realizado em Salvador. Na ocasião, propôs parágrafo, incorporado na Declaração de Salvador, condenando a intolerância e a violência contra migrantes.

POLÍTICA INTERNA**Situação atual**

O Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP), de viés islamista, venceu com larga margem de votos as eleições gerais realizadas em junho de 2011. Apenas quatro partidos alcançaram o coeficiente de 10% exigidos pela cláusula de desempenho. A vitória do AKP, liderado pelo Primeiro-Ministro Recep Tayyip Erdoğan, constitui recorde histórico por ser a terceira consecutiva do partido, em votações sempre crescentes desde a primeira vitória eleitoral em 2002. A expressiva votação foi interpretada pelos observadores da cena política turca como aval conferido a Erdoğan para dar continuidade às reformas empreendidas desde sua chegada ao poder.

O AKP, partido do Primeiro-Ministro Erdoğan e do Presidente Abdullah Gül, detém 326 das 550 cadeiras no Parlamento turco, denominado “Grande Assembleia Nacional da Turquia”. Os principais partidos oposicionistas – Partido Republicano do Povo (CHP), Partido do Movimento Nacionalista (MHP) e Partido da Paz e Democracia (BDP) – ocupam, respectivamente, 135, 53 e 36 assentos no Parlamento.

A cena política interna tem sido dominada pelos atritos entre o Governo exercido pelo AKP e as instituições tradicionalmente ligadas à herança secularista de Mustafa Kemal Atatürk, considerado o fundador da Turquia moderna, com destaque para as Forças Armadas, para setores da burocracia civil (sobretudo do Judiciário e do Ministério Público) e para o CHP, principal legenda de oposição. Dois aspectos merecem destaque: o mal-estar entre o Governo do AKP e os militares; e a proposta de reforma constitucional apresentada pelo AKP. Outro tema de relevância para a política interna da Turquia é a questão da minoria curda. A população de origem curda, que representa 24,1% da população total do país, possui fração minoritária que propugna pela independência e separação da Turquia, valendo-se, inclusive, da luta armada e de métodos terroristas.

Liderados pelo Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, General Isik Kosaner, os Comandantes do Exército, Marinha e Força Aérea da Turquia apresentaram sua demissão conjunta ao Governo turco em agosto de 2011. O movimento ocorreu em protesto contra o crescente número de oficiais militares (inclusive generais) detidos no contexto das investigações relativas às alegadas conspirações com vistas a desestabilizar e derrubar o Governo do Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP).

Forças Armadas

Tradicionalmente vistos na sociedade turca como herdeiros e guardiões do legado secularista de Atatürk, os militares vêm com desconfiança o discurso conservador de cunho religioso adotado pelo AKP. Contribuíram significativamente para ampliar as tensões entre militares e governo as reformas constitucionais promovidas pelo Governo em 2010, que abriram a via para o julgamento dos envolvidos no golpe militar de 1980 e estabeleceram maior controle civil sobre as Forças Armadas, reduzindo seu prestígio na sociedade local, bem como as seguidas detenções de oficiais militares.

Reforma constitucional

A Turquia realizou, em setembro de 2010, referendo nacional que submeteu ao eleitorado pacote contendo 26 emendas ao texto constitucional de 1982. O referendo resultou na aprovação das reformas apresentadas pelo partido AKP, majoritário na Grande Assembleia Nacional, por 58% a 42% dos votos válidos. Houve elevado percentual de abstenção e de não-comparecimento às urnas nos principais centros de maioria curda.

Questão curda

No Governo, o AKP vem promovendo iniciativas voltadas à integração da etnia curda na vida nacional, com respeito à identidade cultural daquela minoria étnica. Dentre tais iniciativas, destaca-se a criação de emissora estatal de televisão no idioma curdo. O estabelecimento de diálogo entre Âncara e lideranças políticas do Curdistão iraquiano, com o consentimento de Bagdá, tem contribuído para reduzir a influência do proscrito Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK). Os gestos do Governo turco em direção à etnia curda constituem, porém, objeto de crítica dos partidos de oposição, que neles vêem concessão aos anseios separatistas daquela minoria e ameaça à integridade territorial e à identidade nacional da Turquia.

POLÍTICA EXTERNA

O atual Governo da Turquia tem tido papel destacado na cena internacional, em larga medida condicionado por sua localização geográfica no ponto de encontro da Europa com a Ásia. A diplomacia de Ancara participa ativamente em vários foros internacionais, como ONU, OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), Conselho da Europa, OSCE (Organização para Segurança e Cooperação na Europa), Organização da Conferência Islâmica, FMI (Fundo Monetário Internacional), Banco Mundial, G-20 financeiro (vinte maiores economias do mundo), Organização para Cooperação Econômica do Mar Negro e a OMC (Organização Mundial do Comércio).

Dentre os principais temas hoje constantes da agenda da diplomacia turca, destacam-se os esforços para apoiar os processos de construção da paz no entorno imediato do país, com destaque para a Síria, a Palestina e o Irã. A Turquia também vem buscando ampliar sua presença no continente africano, como demonstram recentes visitas a Ancara de líderes da África subsaariana. Merece ainda menção o aprofundamento do diálogo com a Grécia. A visita de Erdoğan a Atenas – realizada em maio de 2010, em meio à profunda crise econômica experimentada por aquele país vizinho – visou a superar a histórica rivalidade bilateral. Entre os temas constantes da agenda bilateral, há os diferendos sobre limites no Mar Egeu; a questão do Chipre; a redução dos gastos militares; turismo; imigração; e investimentos.

Turquia e Estados Unidos gozam de tradicionais laços de amizade sedimentados por anos de cooperação, notadamente no setor de Defesa e Segurança.

Turquia e Estados Unidos gozam de tradicionais laços de amizade sedimentados por anos de cooperação, notadamente no setor de Defesa e Segurança. As relações apresentaram ainda sensível fortalecimento ao longo de 2011, com a troca de diversas visitas de alto nível. Contribuíram para a elevação do patamar do diálogo com Washington o alinhamento turco às posições do Ocidente em relação à crise nos países árabes, com destaque para os casos da Líbia e Síria, o papel desempenhado por Ancara na facilitação do diálogo entre o Irã e os países do “P5+1” (grupo informal composto pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU – China, EUA, França, Reino Unido e Rússia – e pela Alemanha) em torno ao programa nuclear iraniano e a concordância da Turquia com a instalação, em seu território, de radares do sistema de defesa antimísseis da OTAN.

As relações entre a Turquia e o Irã adensaram-se desde que o AKP assumiu o poder, em 2002, sendo aquele país fundamental no âmbito dos esforços iranianos para atenuar o isolamento internacional a que vem sendo submetido. A política externa turca que, além de cultivar boas relações com a Europa e os EUA, procura estreitar as relações com Síria, Irã, Iraque, Rússia, China e Brasil, tem permitido àquele país seguir uma política independente com relação ao Irã e manter postura mais assertiva em relação ao conflito Israel-Palestina, o que é apreciado em Teerã.

A América Latina e, em especial, a América do Sul constituem nova grande fronteira que a diplomacia turca procura explorar. O país mantém embaixadas em Brasília, México, Havana, Caracas, Buenos Aires, Santiago, Lima e Bogotá. Além do interesse em incrementar os fluxos de comércio e investimento com a região, Ancara tem buscado ampliar e aprofundar com os países latino-americanos, e em especial com o Brasil, relações políticas e diálogo sobre relevantes questões da agenda internacional.

Questão de Chipre

A ilha de Chipre é habitada por cidadãos de duas etnias distintas: cidadãos de cultura e língua grega (os greco-cipriotas, que compõem 82% da população) e cidadãos de cultura e língua turca (os turco-cipriotas, que compõem 18% da população). A Turquia, que teve soberania sobre o Chipre por mais de três séculos, perdeu o controle da ilha para a Coroa britânica em 1878, situação juridicamente reconhecida pelo Tratado de Lausanne, de 1923. Crescentes tensões entre as comunidades gregas e turcas na ilha levaram a que, nos anos 30, surgissem as primeiras manifestações da comunidade greco-cipriota em favor da união da ilha com a Grécia.

Em 1964, a escalada de tensões levou a que a Turquia arquitetasse plano de invasão do Chipre, do qual foi obrigada a desistir depois de advertências do então Presidente dos EUA, Lyndon Johnson, de que os aliados da OTAN não ficariam do lado de Ancara caso decidisse invadir a ilha. No mesmo ano, o Conselho de Segurança estabeleceu a Força de Manutenção da Paz das Nações Unidas em Chipre (UNFICYP), que lá permanece até hoje, responsável por supervisionar a linha de cessar-fogo, que se estende de leste a oeste da ilha, por cerca de 180 km. O contingente argentino da UNFICYP integra soldados brasileiros.

Em 1974, em seguida a tentativa de golpe em Chipre que, orquestrada pela Junta Militar grega (1967-1974), tentou anexar o país à Grécia, a Turquia invadiu a ilha, tomando posse, em três dias de conflito, de 37% do território cipriota. O conflito, encerrado por cessar-fogo estabelecido em razão de pressão da comunidade internacional e da queda da Junta Militar grega e do governo de Nicósia, causou o deslocamento

forçado de 180 mil greco-cipriotas e 50 mil turco-cipriotas refugiados. Desde então, a ilha encontra-se politicamente dividida: a porção sul da ilha é governada por greco-cipriotas, e a porção norte da ilha é controlada por governo turco-cipriota, reconhecido apenas pela Turquia.

Em 24 de abril de 2004, as comunidades grega e turca realizaram referendos separados para decidir sobre a reunificação da ilha, com base no *Plano Annan*, encabeçado pelo então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan. Enquanto 65% dos turco-cipriotas votaram pela reunificação, 75% dos greco-cipriotas rejeitaram o Plano Annan e decidiram pela manutenção do “*status quo*”.

Em 1º de maio de 2004, o Chipre ingressou na União Europeia (UE). As regras comunitárias são aplicadas apenas à porção grega da ilha.

Relações com a Armênia

Dois temas principais marcam as relações políticas entre Turquia e Armênia: primeiramente, há o pleito histórico, pela Armênia, para que o Governo turco reconheça formalmente como genocídio as mortes de centenas de milhares de armênios, entre 1915 e 1923, no interior do Império Turco-Otomano.

Outro fator de dissensão entre ambos os países é a questão de Nagorno-Karabakh, que opõe a Armênia ao Azerbaijão, contando este último com a simpatia de Ancara. A autoproclamada “República de Nagorno-Karabakh”, não reconhecida internacionalmente, é controlada por cidadãos de etnia armênia e ocupa atualmente 20% do que se considera internacionalmente território do Azerbaijão.

Em abril de 2011, em Estrasburgo, quando participava de sessão da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, o Primeiro-Ministro Tayyip Erdoğan comentou sobre o estágio atual das relações com a Armênia, afirmando estarem abertos os canais de diálogo. Observou haver atualmente 70.000 cidadãos de origem armênia na Turquia, assim como cerca de 40.000 imigrantes indocumentados daquele país. Para o Primeiro-Ministro turco, não deve haver receios na aproximação entre Turquia e Armênia, sinalizando para possível distensão.

ECONOMIA E COMÉRCIO

A Turquia é uma das nações emergentes que ocupa posição de destaque entre as “*Next Eleven*”, as “próximas onze” – economias identificadas pelo banco de investimentos Goldman Sachs como tendo um elevado potencial de virem a se tornar as maiores economias do mundo. Com efeito, a Turquia é a 6ª maior economia da Europa, 17ª no ranking mundial (PIB nominal) e 15ª em PIB/PPP. É, dessa forma, um dos países-membros do G-20 financeiro, composto pelas vinte maiores economias mundiais.

Em termos comparativos, o território (780 mil km²) e o PIB (US\$ 773 bilhões em termos nominais) da Turquia colocam-na em um patamar intermediário entre a região Sudeste do Brasil, que tem 920 mil km² de superfície e PIB de US\$ 1 trilhão, e a região Sul do Brasil, que tem área aproximada de 575 mil km² e PIB de cerca de US\$ 500 bilhões.

A composição do PIB turco é uma mistura complexa de indústria moderna e comércio, juntamente com um setor de agricultura tradicional que ainda representa 25% dos empregos no país. O setor primário participa com cerca de 10% do PIB, o secundário reside em torno de 25% e o setor de serviços, 64%. No setor secundário, segmentos como o das indústrias automotivas e eletrônicas vêm crescendo e superaram a indústria têxtil no quadro de exportações turcas. A contribuição do setor de serviços para o PIB cresceu continuamente, desde os anos 1990, e gira em torno de 64%. Desse total, o comércio contribui com 12% e o segmento de transportes, estocagem e comunicações, com outros 13%.

A Turquia se saiu relativamente bem dos efeitos da crise asiática do final da década de 1990, sentidos mais intensamente nos anos de 2000 e 2001. De fato, após contração de 5,7% no PIB do país em 2001, a atividade econômica recuperou-se no período de 2002 a 2006. O PIB turco, nesse período, cresceu a uma taxa média anual de 7%, com pico de 9,4%, em 2004, graças a um forte crescimento nas exportações e condições externas favoráveis. Em 2007, o crescimento foi um pouco menor (4,7%), caindo drasticamente em 2008 (0,9%), devido à crise de liquidez mundial, ao colapso das exportações e à redução nos níveis de confiança do consumidor e do mercado turcos. Um colapso na demanda externa, resultado da recessão na Europa e da queda acentuada na confiança de investidores e consumidores, levou o país à recessão, no final de 2008. Após contração, em termos anualizados, por quatro trimestres consecutivos, o PIB cresceu cerca de 6%, nos três últimos meses de 2009 e, em 2010, registrou a marca de 8,2%, de acordo com os dados do Banco Mundial. No primeiro trimestre de 2011, o crescimento do PIB registrou a marca de 11%, superando a China (9,6%) e a Argentina (9,9%).

No entanto, um dos problemas crônicos que aumenta ano a ano é o déficit na balança comercial. As importações de bens e serviços têm aumentando em 44%, em comparação com o acréscimo de 11% das exportações. Em 2010, a corrente de comércio turca atingiu o valor de US\$ 300 bilhões, com exportações de US\$ 114 bilhões e importações de US\$ 186 bilhões. Após a crise financeira mundial de 2008 e 2009, a balança voltou a crescer nos níveis de pré-crise de 2007. O déficit na balança comercial cresceu vertiginosamente de US\$ 38,6, em 2009, para US\$ 72 bilhões em 2010, representando cerca de 10% do PIB. A maior parte do comércio exterior da Turquia é destinada aos países da União Europeia, que, em 2010, absorveram 46% das exportações turcas e forneceram 38% das importações realizadas pela Turquia.

Em 2011, o PIB da Turquia apresentou crescimento de 8,49%, atingindo, no referido ano, valor nominal de US\$ 773,1 bilhões e, em termos de paridade de poder de compra (PIB PPP), US\$ 1,288 trilhão.

ANEXOS**CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS**

- 1858** – Assinatura do Tratado de Amizade e Comércio entre o Império do Brasil e o Império Turco-Otomano.
- 1908** – Criação de Consulados-Gerais no Rio de Janeiro e em São Paulo.
- 1927** – Tratado de Amizade e Comércio entre o Brasil e a República da Turquia.
- 1930** – Instalação de Embaixadas no Rio de Janeiro e em Ancara.
- 1931** – Abertura de Consulado-Geral em Istambul.
- 1962** – Fechamento do Consulado-Geral em Istambul.
- 1984** – Reabertura do Consulado-Geral em Istambul.
- 1985** – Fechamento do Consulado-Geral em Istambul.
- 1992** – O Ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE) Süleyman Demirel participa da Rio-92.
- 1995** – Visita ao Brasil do Presidente Süleyman Demirel.
- 1998** – Visita ao Brasil do MNE Ismail Cem. Visita à Turquia do Ministro do Exército, General Zenildo Lucena.
- 2002** – Visita ao Brasil do Comandante da Aeronáutica da Turquia.
- 2003** – Visita ao Brasil do Ministro da Defesa Nacional, Vecdi Gönül.
- 2004** – Visita à Turquia do Ministro Celso Amorim; visita ao Brasil do Ministro da Economia Nacional, Kemal Unakitan; visita à Turquia do MDIC, Luiz Fernando Furlan, e do Ministro da Defesa, José Viegas; realização da I Reunião de Cooperação Econômica, Comercial e Industrial (Brasília).
- 2006** – Visita ao Brasil do Vice-Primeiro-Ministro e MNE Abdullah Gül; visita ao Brasil do Ministro da Indústria e Comércio, Ali Çoskun; Petrobrás vence licitação para a prospecção de petróleo e gás em dois blocos "off-shore" no Mar Negro.
- 2009** – Visita do Ministro Celso Amorim a Istambul, para participar do II Fórum da Aliança de Civilizações; visita à Turquia do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.
- 2010** – Visitas à Turquia do Ministro Celso Amorim (janeiro) e do Ministro Nelson Jobim (março); visita ao Brasil do MNE Ahmet Davutoğlu (abril);
- 2011** – Visita à Turquia do Ministro Antonio Patriota (setembro); visita da Presidenta Dilma Rousseff à Turquia (outubro).
- 2012** – Visita do Ministro Antonio Patriota a Istambul (fevereiro), visita do Primeiro-Ministro Erdoğan ao Rio de Janeiro (junho).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1923 – Revoltas culminam com o fim do Império Turco-Otomano. Fundação da República da Turquia; Kemal Atatürk assume o cargo de Presidente.

1928 – É oficializado o caráter secular (laico) do país.

1945 – Neutra durante a maior parte da II Guerra, a Turquia declara guerra à Alemanha e ao Japão, mas não entra em combate. Torna-se membro da ONU.

1950 – Primeiras eleições democráticas. Vitória do Partido Democrático.

1952 – Com o abandono da política de neutralidade, Turquia ingressa na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

1960 – Golpe militar derruba o Governo do Partido Democrático.

1965 – Süleyman Demirel é escolhido Primeiro-Ministro.

1971 – Onda de violência política; Demirel é forçado pelo Exército a renunciar.

1974 – Turquia invade o norte do Chipre, após golpe militar apoiado pela Grécia.

1975 – Süleyman Demirel volta a ser eleito Primeiro-Ministro. Após o fim do mandato, é reeleito outras cinco vezes consecutivas, permanecendo no cargo até 1993, quando se torna Presidente da República (cargo essencialmente protocolar).

1978 – EUA suspendem embargo comercial imposto após a invasão do Chipre.

1983 – Vitória de Turgut Ozal nas eleições. Restituição da democracia.

1984 – A Turquia reconhece o Governo turco-cipriota instalado na metade norte da ilha de Chipre.

1990 – Turquia permite que os EUA usem bases no país para atacar o Iraque.

1992 – Vinte mil soldados turcos entram no norte do Iraque, de maioria curda.

1993 – Tansu Çiller se torna Primeira-Ministra, sendo a primeira mulher a ocupar a Chefia de Governo no país. O Primeiro-Ministro Süleyman Demirel é eleito Presidente da República.

1995 – Ofensiva militar de 35 mil soldados turcos é lançada contra os curdos do norte do Iraque; a Turquia adere à união alfandegária da União Europeia (UE).

2002 – Ahmet Necdet Sezer assume a Presidência no lugar de Süleyman Demirel; as mulheres são equiparadas aos homens do ponto de vista legal; aprovadas novas leis na área de direitos humanos.

2005 – O Conselho da UE aprovou a abertura das negociações com a Turquia.

2007 – Abdullah Gül, Ministro dos Negócios Estrangeiros, é eleito Presidente pelo Parlamento turco.

2008 – Turquia é eleita como membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU. Incursão de tropas turcas no Iraque, em busca de rebeldes separatistas turcos.

2010 – Início dos debates para alterações constitucionais. Armênia suspende a ratificação dos acordos de paz com a Turquia.

2011 – Eleição do Primeiro-Ministro Tayyip Erdoğan. Turquia reduz as relações com Israel; ritmo lento das negociações sobre a adesão turca na União Europeia.

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Data do Decreto Legislativo	Entrada em Vigor
Tratado de Amizade, Comércio e Navegação	05/02/1858	02/10/1858	18/05/1858
Tratado de Amizade	08/09/1927	27/12/1927	15/09/1928
Tratado de Amizade	20/02/1933	28/09/1937	02/02/1938
Acordo sobre Transportes Aéreos	21/09/1950	08/11/1951	07/03/1952
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, de Serviço e Especiais	10/04/1995	23/10/1996	12/11/1996
Acordo sobre Cooperação no Setor de Turismo	10/04/1995	23/10/1996	12/11/1996
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	10/04/1995	28/02/1996	13/04/1996
Acordo de Cooperação Comercial, Econômica e Industrial	10/04/1995	13/06/1996	19/03/1997
Acordo sobre Isenção de Visto para Titulares de Passaportes Comuns	20/08/2001	23/05/2004	01/07/2004
Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados a Defesa	14/08/2003	04/10/2007	23/10/2007
Acordo sobre o Trabalho Remunerado de Dependentes de Membros de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares	21/10/2010	28/06/2012	(Aguarda aprovação pelo Parlamento turco)
Acordo para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	16/12/2010	09/07/2012	09/10/2012

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010
População (em milhões de habitantes) ⁽¹⁾	70,4	71,2	71,9	72,6	73,3
Densidade demográfica (hab/km²)	90,3	91,3	92,2	93,1	94,0
PIB a preços correntes (US\$ bilhões)	530,9	647,1	730,3	614,5	735,3
Crescimento real do PIB (%)	6,9	4,7	0,7	-4,8	8,9
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	9,7	8,4	10,1	6,5	6,4
Reservas internacionais (US\$ bilhões)	63,3	76,5	73,7	74,9	86,1
Total dívida externa (US\$ bilhões) ⁽¹⁾	195,5	236,0	263,5	251,4	290,1
Câmbio (TL / US\$)	1,409	1,171	1,526	1,491	1,541

Elaborado pelo MRE/EXFISOC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados de EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report Report 2011.

(1) 2010: Estimativa EIU.

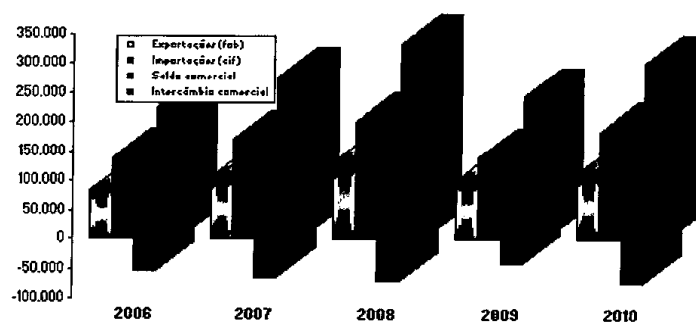
COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões)	2006	2007	2008	2009	2010	2011 ⁽¹⁾
Exportações (fob)	85.512	107.373	132.313	102.242	113.966	31.495
Importações (cif)	139.576	169.991	201.984	140.928	185.535	56.031
Saldo comercial	-54.064	-62.618	-69.651	-38.686	-71.569	-24.536
Intercâmbio comercial	225.088	277.364	334.277	243.170	299.501	87.526

Elaborado pelo MRE/EXFISOC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados de ITW - Direction of Trade Statistics, August 2011.

(1) Janeiro-março, última parição disponível.

COMÉRCIO EXTERIOR DA TURQUIA 2006 – 2010

(US\$ milhões)



**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
TURQUIA**

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total	2011 ⁽¹⁾	% no total
EXPORTAÇÕES:								
Alemanha	12.952	9,8%	9.783	9,6%	11.479	10,1%	3.328	10,6%
Reino Unido	9.159	6,2%	5.915	5,8%	7.236	6,3%	1.834	5,8%
Itália	7.820	5,9%	5.891	5,8%	6.507	5,7%	2.106	6,7%
Frância	6.821	5,0%	6.211	6,1%	6.057	5,3%	1.647	5,2%
Iraque	3.917	3,0%	5.124	5,0%	6.036	5,3%	1.762	5,6%
Rússia	6.483	4,9%	3.202	3,1%	4.628	4,1%	1.412	4,5%
Estados Unidos	4.398	3,3%	3.426	3,4%	3.841	3,4%	1.114	3,5%
Espanha	4.047	3,1%	2.824	2,8%	3.536	3,1%	979	3,1%
Emirados Árabes Unidos	7.975	6,0%	2.899	2,8%	3.333	2,9%	1.012	3,2%
Irã	2.030	1,5%	2.025	2,0%	3.044	2,7%	889	2,8%
Romênia	3.987	3,0%	2.216	2,2%	2.599	2,3%	670	2,1%
Países Baixos	3.144	2,4%	2.124	2,1%	2.461	2,2%	763	2,4%
China	1.437	1,1%	1.599	1,6%	2.269	2,0%	467	1,5%
Egito	1.428	1,1%	2.618	2,6%	2.251	2,0%	496	1,6%
Arábia Saudita	2.202	1,7%	1.771	1,7%	2.218	1,9%	542	1,7%
Israel	1.835	1,5%	1.528	1,5%	2.080	1,8%	579	1,8%
Suíça	2.859	2,2%	3.937	3,9%	2.065	1,8%	355	1,1%
Bélgica	2.122	1,6%	1.796	1,8%	1.860	1,7%	644	2,0%
Líbia	1.074	0,8%	1.789	1,8%	1.932	1,7%	266	0,8%
Síria	1.115	0,8%	1.425	1,4%	1.845	1,6%	402	1,3%
Azerbaijão	1.667	1,3%	1.399	1,4%	1.550	1,4%	403	1,3%
Argélia	1.614	1,2%	1.780	1,7%	1.505	1,3%	359	1,1%
Polónia	1.587	1,2%	1.321	1,3%	1.504	1,3%	431	1,4%
Bulgária	2.152	1,6%	1.389	1,4%	1.497	1,3%	354	1,1%
Brasil	378	0,2%	388	0,4%	675	0,5%	765	0,5%
SUBTOTAL	93.042	70,3%	74.393	72,8%	84.049	73,7%	22.980	73,0%
DEMAIS PAÍSES	39.271	29,7%	27.849	27,2%	29.917	26,3%	8.515	27,0%
TOTAL GERAL	132.313	100,0%	102.242	100,0%	113.966	100,0%	31.495	100,0%

Elaborado pela PREXPORT- Direção de Informação Comercial, com base nos dados da FPD - Direção de Trade-Statistics, Agosto 2011.

Palcos de valores com um dígito zero, todos os valores são valores aproximados em 2011.

(1) Simboliza zero

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - cif)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total	2011 ⁽¹⁾	% no total
IMPORTAÇÕES:								
Rússia	201.964	100,0%	140.932	100,0%	185.544	100,0%	56.061	100,1%
Alemanha	31.364	15,5%	19.450	13,8%	21.600	11,6%	5.767	10,3%
China	18.687	9,3%	14.097	10,0%	17.549	9,5%	5.103	9,1%
Estados Unidos	15.658	7,8%	12.677	9,0%	17.181	9,3%	5.007	8,9%
Itália	11.977	5,9%	8.585	6,1%	12.323	6,6%	4.164	7,4%
Frância	11.012	5,5%	7.674	5,4%	10.204	5,5%	3.132	5,6%
Irã	9.022	4,5%	7.093	5,0%	8.178	4,4%	2.273	4,1%
Espanha	8.200	4,1%	3.406	2,4%	7.645	4,1%	2.422	4,3%
Coreia do Sul	4.548	2,3%	3.777	2,7%	4.840	2,6%	1.464	2,6%
Reino Unido	4.092	2,0%	3.118	2,2%	4.764	2,6%	1.452	2,6%
Ucrânia	5.324	2,6%	3.473	2,5%	4.681	2,5%	1.358	2,4%
Romênia	6.106	3,0%	3.157	2,2%	3.833	2,1%	1.373	2,5%
Índia	3.548	1,8%	2.258	1,6%	3.449	1,9%	990	1,8%
Japão	2.458	1,2%	1.903	1,4%	3.410	1,8%	1.411	2,5%
Bélgica	4.027	2,0%	2.782	2,0%	3.298	1,8%	888	1,6%
Países Baixos	3.151	1,6%	2.372	1,7%	3.214	1,7%	990	1,8%
Suíça	3.056	1,5%	2.543	1,8%	3.156	1,7%	871	1,6%
Polónia	5.592	2,8%	2.002	1,4%	3.156	1,7%	1.080	1,9%
Cazaquistão	1.978	1,0%	1.817	1,3%	2.621	1,4%	871	1,6%
Arábia Saudita	2.332	1,2%	1.349	1,0%	2.471	1,3%	956	1,7%
Argélia	3.322	1,6%	1.687	1,2%	2.437	1,3%	831	1,5%
Suécia	3.262	1,6%	2.028	1,4%	2.276	1,2%	632	1,1%
Taiwan	1.909	0,9%	1.891	1,3%	1.923	1,0%	551	1,0%
Bulgária	1.684	0,8%	1.342	1,0%	1.843	1,0%	449	0,8%
Brasil	7.424	0,7%	7.706	0,8%	7.348	0,7%	533	1,0%
SUBTOTAL	365.698	181,1%	252.517	179,2%	332.944	179,5%	100.632	179,6%
DEMAIS PAÍSES	(163.734)	-81,1%	(111.589)	-79,2%	(147.409)	-79,5%	(44.601)	-79,6%
TOTAL GERAL	201.964	100,0%	140.928	100,0%	185.535	100,0%	56.031	100,0%

Elaborado pela PREXPORT- Direção de Informação Comercial, com base nos dados da FPD - Direção de Trade-Statistics, Agosto 2011.

Palcos de valores com um dígito zero, todos os valores são valores aproximados em 2011.

(1) Simboliza zero

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
TURQUIA**

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR		2 0 1 0 ⁽¹⁾	Part % no total
(US\$ milhões, fob)			
EXPORTAÇÕES			
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	13.719	12,0%	
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	9.419	8,3%	
Ferro fundido, ferro e aço	8.761	7,7%	
Vestuário e seus acessórios, de malha	7.742	6,8%	
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	7.527	6,6%	
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	4.855	4,3%	
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	4.640	4,1%	
Combustíveis, óleos e ceras minerais	4.405	3,9%	
Pérolas naturais, pedras preciosas ou semipreciosas	3.749	3,3%	
Plásticos e suas obras	3.718	3,3%	
Frutas, cascas de cítricos e de melões	3.494	3,1%	
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal, cimento	2.345	2,1%	
Alumínio e suas obras	1.927	1,7%	
Borracha e suas obras	1.896	1,7%	
Outros artefatos têxteis confeccionados	1.839	1,6%	
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	1.787	1,6%	
Preparações de produtos hortícolas, de frutas	1.492	1,3%	
Algodão	1.450	1,3%	
Minérios, escórias e cinzas	1.286	1,1%	
Tapetes e outros revestimentos para pavimentos	1.267	1,1%	
Tecido de malha	1.267	1,1%	
Subtotal	88.585	77,7%	
Demais Produtos	25.394	22,3%	
Total Geral	113.979	100,0%	

Elaborado pelo MRE/EXPRO/DC - Divisão de Informação Comercial, com base nos dados da UNCTAD/ITC Trade Map.

Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

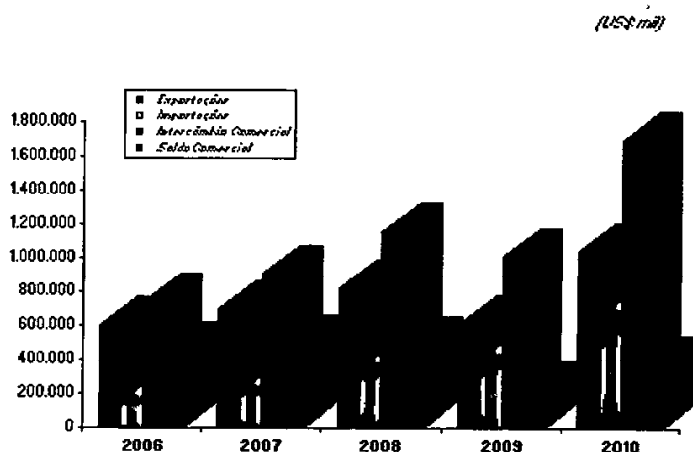
En la ciudad de MEXICO D.F. a los 20 dias del mes de Mayo del año 2011, yo el Sr. JUAN CARLOS GARCIA GONZALEZ, con cedula de identidad No. 1010123456789, con domicilio en la ciudad de MEXICO D.F. en la calle de la Libertad No. 123, manifiesto que he comprado a la persona que me lo vende, un lote de terreno que se encuentra en la zona de la ciudad de MEXICO D.F. y que me lo vende a un precio de \$1,000,000.00 (un millón de pesos mexicanos) y que me lo vende a un precio de \$1,000,000.00 (un millón de pesos mexicanos) y que me lo vende a un precio de \$1,000,000.00 (un millón de pesos mexicanos).

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - TURQUIA ⁽¹⁾	2006	2007	2008	2009	2010
(US\$ mil, fob)					
Exportações	590.292	693.368	816.091	609.788	1.033.988
Variação em relação ao ano anterior	5,5%	17,5%	17,7%	-25,3%	69,6%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para Demais da Europa Ocidental ⁽²⁾	78,4%	74,1%	69,0%	68,4%	76,9%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,5%
Importações	145.593	209.505	337.439	399.451	656.565
Variação em relação ao ano anterior	34,5%	43,9%	61,1%	18,4%	64,4%
Part. (%) no total das importações brasileiras de Demais da Europa Ocidental ⁽²⁾	86,5%	89,7%	88,4%	92,0%	79,7%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%	0,4%
Intercâmbio Comercial	735.885	902.873	1.153.530	1.009.231	1.690.543
Variação em relação ao ano anterior	10,2%	22,7%	27,8%	-12,5%	67,5%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com Demais da Europa Ocidental ⁽¹⁾	79,9%	77,2%	73,8%	78,1%	77,9%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,3%	0,3%	0,3%	0,4%	0,1%
Saldo Comercial	444.699	483.863	478.652	210.329	377.417

[illegible]

Elaborado pelo IPECE/SECEX - Serviço de Informação Comercial com base nas informações do ITC/VCI/CEPLAC

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-TURQUIA 2006 - 2010



Elaborado pelo MNE/EXPODEC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MNE/SECRETARIA.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS TURQUIA

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - TURQUIA (US\$ milhões - FOB)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Minérios, escórias e cinzas	230.640	28,3%	114.487	18,8%	314.686	30,4%
Sementes e fruto oleaginosos, grãos, sementes, etc	54.072	6,6%	6.227	1,0%	82.611	8,0%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	90.757	11,1%	61.502	10,1%	75.176	7,3%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	42.666	5,2%	42.399	7,0%	58.684	5,7%
Algodão	18.015	2,2%	16.792	2,8%	55.845	5,4%
Café, chá, mate e especiarias	31.507	3,9%	34.144	5,6%	52.443	5,1%
Carnes e miudezas, comestíveis	27.702	3,4%	30.962	5,1%	45.615	4,4%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	56.178	6,9%	28.660	4,7%	35.976	3,5%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	11.688	1,4%	37.668	6,2%	28.032	2,7%
Ferro fundido, ferro e aço	35.025	4,3%	12.181	2,0%	26.321	2,5%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	38.320	4,7%	31.011	5,1%	24.135	2,3%
Alumínio e suas obras	305	0,0%	58.638	9,6%	23.892	2,3%
Fibras sintéticas ou artificiais descontinuas	1.209	0,1%	7.849	1,3%	20.824	2,0%
Plásticos e suas obras	12.094	1,5%	8.974	1,5%	18.262	1,8%
Zinco e suas obras	0	0,0%	728	0,1%	16.661	1,6%
Borracha e suas obras	16.577	2,0%	7.706	1,3%	13.278	1,3%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	10.680	1,3%	9.240	1,5%	12.518	1,2%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	15.747	1,9%	9.303	1,5%	11.581	1,1%
Subtotal	693.182	84,9%	518.671	85,1%	916.540	88,6%
Demais Produtos	122.909	15,1%	91.109	14,9%	117.442	11,4%
TOTAL GERAL	816.091	100,0%	609.780	100,0%	1.033.982	100,0%

Elaborado pelo MNE/EXPODEC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MNE/SECRETARIA.

Grupo de produtos fabricado em áreas de exportação, taxa de câmbio em reais sobre o dólar americano em 2010.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
TURQUIA**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - TURQUIA (US\$ milhões - fob)		2008	%	2009	%	2010	%
			no total		no total		no total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)							
Ferro fundido, ferro e aço	19.612	5,8%	81.122	20,3%	208.259	31,7%	
Veículos automóveis, tratores, ciclos	71.829	21,3%	86.684	21,7%	113.701	17,3%	
Fibras sintéticas ou artificiais, descontinuas	8.467	2,5%	49.423	12,4%	53.389	8,1%	
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	45.666	13,5%	25.719	6,4%	49.880	7,6%	
Frutas, cascas de cítricos e de melões	27.946	8,3%	28.581	7,2%	34.179	5,1%	
Sol, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	20.878	6,2%	12.670	3,2%	33.171	5,1%	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	20.084	6,0%	22.301	5,6%	17.697	2,7%	
Borracha e suas obras	20.822	6,2%	12.067	3,0%	16.819	2,4%	
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	8.231	2,4%	5.030	1,3%	13.484	2,1%	
Plásticos e suas obras	5.158	1,5%	9.275	2,3%	11.024	1,7%	
Produtos químicos inorgânicos	4.174	1,2%	4.626	1,2%	9.734	1,5%	
Subtotal	252.865	74,9%	337.514	84,6%	560.337	85,3%	
Demais Produtos	84.574	25,1%	61.937	15,5%	96.228	14,7%	
TOTAL GERAL	337.439	100,0%	399.451	100,0%	656.565	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DEPEX/DEIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MEMORIAL COMERCIAL.
Grupo de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2008.

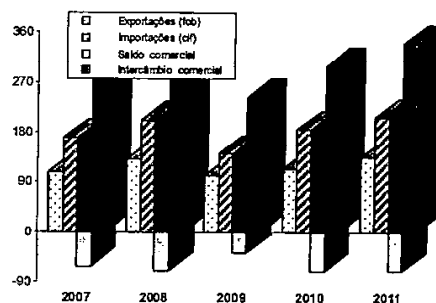
**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
TURQUIA**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - TURQUIA (US\$ mil - fob)		2010	%	2011	%
		(jan-ago)	no total	(jan-ago)	no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					
Minérios, escórias e cinzas	233.545	32,3%	339.186	32,2%	
Sementes e frutos oleaginosos; grãos	82.805	11,4%	158.402	15,0%	
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	55.544	7,7%	82.516	7,8%	
Cereais	90	0,0%	52.314	5,0%	
Ferro fundido, ferro e aço	11.574	1,6%	47.253	4,5%	
Algodão	22.577	3,1%	45.696	4,3%	
Plásticos e suas obras	9.399	1,3%	42.013	4,0%	
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	44.135	6,1%	36.059	3,4%	
Café, chá, mate e especiarias	25.075	3,5%	33.412	3,2%	
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	17.348	2,4%	29.192	2,8%	
Carnes e miudezas, comestíveis	33.794	4,7%	20.276	1,9%	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	14.666	2,0%	15.431	1,5%	
Produtos químicos orgânicos	8.917	1,2%	15.177	1,4%	
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	21.728	3,0%	13.150	1,2%	
Zinco e suas obras	9.603	1,3%	10.695	1,0%	
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	6.260	0,8%	9.768	0,9%	
Matérias albuminóides; produtos à base de amidos ou de féculas modificados	5.585	0,8%	9.236	0,9%	
Subtotal	602.464	83,4%	959.775	91,1%	
Demais Produtos	120.253	16,6%	93.411	8,9%	
TOTAL GERAL	722.717	100,0%	1.053.186	100,0%	
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					
Veículos automóveis, tratores, ciclos	79.704	11,0%	135.536	12,9%	
Ferro fundido, ferro e aço	146.120	20,2%	118.516	11,3%	
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	31.170	4,3%	45.003	4,3%	
Sol, enxofre, terras e pedras; gesso, cal e cimento	22.824	3,2%	40.277	3,8%	
Fibras sintéticas ou artificiais, descontinuas	35.925	5,0%	35.908	3,4%	
Adubos ou fertilizantes	6.670	0,9%	31.433	3,0%	
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	8.037	1,1%	20.594	2,0%	
Borracha e suas obras	9.549	1,3%	18.649	1,8%	
Frutas; cascas de cítricos e de melões	16.946	2,3%	18.113	1,7%	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	12.651	1,8%	15.938	1,5%	
Produtos químicos inorgânicos isótopos	5.836	0,8%	12.301	1,2%	
Subtotal	375.431	86,1%	492.368	84,1%	
Demais Produtos	60.571	13,9%	93.093	15,9%	
TOTAL GERAL	436.002	100,0%	585.461	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DEPEX/DEIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MEMORIAL COMERCIAL.
Grupo de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em janeiro/2011.

TURQUIA: COMÉRCIO EXTERIOR
US\$ bilhões

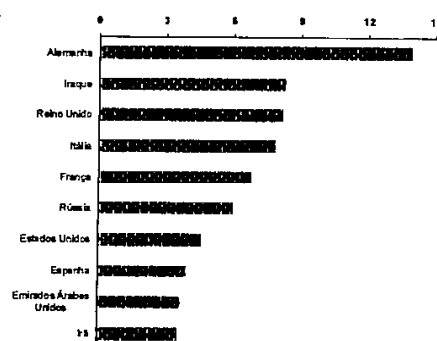
DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações (fob)	107	132	102	114	135
Importações (cif)	170	202	141	186	206
Saldo comercial	-63	-70	-39	-72	-72
Intercâmbio comercial	277	334	243	300	341



O comércio exterior da Turquia apresentou, em 2011, variação de 23% em relação a 2007, passando de US\$ 277 bilhões para US\$ 341 bilhões. No ranking do FMI, em 2010, a Turquia figurou como o 30º mercado mundial, sendo o 24º principal exportador e o 32º importador.

TURQUIA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ bilhões

Descrição	2010	% no total	2011	% no total
Alemanha	11	10%	14	10%
Iraque	6	5%	8	6%
Reino Unido	7	6%	8	6%
Itália	7	6%	8	6%
França	6	5%	7	5%
Rússia	5	4%	6	4%
Estados Unidos	4	3%	5	3%
Espanha	4	3%	4	3%
Emirados Árabes Unidos	3	3%	4	3%
Irã	3	3%	4	3%
...				
Brasil	1	1%	1	1%
Subtotal	56	49%	68	50%
Outros países	58	51%	67	50%
Total	114	100%	135	100%

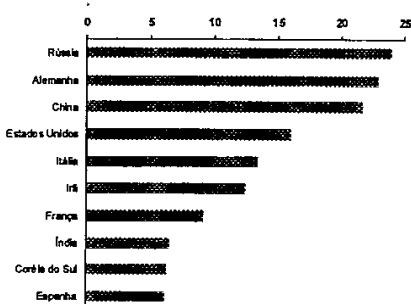


Elaborado pelo MRC/FEA/CEA - Centro de Integração da Economia com Base em Dados da UNCTAD/TIC/Tourism/asp

A direção das exportações da Turquia é bastante capilarizada. Em 2011 a Alemanha foi o maior comprador dos produtos turcos, com 10% do total. Seguiram-se: Iraque (6%); Reino Unido (6%); Itália (6%); e França (5%). O Brasil obteve o 36º lugar entre os principais destinos em 2011, participando com 0,7% do total.

TURQUIA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US\$ bilhões

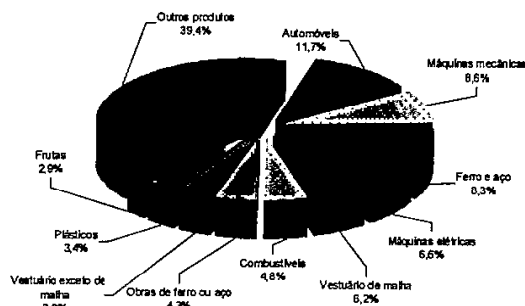
Descrição	2010	% no total	2011	% no total
Rússia	22	12%	24	12%
Alemanha	18	9%	23	11%
China	17	9%	22	11%
Estados Unidos	12	7%	16	8%
Itália	10	5%	13	7%
Irã	8	4%	12	6%
França	8	4%	9	4%
Índia	3	2%	6	3%
Coreia do Sul	5	3%	6	3%
Espanha	5	3%	6	3%
...				
Brasil	1	1%	2	1%
Subtotal	109	59%	141	68%
Outros países	77	41%	66	32%
Total	186	100%	206	100%



A origem das importações da Turquia é diversificada. Em 2011 a Rússia foi o principal fornecedor de bens àquele país, com 12% do total. Seguiram-se: Alemanha (11%); China (11%); Estados Unidos (8%); e Itália (7%). O Brasil posicionou-se no 22º lugar, com 1% da demanda importadora do país.

TURQUIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
2011 - US\$ bilhões

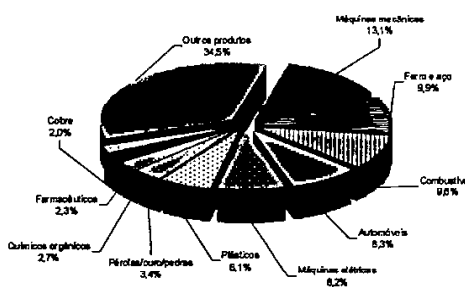
Descrição	2011	% no total
Automóveis	15,8	12%
Máquinas mecânicas	11,6	9%
Ferro e aço	11,2	8%
Máquinas elétricas	8,9	7%
Vestuário de malha	8,4	6%
Combustíveis	6,4	5%
Obras de ferro ou aço	5,8	4%
Vestuário exceto de malha	5,1	4%
Plásticos	4,6	3%
Frutas	3,9	3%
Subtotal	81,7	61%
Outros produtos	53,2	39%
Total	134,8	100%



Os principais grupos de produtos exportados pela Turquia em 2011 foram: automóveis (12%); máquinas mecânicas (9%); ferro e aço (8%); máquinas elétricas (7%); vestuário de malha (6%); e combustíveis (5%).

TURQUIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
2011 - US\$ bilhões

Descrição	2011	% no total
Máquinas mecânicas	27,1	13%
Ferro e aço	20,4	10%
Combustíveis	19,7	10%
Automóveis	17,2	8%
Máquinas elétricas	16,8	8%
Plásticos	12,6	6%
Pérolas/ouro/pedras	7,0	3%
Químicos orgânicos	5,5	3%
Farmacêuticos	4,7	2%
Cobre	4,1	2%
Subtotal	135,2	65%
Outros produtos	71,3	35%
Total	206,4	100%



Elaboração: IBGE/CEBRAP, com base nos dados da Direção-Geral de Estatística da Comissão Europeia (DGSTAT).

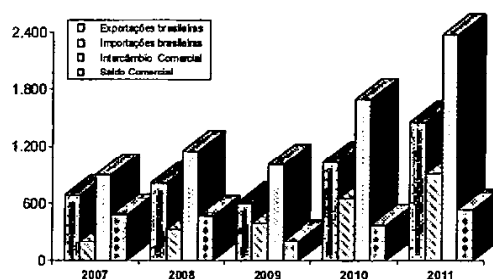
Os principais produtos importados pela Turquia em 2011 foram: máquinas mecânicas (13%); ferro e aço (10%); combustíveis (10%); e automóveis (8%).

BRASIL-TURQUIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan)	2012 (jan)
Exportações brasileiras	693	816	610	1.034	1.460	107	45
Variação em relação ao ano anterior	17,5%	17,7%	-25,3%	69,6%	41,2%	152,7%	-58,0%
Importações brasileiras	210	337	399	656	917	62	57
Variação em relação ao ano anterior	43,9%	61,1%	18,4%	64,3%	39,8%	84,9%	-7,2%
Intercâmbio Comercial	903	1.154	1.009	1.690	2.377	169	103
Variação em relação ao ano anterior	22,7%	27,8%	-12,5%	67,5%	40,6%	122,8%	-39,4%
Saldo Comercial	484	479	210	378	543	45	-12

Elaboração: IBGE/CEBRAP, com base nos dados da Direção-Geral de Estatística da Comissão Europeia (DGSTAT).

Turquia foi o 41º principal parceiro comercial brasileiro em 2011. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 163%, passando de US\$ 903 milhões, para US\$ 2,4 bilhões, sendo 111% nas exportações e 339% nas importações. A participação do Turquia no comércio exterior brasileiro foi de 0,5% em 2011.

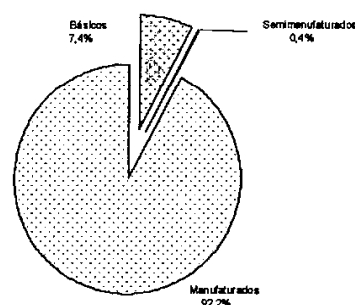
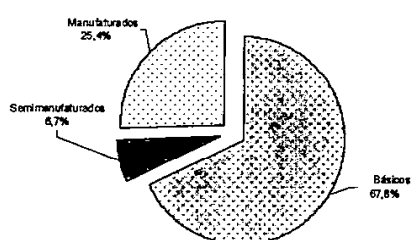


BRASIL-TURQUIA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 1

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	989	67,8%	68	7,4%
Semimanufaturados	98	6,7%	3	0,4%
Manufaturados	371	25,4%	846	92,2%
Total	1.460	100,0%	917	100,0%

Elaborado pelo MPE/DP/DOC - Divisão de Análise e Desenvolvimento de Políticas Econômicas do MPO

As exportações brasileiras para Turquia são compostas em sua maior parte por produtos básicos, que representaram 68% das vendas em 2011, com destaque para minérios. Em seguida estão os bens manufaturados, com 25% e os básicos com 7%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram 92%.



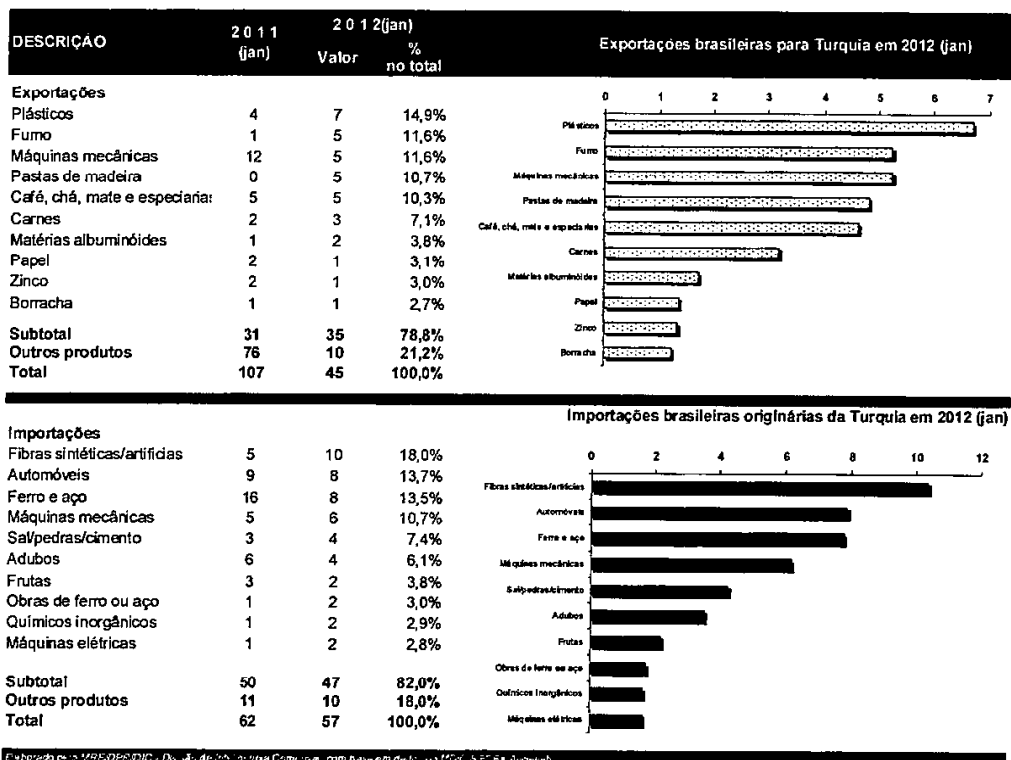
BRASIL-TURQUIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 0 9	2 0 1 0	2 0 1 1		Exportações brasileiras para Turquia, 2011
			Valor	% no total	
Minérios	114	315	482	33,0%	
Sementes/grãos	6	83	162	11,1%	
Algodão	17	56	131	9,0%	
Máquinas mecânicas	62	75	110	7,5%	
Café/chá	34	52	63	4,3%	
Cereais	2	0	52	3,6%	
Plásticos	9	18	50	3,4%	
Ferro e aço	12	26	50	3,4%	
Fumo	42	59	44	3,0%	
Madeira	29	36	38	2,6%	
Subtotal	327	720	1.182	81,0%	
Outros produtos	283	314	277	19,0%	
Total	610	1.034	1.460	100,0%	

Elaborado pelo MPE/DP/DOC - Divisão de Análise e Desenvolvimento de Políticas Econômicas do MPO

O Brasil é o principal fornecedor de minério de ferro para a Turquia. As vendas brasileiras de minério responderam, em 2011, por mais de 40% do total importado pelo país. Além do minério, destacaram-se também soja e algodão cru. Juntos somaram 53% da pauta.

BRASIL-TURQUIA: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob



Elaborado por MRS/OP/OND - Dó, a partir dos dados comerciais com base em dados da MDC/SECEX/Anuário

Aviso nº 1.031 - C. Civil.

Em 4 de dezembro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 08/12/2012.

4

PARECER Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 541, de 2012 (PDC nº 562, de 2012, na origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da Bósnia-Herzegovina sobre a Isenção Parcial de Vistos, assinado em Sarajevo, em 19 de junho de 2010.*

RELATOR: Senador **CIDINHO SANTOS**

I – RELATÓRIO

Com fundamento no disposto no art. 49, I, da Constituição Federal, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 50, de 14 de fevereiro de 2012, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da Bósnia-Herzegovina, celebrado em Sarajevo, em 19 de junho de 2010.

O Acordo foi primeiramente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o projeto de decreto legislativo decorrente da mensagem presidencial e formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. O projeto foi, também, examinado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Recebida no Senado Federal em 7 de novembro de 2012, a proposição sob comento foi distribuída a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e em seguida ao Relator signatário após o prazo regimental, durante o qual não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

Não se verificam vícios quanto à constitucionalidade, juridicidade ou regimentalidade da proposição.

Cuida-se aqui da apreciação de um singelo, mas deveras importante acordo internacional. Para estabelecer um fluxo mais ágil no intercâmbio entre os dois países, Brasil e Bósnia-Herzegovina decidiram firmar o instrumento em análise em que definem a isenção de vistos em passaportes no trânsito entre os dois países.

O Acordo segue o padrão dos demais instrumentos de isenção de vistos assinados pelo Governo brasileiro e aprovados no Congresso Nacional. Ele estabelece, em seu Artigo 1, a desnecessidade de vistos em passaportes válidos para entrar, permanecer, transitar e sair do Estado da outra Parte Contratante para fins de turismo e negócios. Essa isenção é válida para períodos de até 90 (noventa) dias, desde que o prazo total de estada não exceda a 180 (cento e oitenta) dias por ano, contados da primeira entrada.

A dispensa de visto introduzida pelo presente Acordo não exige os nacionais do Estado de uma Parte Contratante da obrigação de cumprir as leis e regulamentos vigentes sobre entrada, trânsito, permanência e saída de estrangeiros no território da outra Parte Contratante.

O Acordo está vazado em oito artigos, onde se anotam as cláusulas de praxe. As mais importantes e dignas de nota, além das mencionadas acima, são a necessidade de comunicação à outra Parte quando houver introdução de novos passaportes ou modificação dos existentes; o direito de encurtar a estada em seu território de quem considere indesejável; e a hipótese de suspensão parcial do instrumento nos casos de segurança nacional, ordem pública ou proteção à saúde, com a necessária notificação à outra Parte. O Acordo terá prazo de vigência indeterminado, podendo ser denunciado por via diplomática, por qualquer das partes, a qualquer tempo.

Com o potencial e a integração da Bósnia-Herzegovina à União Europeia e às redes econômicas mundiais, indo ao encontro dos anseios brasileiros de proximidade e protagonismo no relacionamento com os países do Leste europeu, espera-se, com esse acordo de isenção de vistos, que o relacionamento bilateral alcance um maior grau de densidade.

III – VOTO

Pelo exposto, por ser conveniente aos interesses do País, além de adequado constitucional e regimentalmente, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 541, de 2012.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 541, DE 2012

(nº 562/2012, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da Bósnia-Herzegovina sobre a Isenção Parcial de Vistos, assinado em Sarajevo, em 19 de junho de 2010.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da Bósnia-Herzegovina sobre a Isenção Parcial de Vistos, assinado em Sarajevo, em 19 de junho de 2010.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
CONSELHO DE MINISTROS DA BÓSNIA-HERZEGOVINA
SOBRE A ISENÇÃO PARCIAL DE VISTOS**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Conselho de Ministros da Bósnia-Herzegovina
(doravante denominados as “Partes”),

Desejando fortalecer os laços de amizade e cooperação entre os dois países;

Reconhecendo a necessidade de facilitar as viagens de seus nacionais entre os territórios de ambos os países,

Acordam o seguinte:

Artigo 1

1. Os nacionais das Partes, portadores de passaportes nacionais válidos, estarão isentos de visto para entrar, sair, transitar e permanecer no território do Estado da outra Parte para fins de turismo, férias ou negócios por um período máximo de noventa (90) dias, desde que o prazo total de estada não exceda a cento e oitenta (180) dias por ano, contados da primeira entrada.

2. Os nacionais das Partes, beneficiados por este Acordo, não terão, apenas em função deste Acordo, o direito de desempenhar qualquer atividade empregatícia ou desenvolver atividade remunerada durante a estada no território da outra Parte.

3. O termo fins de negócios mencionado neste artigo se refere aos indivíduos que visitem o território da outra Parte com o propósito de participar de encontros de negócios, negociar contratos, discutir projetos, bem como realizar outras atividades que não caracterizem trabalho remunerado ou emprego.

4. Os nacionais de qualquer das Partes, portadores de passaportes nacionais válidos, devem obter os vistos apropriados segundo a legislação da outra Parte se: pretendem permanecer no território da outra Parte por período superior a noventa (90) dias ou desempenhar qualquer atividade remunerada ou empregatícia.

Artigo 2

Os nacionais mencionados neste Acordo podem entrar, transitar e sair do território da outra Parte através de qualquer fronteira aberta ao tráfego internacional de passageiros.

Artigo 3

1. Os nacionais das Partes respeitarão as leis e os regulamentos vigentes no território da outra Parte durante sua estada.

2. Toda modificação nas leis e regulamentos nacionais concernentes à entrada, saída, trânsito e estada de estrangeiros deverá ser comunicada à outra Parte com a brevidade possível, por via diplomática.

Artigo 4

As Partes readmitirão seus nacionais nos territórios de seus respectivos Estados sem formalidades ou despesas adicionais.

Artigo 5

Este Acordo não cerceia o direito de cada Parte de recusar a entrada ou abreviar a permanência de cidadãos da outra Parte considerados indesejáveis.

Artigo 6

1. As Partes intercambiarão, por via diplomática, exemplares de seus passaportes válidos, mencionados neste Acordo, no prazo máximo de trinta (30) dias após a data de assinatura deste Acordo.

2. Caso haja introdução de novos passaportes ou modificação dos existentes, as Partes intercambiarão, por via diplomática, exemplares de seus novos passaportes, acompanhados de informação pormenorizada sobre suas características e utilização, com a antecedência mínima de trinta (30) dias antes de entrarem em circulação.

Artigo 7

1. Por razões de segurança pública, ordem pública ou saúde pública, qualquer das Partes poderá suspender a aplicação deste Acordo total ou parcialmente.

2. A suspensão será notificada à outra Parte por via diplomática no mais breve prazo possível, bem como o fim de tal suspensão.

Artigo 8

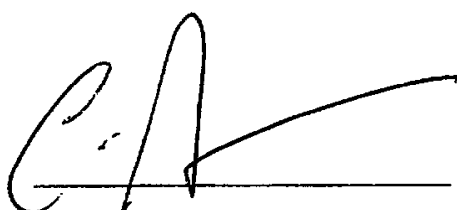
1. Este Acordo será válido por tempo indeterminado e entrará em vigor 30 (trinta) dias a partir da data de recebimento da segunda nota diplomática em que uma Parte informa à outra do cumprimento dos respectivos requisitos legais internos para sua entrada em vigor.

2. Este Acordo poderá ser modificado ou emendado mediante consentimento mútuo entre as Partes, formalizado por via diplomática. As modificações e emendas entrarão em vigor nos termos do parágrafo 1 deste artigo.

3. Qualquer uma das Partes poderá denunciar o presente Acordo por via diplomática, a qualquer tempo. A denúncia terá efeito 90 (noventa) dias após a data de recebimento da notificação da outra Parte.

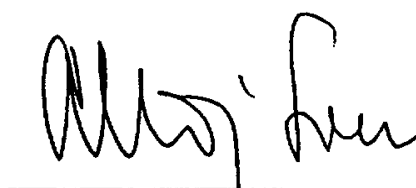
Feito em Sarajevo, em 19 de junho de 2010, em dois exemplares originais, cada um em português, nos idiomas oficiais da Bósnia-Herzegovina (bósnio, croata, sérvio) e em inglês. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL



Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

PELO CONSELHO DE MINISTROS DA
BÓSNIA-HERZEGOVINA



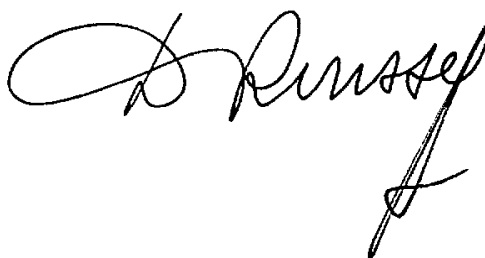
Sven Alkalaj
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Mensagem nº 50, de 2012.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, interino, e da Justiça, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da Bósnia-Herzegovina sobre a Isenção Parcial de Vistos, assinado em Sarajevo, em 19 de junho de 2010.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.



EMI No 00380 MRE/MJ

Brasília, 28 de julho de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da Bósnia-Herzegovina sobre a Isenção Parcial de Vistos, assinado em Sarajevo, em 19 de junho de 2010, pelo Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bósnia-Herzegovina, Sven Alkalaj.

2. O mencionado Acordo foi assinado com o objetivo de isentar de vistos para entrar, transitar e sair do território de qualquer uma das Partes, em todos os pontos abertos ao tráfego internacional de passageiros, os nacionais da República Federativa do Brasil e os nacionais da República da Bósnia-Herzegovina, titulares de passaportes comuns válidos, para fins de turismo e negócios (assim entendidas atividades que não ensejem remuneração no País receptor), por um período de até noventa (90) dias, prorrogáveis até um total de cento e oitenta (180) dias por ano, contados a partir da data de entrada.

3. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ruy Nunes Pinto Nogueira, José Eduardo Martins Cardozo

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 9/11/2012.

5

PARECER N° , DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 549, de 2012 (PDC nº 607, de 2012, na origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *aprova o texto do Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, assinado em Berlim, no dia 3 de dezembro de 2009.*

RELATOR: Senador **PAULO BAUER**

I – RELATÓRIO

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal (CF), o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 69, de 1º de março de 2012, submete ao Congresso Nacional o texto do Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, assinado em Berlim, no dia 3 de dezembro de 2009.

A Mensagem foi recebida na Câmara dos Deputados e designada para ser apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Neste primeiro órgão, a Mensagem deu origem ao Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe, que foi protocolizado em 5 de julho de 2012. Já endossado por uma proposição, o acordo foi em seguida destinado a ser avaliado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e, posteriormente, ao Plenário da Câmara dos Deputados onde foi aprovado em 8 de novembro de 2012.

No Senado Federal, a proposição foi distribuída para esta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 16 de novembro e, em seguida, ao Relator que a subscreve, após o prazo regimental de recebimento de emendas.

II – ANÁLISE

Cuida-se aqui de um detalhado acordo, composto de 21 (vinte e um) artigos, que visa a disciplinar as regras para a cooperação entre Brasil e Alemanha na prevenção do crime e persecução penal. Acordos como esses têm sido adotados pelo Brasil e destinam-se a compor um quadro de relacionamento internacional favorável à implantação de sistema de cooperação para a repressão criminal, o que, nessa época de transnacionalização das atividades humanas, inclusive as delituosas, representa a alternativa mais eficaz.

O escopo do tratado está bem resumido na Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores que acompanha a Mensagem Presidencial, expresso no seguinte trecho:

O instrumento em apreço foi firmado com o propósito de tornar mais eficaz a aplicação da lei de ambos os países no que respeita à investigação, ação penal e prevenção do crime. Extenso e pormenorizado, o Tratado visa a instituir mecanismo moderno de cooperação, que permitirá a agilização do intercâmbio de informações e providências judiciais no âmbito da assistência jurídica mútua em matéria penal.

Com o propósito de assegurar a eficiência na aplicação da lei penal e processual penal pelos Estados Partes, o instrumento em apreço prevê institutos jurídicos que objetivam a prevenção e a repressão da criminalidade, por cooperação e assistência jurídica mútua.

Trata-se de assistência jurídico-penal em sentido amplo, imprescindível para a pacificação social, refletindo a tendência moderna de fortalecimento da cooperação judiciária internacional.

O Acordo abrange o âmbito da cooperação, o alcance da assistência judiciária a ser prestada e a hipótese de denegação de assistência. As formas de assistência judiciárias possíveis, segundo o Acordo, serão:

tomada de depoimento e obtenção de declarações; prestação de informações oficiais e entrega de documentos oficiais; localização e identificação de pessoas e coisas; busca e apreensão; entrega de bens, inclusive cessão de elementos de prova, e restituição de instrumentos ou produtos de crime; transferência de pessoas detidas para prestar depoimento para produção de prova ou auxiliar em investigações; comunicação de atos processuais para fins de investigações, procedimentos e processos; e outras medidas de cooperação compatíveis com os objetivos do Tratado. Importante salientar, nesse aspecto, que o acordo não se aplica a pedidos de extradição, a cumprimento no Estado Requerido de sentenças penais impostas no Estado Requerente e transferência de pessoas condenadas para cumprimento de sanção penal.

No acordo em análise, com sua descrição tópica apresentada, demonstra-se incontestável o mérito da cooperação internacional. As medidas obedecem aos princípios de direito internacional e constitucional aplicáveis; os procedimentos serão sempre compatíveis com a legislação interna do Estado Requerido e o acordo contempla sua congruência com outros acordos sobre assistência jurídica mútua que as Partes tenham anteriormente ratificado.

O Acordo contempla a proteção da confidencialidade das solicitações e o sigilo das informações não necessárias à investigação. Foram previstas, ademais, disposições específicas que determinam os procedimentos a serem seguidos pelas Partes quanto à entrega de documentos oficiais, devolução de documentos e elementos de prova, salvo-conduto, entre outros.

Destaque-se que o Brasil mantém acordos de assistência judiciária em matéria penal com muitos países e, ademais, encontram-se em tramitação acordos da mesma natureza com outros. São tratados recentes, o que sinaliza uma tendência da diplomacia brasileira de se equipar com instrumentos de cooperação judiciária para o melhor enfrentamento dos delitos que se aproveitam de refúgios fora das fronteiras nacionais.

III – VOTO

Com base no exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 549, de 2012.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 549, DE 2012
(nº 607/2012, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, assinado em Berlim, no dia 3 de dezembro de 2009.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, assinado em Berlim, no dia 3 de dezembro de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Tratado, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**TRATADO DE COOPERAÇÃO JURÍDICA EM MATÉRIA PENAL
ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E A REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA**

A República Federativa do Brasil

e

A República Federal da Alemanha

Desejosos de melhorar, por meio de cooperação jurídica em matéria penal, a efetividade de ambos os países na investigação, persecução e repressão de infrações penais,

Acordam o seguinte:

Artigo 1º

Obrigação de prestar cooperação jurídica

1. Os Estados Contratantes prestar-se-ão, na mais ampla medida, cooperação jurídica mútua em matéria penal, nos termos do presente Tratado.
2. Cooperação Jurídica, para o propósito do parágrafo 1º, inclui qualquer tipo de cooperação prestada pelo Estado Requerido em relação a investigação, procedimento ou processo em matéria penal, no Estado Requerente, independentemente de ser a cooperação requerida ou fornecida por autoridade judiciária ou alguma outra autoridade.
3. Matéria Penal, para o propósito do parágrafo 1º, compreende, para a República Federal da Alemanha, investigações, procedimentos e processos, relativos a atos ou omissões classificados como delito ou contravenção e, para a República Federativa do Brasil, investigações, procedimentos e processos relativos a quaisquer infrações penais estabelecidas por lei.
4. Matéria Penal, para o propósito do parágrafo 1º, compreende também investigações, procedimentos e processos relativos a infrações penais relacionadas com impostos

de qualquer natureza, com movimento internacional de capitais ou pagamentos e de direito da concorrência.

5. Cooperação jurídica compreende:
- a) tomada de depoimento e obtenção de declarações;
 - b) prestação de informações oficiais e entrega de documentos oficiais, inclusive certidões de antecedentes penais;
 - c) localização e identificação de pessoas e coisas;
 - d) busca e apreensão;
 - e) entrega de bens, inclusive cessão de elementos de prova, e restituição de instrumentos ou produtos de crime;
 - f) transferência de pessoas detidas para prestar depoimento para produção de prova ou auxiliar em investigações;
 - g) comunicação de atos processuais para fins de investigações, procedimentos e processos, inclusive as destinadas ao comparecimento de pessoas;
 - h) outras medidas de cooperação compatíveis com os objetivos deste Tratado e que não sejam incompatíveis com o direito do Estado Requerido.
6. O presente Tratado não se aplica a pedidos de:
- a) extradição e prisão ou detenção de pessoas com vistas a extradição;
 - b) cumprimento no Estado Requerido de sentenças penais impostas no Estado Requerente, ressalvado o disposto no Artigo 5º do presente Tratado; e
 - c) transferência de pessoas condenadas para cumprimento de pena ou medida de segurança privativa de liberdade.

Artigo 2º

Recusa ou adiamento da cooperação jurídica

1. A cooperação jurídica pode ser recusada se, de acordo com o Estado Requerido, a execução do pedido atentar contra a sua soberania, segurança, ordem pública ou interesse público essencial semelhante.
2. O Estado Requerido pode adiar a cooperação jurídica se a execução do pedido puder interferir em investigação, procedimento ou processo em andamento.
3. Antes de recusar ou adiar a cooperação, o Estado Requerido deve verificar se a cooperação jurídica pode ser prestada sob as condições que entender necessárias. Se o Estado Requerente aceitar a cooperação sob essas condições, deverá respeitá-las.

O Estado Requerido deverá informar ao Estado Requerente, de imediato e fundamentadamente, sua decisão de adiar a cooperação jurídica ou de recusá-la, no todo ou em parte.

Artigo 3º

Dupla incriminação

1. O cumprimento de pedidos de cooperação que exijam o uso de medidas coercitivas pode ser recusado se as ações ou omissões que os fundamentam não constituírem infração penal no direito do Estado Requerido.
2. O parágrafo 1º não se aplica a medidas coercitivas relativas à tomada de depoimento de testemunhas ou peritos.

Artigo 4º

Entrega de bens

1. Em atendimento a pedido de cooperação, os bens a serem utilizados como prova em investigações, procedimentos ou processos no Estado Requerente, serão remetidos ao Estado Requerente pelo Estado Requerido, nas condições por este estabelecidas. Os bens podem ser remetidos também para o fim de restituição à pessoa lesada.
2. A entrega de bens prevista no parágrafo 1º não afetará direito de terceiros.
3. Bens entregues no atendimento a pedido de cooperação jurídica serão devolvidos pelo Estado Requerente ao Estado Requerido, com a maior brevidade possível, a menos que o Estado Requerido renuncie à devolução.

Artigo 5º

Instrumentos ou produtos de infrações penais

1. O Estado Requerido, mediante pedido de cooperação, envidará esforços para verificar se instrumentos ou produtos de infrações penais encontram-se sob sua jurisdição e informará ao Estado Requerente o resultado de suas investigações. O Estado Requerente informará ao Estado Requerido, no pedido, as razões que o levam a presumir que esses instrumentos ou produtos podem se encontrar sob a jurisdição deste.
2. Se, conforme um pedido feito nos termos do parágrafo 1º deste artigo, forem encontrados prováveis instrumentos ou produtos de infração penal, o Estado Requerido tomará as medidas que forem permitidas por seu direito para indisponibilizar, apreender, determinar o perdimento e restituí-los, com fundamento na reciprocidade.
3. Os direitos de terceiros serão respeitados na aplicação deste artigo.

Artigo 6º**Presença de autoridades e pessoas interessadas**

1. A pedido do Estado Requerente, o Estado Requerido informará a data e local de execução do pedido de cooperação jurídica.
2. Autoridades do Estado Requerente, bem como outras pessoas legitimadas a participar da investigação, procedimento ou processo no Estado Requerente, poderão ser autorizadas, de conformidade com o direito do Estado Requerido, a presenciar a execução do pedido e participar da investigação, procedimento ou processo no Estado Requerido. O direito de participar da investigação, do procedimento ou do processo no Estado Requerido compreende o direito de propor perguntas e outras medidas de investigação.

Artigo 7º**Participação em depoimento por videoconferência**

1. Se uma pessoa que estiver no território do Estado Requerido precisar ser ouvida como testemunha ou perito, poderá ser facultada ao Estado Requerente a participação de representantes de suas autoridades no depoimento por meio de videoconferência. O depoimento será presidido pela autoridade competente do Estado Requerido, de conformidade com o seu direito.
2. Os pedidos de participação de representantes do Estado Requerente por meio de videoconferência, em depoimento, conterão, além das informações mencionadas no artigo 10, a razão pela qual é indispensável ou útil a referida participação por este meio, o nome das autoridades e das pessoas que participarão do depoimento.
3. As autoridades competentes dos Estados Requerente e Requerido acordarão, quando cabíveis, as medidas relativas à proteção da pessoa a ser ouvida.
4. O disposto neste artigo aplica-se também ao depoimento do investigado ou acusado. O depoimento do investigado ou acusado com participação de representantes de autoridades do Estado Requerente, por videoconferência, depende de seu consentimento.

Artigo 8º**Transferência de pessoas detidas para fins de produção de provas ou auxílio em investigação, procedimento ou processo**

1. O Estado Requerido deve, a pedido do Estado Requerente, transferir temporariamente pessoa detida para a produção de provas ou auxílio em investigações, procedimentos ou processos, desde que essa pessoa consinta em ser transferida e não existam outros motivos relevantes contra sua transferência.
2. Enquanto a pessoa transferida tiver de ser mantida em detenção, de acordo com o direito do Estado Requerido, o Estado Requerente deve mantê-la detida. O Estado Requerente a devolverá quando sua presença não for mais necessária ou antes, quando determinado pelo Estado Requerido.

3 Se o Estado Requerido informar que a pessoa transferida deve ser posta em liberdade, esta será solta e tratada como se estivesse no território do Estado Requerente por força de pedido de comparecimento, nos termos deste Tratado.

Artigo 9º Salvo-conduto

1. A testemunha ou o perito, qualquer que seja sua nacionalidade, que, em decorrência de intimação, comparecer perante as autoridades competentes do Estado Requerente, não poderá ser submetido a processo penal, detenção ou qualquer outra restrição de sua liberdade individual no território desse Estado, por fatos ou condenações anteriores à sua partida do território do Estado Requerido.

2. A pessoa, qualquer que seja sua nacionalidade, intimada para comparecer perante as autoridades competentes do Estado Requerente para responder em procedimento penal por fatos a ela imputados, não poderá ser submetida a processo penal, detenção ou qualquer outra restrição de sua liberdade individual por fatos ou condenações anteriores à sua partida do território do Estado Requerido e não visados pela intimação.

3. O salvo-conduto previsto neste artigo perderá a validade quando o beneficiário, não obstante tenha tido a possibilidade de deixar o território do Estado Requerente, permaneceu nesse território após quinze dias consecutivos contados da notificação de que sua presença não era mais necessária, ou a ele retornou, após havê-lo deixado.

4. A pessoa que não atenda a pedido para comparecimento no Estado Requerente não pode ser submetida a punição ou medida coercitiva, ainda que o pedido contenha ameaça de coerção.

Artigo 10 Conteúdo dos pedidos

1. Os pedidos de cooperação jurídica devem incluir as seguintes indicações:

- a) o nome da autoridade competente que conduz a investigação, procedimento ou processo relacionado ao pedido e o da autoridade requerente;
- b) a finalidade do pedido e o tipo de auxílio pretendido;
- c) se possível, nome completo, local e data do nascimento, nacionalidade, filiação e endereço da pessoa ou das pessoas a que se referem a investigação, o procedimento ou o processo;
- d) a descrição dos atos ou omissões a que se referem a investigação, procedimento ou processo e das normas aplicáveis.

2. Ademais, os pedidos de cooperação jurídica devem incluir:

- a) no caso de comunicações de atos processuais, o nome e o endereço da pessoa a quem os atos devem ser comunicados;

- b) no caso de busca e apreensão, a indicação das razões pelas quais se acredita que a prova está localizada sob a jurisdição do Estado Requerido a menos que isso possa ser depreendido do pedido;
- c) no caso de entrega de objetos, documentos, autos ou elementos de prova obtidos ou a serem obtidos por medidas coercitivas, a apresentação da ordem de busca e apreensão emitida por autoridade competente do Estado Requerente;
- d) no caso de tomada de depoimentos de uma pessoa, o assunto que será objeto do depoimento e, quando possível, uma lista de quesitos e a indicação de eventual direito de se recusar a depor;
- e) no caso de tomada de depoimento de testemunhas ou peritos, a indicação da necessidade de depoimento sob juramento;
- f) no caso de transferência de pessoas detidas, a indicação do estabelecimento onde o detido será mantido e o prazo necessário para sua permanência no Estado Requerente;
- g) indicação de qualquer procedimento específico que o Estado Requerente solicitar que seja observado e suas razões.

3. O Estado Requerido pode, se considerar necessário para o cumprimento do pedido, solicitar informações adicionais.

Artigo 11 Tramitação

1. Os pedidos de cooperação podem ser feitos pelas autoridades competentes para as investigações, procedimentos e processos mencionados no artigo 1º (3) e (4) ou, em nome destas, pela Autoridade Central. Os pedidos e respostas devem tramitar pelas Autoridades Centrais.

2. As Autoridades Centrais são, para a República Federativa do Brasil, o Ministério da Justiça, e, para a República Federal da Alemanha, o Departamento Federal da Justiça.

3. Em caso de urgência, os pedidos de cooperação poderão ser transmitidos pelas Autoridades Centrais previamente por fax ou via eletrônica e os originais devem ser apresentados dentro de 15 dias, a menos que a Autoridade Central do Estado Requerido os dispense.

Artigo 12 Cumprimento dos pedidos

1. Os pedidos de cooperação deverão ser executados de conformidade com o direito do Estado Requerido e, se possível, na forma solicitada pelo Estado Requerente.

2. O Estado Requerido pode dispensar a comunicação prévia de medidas coercitivas aos investigados, acusados ou interessados, quando essa comunicação colocar em risco a finalidade da medida.

Artigo 13

Confidencialidade

1. O Estado Requerido pode, após consulta ao Estado Requerente, estabelecer a confidencialidade das informações e provas fornecidas, bem como de suas fontes, ou condicionar sua divulgação e utilização.
2. O Estado Requerente pode solicitar a confidencialidade do pedido, de seu conteúdo, dos documentos comprobatórios anexos e de qualquer medida tomada em virtude de pedido de cooperação. Se o pedido não puder ser executado sem quebra da confidencialidade, o Estado Requerido informará antecipadamente o Estado Requerente, que decidirá se mantém o pedido.

Artigo 14

Proteção de dados pessoais

1. Dados pessoais, a seguir denominados dados, devem ser entendidos como informações específicas sobre uma pessoa física, determinada ou determinável, ou sobre objetos a ela relacionados.
2. Os dados fornecidos ao abrigo do presente Tratado serão utilizados apenas para os fins para os quais foram transmitidos e sob as condições prescritas pelo Estado que os forneceu.
3. Excepcionalmente, tais dados poderão ser utilizados para os seguintes fins:
 - a) para persecução de infrações penais;
 - b) para prevenção de infrações penais graves;
 - c) para procedimentos e processos judiciais ou administrativos que estiverem relacionados com a utilização para a qual os dados foram transmitidos nos termos do parágrafo 2, ou em consonância com a utilização indicada na alínea a); ou
 - d) para evitar perigos substanciais para a segurança pública.

A utilização dos dados para outros fins apenas será permitida após consentimento prévio do Estado que os transmitiu.
4. O Estado que recebe os dados informará ao Estado transmissor, a pedido deste, sobre a utilização dos dados e sobre os resultados com eles obtidos.
5. Serão observadas as proibições de transmissão previstas nas respectivas legislações nacionais.
6. Os Estados Contratantes protegerão, de maneira eficiente, os dados fornecidos contra qualquer acesso, alteração e divulgação ilícitos.

Artigo 15
Autenticação

A menos que solicitado de outra forma, provas ou documentos transmitidos por força deste Tratado não demandarão qualquer forma de autenticação ou legalização.

Artigo 16
Idioma

1. Os pedidos devem ser redigidos no idioma oficial do Estado Requerente e acompanhados de tradução para o idioma oficial do Estado Requerido.
2. Os documentos que acompanham os pedidos serão anexados no idioma original com tradução para o idioma do Estado Requerido.
3. Fica dispensada a tradução juramentada para os pedidos e seus anexos transmitidos com base neste Tratado.

Artigo 17
Outras formas de cooperação

O presente Tratado não derroga obrigações existentes entre os Estados Contratantes decorrentes de outros instrumentos internacionais, nem impede os Estados Contratantes de prestar-se mutuamente cooperação jurídica por força de outros instrumentos internacionais. O apoio mútuo das Administrações aduaneiras dos Estados Contratantes não se altera.

Artigo 18
Despesas

1. O Estado Requerido arcará com as despesas do cumprimento do pedido, exceto as seguintes, que deverão ser pagas pelo Estado Requerente:
 - a) despesas associadas ao transporte de qualquer pessoa de ou para o território do Estado Requerido a pedido do Estado Requerente, bem como quaisquer indenizações ou despesas a serem pagas a essa pessoa durante sua estada no Estado Requerente em decorrência de pedido de cooperação jurídica;
 - b) despesas associadas ao transporte de detidos e de autoridades responsáveis por seu acompanhamento e vigilância;
 - c) despesas e honorários de peritos no Estado Requerente ou no Estado Requerido;
 - d) despesas com o estabelecimento de conexão para videoconferência, bem como as despesas associadas à sua disponibilização no Estado Requerido, a menos que os Estados Contratantes acordem de outra maneira.

2. Caso a execução do pedido demande despesas de natureza extraordinária, as Autoridades Centrais dos Estados Contratantes consultar-se-ão para determinar os termos e condições pelas quais a cooperação solicitada pode ser prestada.

Artigo 19
Âmbito de aplicação

O presente Tratado aplicar-se-á a pedidos apresentados após sua entrada em vigor, mesmo que os atos ou omissões penais que motivaram o pedido tenham ocorrido antes desta data.

Artigo 20
Consultas

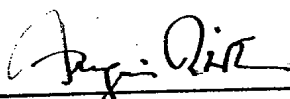
Os Estados Contratantes consultar-se-ão imediatamente, a pedido de qualquer delas, sobre a interpretação e aplicação deste Tratado.

Artigo 21
Ratificação, entrada em vigor e denúncia

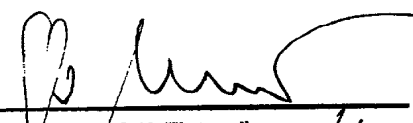
1. O presente Tratado estará sujeito a ratificação.
2. O presente Tratado entrará em vigor um mês após a troca dos instrumentos de ratificação.
3. Quaisquer dos Estados Contratantes pode denunciar este Tratado. A denúncia, a ser realizada por escrito e por via diplomática, terá efeito um ano após a data em que o outro Estado for notificado.

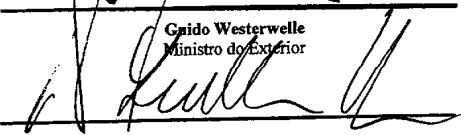
Feito em Berlim, em 3 de dezembro de 2009, nos idiomas português e alemão, sendo todos os textos igualmente autênticos.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL


Antonio de Aguiar Patriota
Secretário-Geral das Relações Exteriores

PELA REPÚBLICA FEDERAL DA
ALEMANHA


Guido Westerwelle
Ministro do Exterior

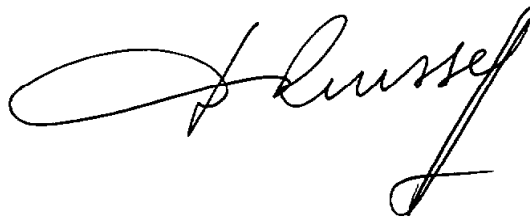

Sabine Leutheusser-Schnarrenberger
Ministra da Justiça

Mensagem nº 69, de 2012.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores, interino, e da Justiça, o texto do Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, assinado em Berlim, no dia 3 de dezembro de 2009.

Brasília, 1º de março de 2012.

A handwritten signature in black ink, which appears to be "D. Rousseff", written in a cursive style.

EMIº 00227 MRE/MJ

Brasília, 26 de Janeiro de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Temos a honra de submeter à alta consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Mensagem, que encaminha o texto do Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal, assinado em Berlim, no dia 3 de dezembro de 2009, entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha. Firmaram o Instrumento, pelo Brasil, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e, pela Alemanha, o Ministro do Exterior, Guido Westerwelle, e a Ministra da Justiça, Sabine Leutheusser-Schnarrenberger.

2. O Instrumento em apreço foi firmado com o propósito de tornar mais eficaz a aplicação da lei de ambos os países no que respeita à investigação, ação penal e prevenção do crime. Extenso e pormenorizado, o Tratado visa a instituir mecanismo moderno de cooperação, que permitirá a agilização do intercâmbio de informações e providências judiciais no âmbito da assistência jurídica mútua em matéria penal. A entrada em vigor do Tratado representa nova medida adotada pelo Estado brasileiro para aperfeiçoar seus instrumentos de cooperação na matéria, que tem sido objeto de esforço por parte destas duas pastas. A assistência prevista contempla diversas medidas em relação a investigação ou persecução de delitos, como, por exemplo, busca e apreensão ou o perdimento de produtos do crime.

3. O Instrumento estabelece a possibilidade de comunicação direta entre Autoridades Centrais - no caso do Brasil, o Ministério da Justiça - encarregadas da tramitação das solicitações de cooperação formuladas com base no Tratado.

4. Cumpre assinalar que o texto do Tratado contempla sua compatibilidade com as leis internas das Partes ou com outros acordos sobre assistência jurídica mútua que tenham estas ratificado. A proteção da confidencialidade das solicitações e o sigilo das informações encontram-se igualmente salvaguardadas pelo Artigo 13 do instrumento.

5. Com relação à vigência, existe a previsão, no Artigo 21, de entrada em vigor do Tratado um mês após a troca dos instrumentos de ratificação. A denúncia pode ser requerida por qualquer das Partes, a qualquer momento, e terá efeito um ano após a data do recebimento de notificação escrita e por via diplomática à outra Parte.

6. Com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Legislativo, de conformidade com o disposto no Artigo 84, inciso VIII, combinado com o Artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência as cópias autênticas do Tratado, juntamente com o projeto de Mensagem ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ruy Nunes Pinto Nogueira, José Eduardo Martins Cardozo

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 17/11/2012.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

OS:15557/2012

6



SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 550, DE 2012

(nº 563/2012, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo para a Constituição da Academia Internacional contra a Corrupção como Organização Internacional, celebrado em Viena, em 2 de setembro de 2010, e assinado pelo Brasil em 22 de dezembro de 2010.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo para a Constituição da Academia Internacional contra a Corrupção como Organização Internacional, celebrado em Viena, em 2 de setembro de 2010, e assinado pelo Brasil em 22 de dezembro de 2010.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**ACORDO PARA A CONSTITUIÇÃO DA
ACADEMIA INTERNACIONAL CONTRA A CORRUPÇÃO
COMO ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL**

As Partes,

CONSIDERANDO a importante contribuição do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) no combate à corrupção, na qualidade de guardião da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC);

RECONHECENDO os preparativos elaborados no âmbito internacional e, particularmente, os esforços substantivos realizados pela República da Áustria em estreita cooperação com o UNODC, assim como pelas outras Partes fundadoras, para a constituição da Academia Internacional contra a Corrupção, IACA, (doravante denominada “a Academia”) e seu firme apoio à Academia;

CONSIDERANDO o trabalho que há tempos é realizado pela Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL) para elaborar e desenvolver iniciativas de prevenção e combate à corrupção no mundo e seu apoio constante a esse respeito;

LEVANDO EM CONTA igualmente o respaldo considerável dado pela Organização Europeia de Luta Antifraude (OLAF) e por outros participantes neste compromisso comum;

DESTACANDO o caráter global e inclusivo desta iniciativa, bem como a importância dos esforços para se alcançar diversidade geográfica;

RECONHECENDO a importância da colaboração para uma ação conjunta nos âmbitos mundial e regional em apoio à UNCAC e outros instrumentos internacionais pertinentes;

COMPARTILHANDO objetivos comuns no que se refere à prestação de assistência técnica e à capacitação como instrumentos essenciais no combate à corrupção;

CONSIDERANDO que a educação, o treinamento profissional e a pesquisa em matéria de combate à corrupção são importantes componentes dessa assistência e capacitação;

DESEJANDO promover seus objetivos comuns por meio da constituição da Academia, tendo como base um acordo multilateral aberto aos Estados Membros das Nações Unidas e às organizações intergovernamentais (doravante denominadas “Organizações Internacionais”) e convidando-os a juntar forças e aderir ao presente Acordo;

RESPONDENDO à oferta da República da Áustria de acolher a Academia em Laxenburg, localidade próxima a Viena;

ACORDARAM o seguinte:

ARTIGO I

Constituição e Regime Jurídico

1. Em virtude do presente Acordo é constituída a Academia como uma Organização Internacional.

2. A Academia será dotada de personalidade jurídica internacional plena.
3. A Academia terá, entre outras atribuições, capacidade jurídica para:
 - (a) contratar;
 - (b) adquirir e alienar bens móveis e imóveis;
 - (c) iniciar e responder ações judiciais;
 - (d) empreender outras ações que sejam necessárias ao cumprimento de sua finalidade e ao desenvolvimento de suas atividades.
4. A Academia desenvolverá suas atividades de acordo com as disposições do presente Acordo.

ARTIGO II

Finalidade e Atividades

1. A finalidade da Academia será promover a prevenção e o combate à corrupção de forma eficiente e eficaz, mediante:
 - (a) educação e treinamento profissional em matéria de combate à corrupção;
 - (b) desenvolvimento e facilitação de pesquisa em todos os aspectos referentes à corrupção;
 - (c) prestação de outras formas de assistência técnica pertinentes ao combate à corrupção;
 - (d) fomento da cooperação internacional e criação de redes destinadas ao combate à corrupção.
2. Nas atividades da Academia será respeitado o princípio da liberdade acadêmica, serão cumpridos os critérios acadêmicos e profissionais mais rigorosos e o fenômeno da corrupção será tratado de forma integral e interdisciplinar, levando em consideração a diversidade cultural, a igualdade de gênero e a evolução recente na esfera da corrupção nos âmbitos mundial e regional.

ARTIGO III

Sede

1. A Academia terá sua sede na localidade de Laxenburg, Áustria, respeitando as condições acordadas entre a Academia e a República da Áustria.
2. A Academia poderá estabelecer instalações em outras localidades, conforme necessário, para apoiar suas atividades.

ARTIGO IV

Órgãos

A Academia será composta de:

- (a) Assembleia das Partes, doravante denominada “a Assembleia”;
- (b) Conselho Diretor, doravante denominado “o Conselho”;
- (c) Conselho Consultivo Superior Internacional;
- (d) Conselho Consultivo Acadêmico Internacional;
- (e) Reitor.

ARTIGO V

Assembleia das Partes

1. A Assembleia servirá de foro para que as Partes do presente Acordo realizem consultas sobre a política geral da Academia e sobre outras questões de interesse no âmbito do presente Acordo.

2. A Assembleia será constituída de representantes das Partes. Cada Parte deverá nomear um representante, que atuará na qualidade de membro da Assembleia. Cada membro da Assembleia terá direito a um voto.

3. Particularmente, a Assembleia:

- (a) adotará as recomendações referentes à política e à gestão da Academia, a fim de que sejam devidamente examinadas pela Comissão;
- (b) aprovará o programa de trabalho e o orçamento propostos pela Comissão;
- (c) participará das atividades de arrecadação de fundos para a Academia, de acordo com as disposições do artigo XI;
- (d) elegerá os membros da Comissão, de acordo com as disposições do artigo VI;
- (e) decidirá sobre o desligamento de membros da Comissão, por uma maioria de dois terços;
- (f) verificará o andamento das atividades da Academia, levando em conta, entre outros, os relatórios da Comissão;
- (g) aprovará acordos internacionais;
- (h) aprovará o estabelecimento de instalações e serviços em outras localidades.

4. A Assembleia reunir-se-á no mínimo uma vez por ano e adotará suas decisões por maioria simples, salvo disposição em contrário estabelecida no presente Acordo. A Assembleia adotará seu próprio regulamento e elegerá sua Mesa, incluindo o Presidente e dois Vice-presidentes. Os membros da Comissão e o Reitor poderão participar das reuniões da Assembleia, sem direito a voto.

ARTIGO VI

Conselho Diretor

1. A Academia será dirigida por um Conselho composto de onze membros. A Assembleia elegerá nove membros, devendo levar em consideração suas qualificações e experiência, assim como o princípio da distribuição geográfica equitativa. Além disso, o UNODC e a República da Áustria terão cada um o direito a nomear um membro do Conselho. Os membros do Conselho exercerão suas funções pessoalmente, por um período de seis anos, podendo ser reeleitos no máximo por mais um período com igual duração. Na primeira eleição serão nomeados cinco membros, para atuarem por um período de apenas três anos.

2. Particularmente, o Conselho:

- (a) decidirá a estratégia, as políticas e as diretrizes aplicáveis às atividades da Academia;
- (b) adotará as normas que irão reger o funcionamento da Academia, incluindo o regulamento financeiro e as regras relativas a pessoal;
- (c) nomeará o Reitor, que ocupará o cargo por um período, prorrogável, de quatro anos, avaliará suas atividades e poderá demiti-lo caso seja necessário;
- (d) estabelecerá, quando for procedente, conselhos consultivos e elegerá seus membros;
- (e) elegerá os membros do Conselho Consultivo Superior Internacional e do Conselho Consultivo Acadêmico Internacional, considerando devidamente suas qualificações e experiência profissional, o princípio da distribuição geográfica equitativa e a igualdade de gênero;
- (f) apresentará o programa de trabalho e o orçamento da Academia para a Assembleia, a fim de obter sua aprovação;
- (g) nomeará o auditor externo independente;

- (h) aprovará o demonstrativo anual de contas da Academia, devidamente auditado;
- (i) relatará à Assembleia sobre o andamento das atividades da Academia;
- (j) examinará as recomendações da Assembleia referentes às políticas e à gestão da Academia;
- (k) adotará estratégias e diretrizes para assegurar os recursos financeiros da Academia e apoiará o trabalho do Reitor nesse sentido;
- (l) fixará as condições de admissão de participantes das atividades acadêmicas da Academia;
- (m) aprovará o estabelecimento de relações de cooperação, de acordo com as disposições do Artigo XIII;
- (n) apresentará acordos internacionais à Assembleia para aprovação;
- (o) avaliará as atividades da Academia com base nos relatórios do Reitor, e fará recomendações referentes a essas atividades.

3. O Conselho reunir-se-á na sede da Academia pelo menos uma vez por ano e adotará suas decisões por maioria simples, salvo disposição em contrário estabelecida no presente Acordo. Cada um de seus membros terá direito a um voto. A Comissão aprovará seu próprio regulamento e elegerá sua Mesa, incluindo o Presidente e o Vice-presidente, e poderá constituir os comitês que considere necessários para o eficiente funcionamento da Academia.

ARTIGO VII

Conselho Consultivo Superior Internacional

1. O Conselho Diretor será assessorado pelo Conselho Consultivo Superior Internacional, integrado por no máximo 15 membros, que deverão ser personalidades eminentes, com referências excepcionais nas diversas áreas relevantes para as atividades da Academia.
2. A função do Conselho Consultivo Superior Internacional será de refletir sobre as atividades da Academia, de fazer observações e aconselhar sobre a forma de alcançar e manter a excelência no que tange à finalidade da Academia.
3. Os membros do Conselho Consultivo Superior Internacional servirão à Academia de forma independente, por um período de seis anos, podendo ser reeleitos. Na primeira eleição, serão nomeados sete membros, que atuarão por um período de apenas três anos.
4. O Conselho Consultivo Superior Internacional reunir-se-á pelo menos uma vez por ano e adotará suas decisões por maioria simples. Cada um de seus membros terá direito a um voto. O Conselho Consultivo Superior Internacional aprovará seu próprio regulamento e elegerá sua Mesa, incluindo o Presidente e Vice-presidente.
5. O Conselho Consultivo Superior Internacional poderá recomendar ao Conselho Diretor pessoas que reúnam os critérios enunciados no parágrafo 1 para eleição como membros do Conselho Consultivo Superior Internacional.

ARTIGO VIII

Conselho Consultivo Acadêmico Internacional

1. O Conselho Diretor contará com a assessoria do Conselho Consultivo Acadêmico Internacional para tratar de questões referentes à educação, ao treinamento profissional e à pesquisa, sendo integrada por no máximo 15 membros, que deverão ser personalidades acadêmicas eminentes ou especialistas, detentores das mais elevadas qualificações em práticas, formação e pesquisa relativas ao combate à corrupção ou em justiça penal e execução da lei no que diz respeito ao combate à corrupção, assim como em outros âmbitos que sejam de relevante importância para as atividades da Academia.
2. Os membros do Conselho Consultivo Acadêmico Internacional servirão à Academia de forma independente, por um período de seis anos, podendo ser reeleitos. Na primeira eleição, serão nomeados sete membros, que atuarão por um período de apenas três anos.

3. O Conselho Consultivo Acadêmico Internacional reunir-se-á pelo menos uma vez por ano e adotará suas decisões por maioria simples. Cada um de seus membros terá direito a um voto. O Conselho Consultivo Acadêmico Internacional aprovará seu próprio regulamento e elegerá sua Mesa, incluindo o Presidente e Vice-presidente.

4. O Conselho Consultivo Acadêmico Internacional poderá recomendar ao Conselho Diretor pessoas que reúnam os critérios enunciados no parágrafo I para eleição como membros do Conselho Consultivo Acadêmico Internacional.

ARTIGO IX

Reitor

1. O Reitor será encarregado da gestão cotidiana da Academia e de seu programa substantivo. O Reitor será subordinado e prestará contas ao Conselho.

2. Particularmente, o Reitor:

- (a) exercerá a representação externa da Academia;
- (b) zelará pela administração da Academia, particularmente pela gestão financeira e de recursos humanos;
- (c) elaborará o programa de trabalho e o orçamento da Academia, para que sejam examinados pelo Conselho e adotados pela Assembleia. O programa de trabalho contemplará prioridades de pesquisa, atividades de capacitação, grade curricular e desenvolvimento de estratégias;
- (d) implementará o programa de trabalho e cumprirá o orçamento;
- (e) apresentará ao Conselho relatórios anuais e extraordinários sobre as atividades da Academia, incluindo demonstrativo anual das contas da Academia, devidamente auditado;
- (f) proporá o estabelecimento de relações de cooperação, de acordo com as disposições do Artigo XIII, para aprovação do Conselho;
- (g) coordenará as atividades da Academia com as atividades das Partes e de outras instituições, órgãos e redes nacionais e internacionais pertinentes, levando em conta recomendações e diretrizes aplicáveis da Assembleia e do Conselho, assim como opiniões do Conselho Consultivo Superior Internacional e do Conselho Consultivo Acadêmico Internacional;
- (h) celebrará contratos e acordos em nome da Academia e negociará acordos internacionais a serem examinados pelo Conselho e aprovados pela Assembleia;
- (i) buscará ativamente financiamento adequado para a Academia e aceitará contribuições voluntárias em nome da Academia, de acordo com as estratégias e diretrizes pertinentes do Conselho e com o regulamento financeiro;
- (j) realizará outras tarefas ou atividades que forem determinadas pelo Conselho.

ARTIGO X

Pessoal Acadêmico e Administrativo

1. A Academia procurará contratar e manter pessoal acadêmico e administrativo que detenha as mais elevadas qualificações possíveis.

2. Visando maximizar eficiência e rentabilidade, a Academia elaborará plano e tomará as providências necessárias para contratação de pessoal acadêmico como visitante ou por período parcial, bem como estimulará Estados, organizações internacionais, universidades e outras instituições pertinentes a considerar a possibilidade de apoiar a formação do quadro de pessoal da Academia, inclusive mediante a cessão de funcionários.

ARTIGO XI

Financiamento da Academia

1. Sem prejuízo do objetivo de longo prazo da Academia de ser autossuficiente, os fundos da Academia incluirão:

- (a) contribuições voluntárias das Partes deste Acordo;
- (b) contribuições voluntárias do setor privado e de outros doadores;
- (c) taxas de matrícula, taxas de inscrição de cursos práticos de capacitação, honorários de assistência técnica, receitas advindas de publicações e de outros serviços;
- (d) receitas derivadas dessas contribuições, taxas e honorários, rendas e outras receitas, entre as quais estão as procedentes de fideicomissos e verbas de fundos.

2. O ano fiscal da Academia terá início no dia 1 de janeiro e será encerrado no dia 31 de dezembro.

3. De acordo com o regulamento financeiro adotado pelo Conselho em virtude das disposições do Artigo VI, parágrafo 2, alínea (b), as contas bancárias da Academia serão submetidas anualmente a uma auditoria externa independente, que obedecerá aos critérios mais rigorosos em matéria de transparência, prestação de contas e legitimidade.

4. As Partes do presente Acordo são estimuladas a participar de atividades de arrecadação de fundos para a Academia, particularmente mediante a organização conjunta de conferências de doadores.

ARTIGO XII

Consultas e intercâmbio de informações

1. As Partes do presente Acordo manter-se-ão informadas e realizarão consultas mútuas sobre questões de interesse referentes à sua cooperação no marco do presente Acordo, seja nas reuniões da Assembleia seja em outro momento apropriado.

2. As consultas e os intercâmbios de informações e documentos que ocorram em virtude do presente artigo serão realizados conforme as normas referentes à divulgação de informação aplicáveis a cada uma das Partes e estarão sujeitos a arranjos que as Partes possam celebrar para proteger a confidencialidade, o caráter reservado e a segurança das informações compartilhadas. Todos estes arranjos continuarão sendo aplicados mesmo depois da extinção do presente Acordo e, no que diz respeito especificamente a uma das Partes, inclusive depois de que essa Parte tenha retirado-se do presente Acordo.

ARTIGO XIII

Relações de Cooperação

A Academia poderá estabelecer relações de cooperação com Estados, com outras organizações internacionais, bem como entidades públicas ou privadas que possam contribuir com o trabalho da Academia.

ARTIGO XIV

Privilégios e Imunidades

1. A Academia, os membros da Assembléia, os membros do Conselho, os membros do Conselho Consultivo Superior Internacional, os membros do Conselho Consultivo Acadêmico Internacional, o Reitor, o pessoal e os especialistas da Academia gozarão dos privilégios e imunidades acordados entre a Academia e a República da Áustria.

2. A Academia poderá celebrar acordos com outros Estados a fim de garantir os privilégios e imunidades apropriados.

ARTIGO XV

Responsabilidade

No presente Acordo as Partes não assumirão qualquer responsabilidade, individual ou coletiva, pelas dívidas, pelo passivo ou por quaisquer outras obrigações contraídas pela Academia; declaração nesse sentido constará em todos os acordos celebrados pela Academia em virtude das disposições do Artigo XIV .

ARTIGO XVI

Emendas

O presente Acordo poderá ser emendado somente com o consentimento de todas as Partes deste Acordo. Tal consentimento deverá ser notificado por escrito ao Depositário. Emendas entrarão em vigor quando o Depositário receber a notificação de todas as Partes do presente Acordo ou em outra data que for acordada entre as Partes.

ARTIGO XVII

Disposições Transitórias

1. As Partes reconhecem a existência de disposições transitórias relacionadas à constituição e às atividades iniciais da Academia, que constam no Memorando relativo à constituição da Academia Internacional contra a Corrupção em Laxenburg (Áustria), de 29 de janeiro de 2010, e acordam observá-las até que os órgãos responsáveis pela tomada de decisões da Academia estejam em pleno funcionamento.

2. Toda decisão que afete as obrigações contraídas acerca da constituição e das atividades iniciais da Academia, ou que gerem obrigações para os sócios (o UNODC, a Associação “Amigos da Academia” ou a República da Áustria), poderão ser tomadas somente por decisão unânime dos membros do Conselho.

ARTIGO XVIII

Entrada em Vigor e Depositário

1. O presente Acordo permanecerá aberto para assinatura pelos Estados Membros das Nações Unidas (doravante denominados apenas “Estados”) e as organizações intergovernamentais (doravante denominadas apenas “organizações internacionais”) até o dia 31 de dezembro de 2010. O Acordo estará sujeito a ratificação, aceitação ou aprovação.

2. Os Estados e as organizações internacionais que não tenham assinado o presente Acordo poderão fazer sua adesão posteriormente.

3. O presente Acordo entrará em vigor 60 dias após a data em que três Estados ou organizações internacionais tenham depositado os instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.

4. No que diz respeito a todo Estado ou organização internacional que ratifique, aceite, aprove o presente Acordo, ou faça sua adesão após a entrada em vigor, o Acordo entrará em vigor 60 dias após a data do depósito de seu respectivo instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.

5. O Ministro Federal para Assuntos Europeus e Internacionais da República da Áustria será o Depositário do presente Acordo.

ARTIGO XIX

Solução de controvérsias

Toda e qualquer controvérsia que possa surgir entre a Academia e qualquer Parte do presente Acordo, ou entre quaisquer das Partes do presente Acordo, referente à interpretação ou à aplicação do presente Acordo, ou de qualquer outro acordo complementar, ou referente a qualquer questão que afete a Academia ou as relações entre as Partes, que não seja solucionada por negociações ou por outro meio acordado de solução de controvérsias, será submetida a um tribunal composto por três árbitros para obter sua solução definitiva: cada uma das partes na controvérsia indicará um árbitro, e os dois árbitros indicados selecionarão o terceiro árbitro, que será o presidente do tribunal. Caso quaisquer das partes na controvérsia não tenham indicado seu árbitro em até seis meses após a indicação do árbitro pela outra parte, ou caso os dois primeiros árbitros indicados não tenham entrado em um acordo para selecionar o terceiro árbitro em até seis meses após suas respectivas indicações, o Presidente da Corte Internacional de Justiça escolherá o segundo ou o terceiro árbitro por solicitação de quaisquer das partes na controvérsia.

ARTIGO XX

Retirada

1. Toda Parte do presente Acordo poderá retirar-se dele mediante notificação escrita ao Depositário. A retirada surtirá efeito em três meses após o recebimento da notificação pelo Depositário.
2. A retirada de uma das Partes deste Acordo não limitará, reduzirá ou afetará as contribuições que porventura tenham sido feitas antes da data em que a retirada tenha iniciado seus efeitos.

ARTIGO XXI

Denúncia

1. As Partes do presente Acordo poderão denunciá-lo por decisão unânime a qualquer momento, e assim encerrar as atividades da Academia, por meio de notificação escrita ao Depositário. Todos os bens restantes da Academia, depois do pagamento de suas obrigações jurídicas, serão alienados conforme decisão unânime da Assembleia.
2. As disposições do presente Acordo continuarão sendo aplicáveis mesmo depois de sua denúncia, na medida necessária para permitir a alienação ordenada dos bens e o encerramento de contas bancárias.

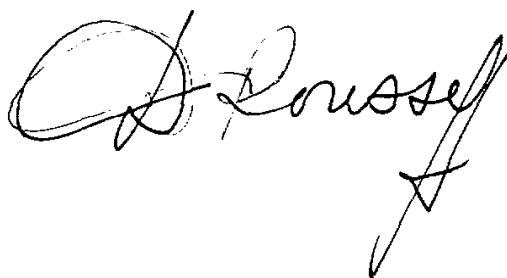
Feito em Viena, em 2 de setembro de 2010, nos idiomas árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo, sendo cada texto igualmente autêntico.

Mensagem nº 48, de 2012.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, interino, da Justiça e Chefe da Controladoria-Geral da União, o texto do Acordo para a Constituição da Academia Internacional contra a Corrupção como Organização Internacional, celebrado em Viena, em 2 de setembro de 2010, e assinado pelo Brasil em 22 de dezembro de 2010.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012

A handwritten signature in black ink, appearing to read "A. Rousseff", with a large, stylized flourish extending from the bottom right.

EMI No 00355 MRE/MJ/CGU

Brasília, 21 de julho de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem pelo qual se submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo para a Constituição da Academia Internacional contra a Corrupção como Organização Internacional, celebrado em Viena, em 2 de setembro de 2010, e assinado pelo Brasil em 22 de dezembro de 2010.

2. O Acordo estabelece a criação da Academia Internacional Anticorrupção, com sede em Laxenburg, na Áustria, e tem como principal objetivo constituir centro de excelência voltado à educação, treinamento, cooperação e pesquisa na prevenção e combate à corrupção. A Academia pode contribuir para assistir os países na implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), da qual o Brasil é parte.

3. Ao assinar o Acordo em epígrafe ainda no ano de 2010, o Brasil tornou-se membro fundador da Academia, que já conta com mais de 50 membros, dentre eles Argentina, Chile, México e Peru, além da Áustria, Portugal, Rússia, Turquia, entre outros.

4. A assinatura do referido Acordo está em consonância com as iniciativas brasileiras de prevenção e combate à corrupção. Ao participar de suas atividades, o Brasil poderá contribuir para os esforços internacionais no enfrentamento da corrupção, por meio do intercâmbio de experiências e melhores práticas adotadas no País, bem como valer-se da Academia para a construção de conhecimento e aperfeiçoamento de capacidade dos funcionários públicos que trabalham diretamente no combate à corrupção.

5. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o artigo 49, inciso I, combinado com o artigo 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submetemos à Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo em seu formato original.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ruy Nunes Pinto Nogueira, Jorge Hage Sobrinho, José Eduardo Martins Cardozo

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado DSF, em 22/11/2012.